

JANEIRO de 2011

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill&Melinda Gates

ÍNDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	MPLA anuncia estratégias de combate à pobreza	1
1.2	Gigantes da região austral também disputam na pobreza	2
1.3	Panguila não renderia cinco por cento	4
1.4	Conferência debate soluções para combate á pobreza	4
1.5	A erradicação da pobreza e os direitos humanos	4
1.6	Milhões de angolanos vivem com menos de um dólar	6
1.7	Fórum nacional sobre pobreza defendeu habitação condigna	7
1.8	Independência e fome (III)	8
1.9	Vendedores do mercado contestam encerramento sem pré-aviso	9
1.10	Executivo estuda causas da inflação	9
1.11	PIB deve crescer nos próximos tempos	10

3 MERCADO INFORMAL

2.1	Mais de 50 Cidadãos Detidos por venda ilegal de livros	12
2.2	Chineses “ zungam” em Angola	13
2.3	Populares pedem medidas contra venda ambulante de chineses	14
2.4	Número de inspectores para Luanda é insuficiente	14
2.5	Aumenta número de vendedores no mercado da Cuca	15
2.6	Angolanos ultrapassados por estrangeiros	16
2.7	Empreendedor angolano sonha erguer um estabelecimento comercial próprio	17
2.8	Governo quer fiscais tolerantes na sua relação com a população	18
2.9	Vendedores agastados com administrador	19
2.10	O cidadão e a fiscalização	20
2.11	Estado devia pagar taxas	21
2.12	Passagem aéreas de peões transformadas em praças	21
2.13	Orçamento deste ano contempla receitas para execução dos programas municipais	22
2.14	Vendedores do mercado contestam encerramento sem pré-aviso	23
2.15	Administradores acusados de desviarem receitas	23
2.16	Mais de 30 restaurantes serão encerrados na Ilha de Luanda	24
2.17	O fiscal e a zungueira Joaquina	25
2.18	Lixo toma conta do mercado dos correios	27

3 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

3.1	Orçamento respeita princípios modernos	28
3.2	Empréstimos Excessivos descontrolam finanças Angolanas	28
3.3	Empréstimos excessivos descontrolam finanças angolanas	29
3.4	Carlos Feijó Explica como governo chegou à proposta orçamental de 2011	29

4 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

4.1	Governo quer gestão participativa	30
4.2	Aprovada proposta de lei sobre taxas	31
4.3	Municípios pedem exoneração do administrador do kilamba kiayi	32
4.4	Encontro promovido pelo Centro Cultural Mosaiko, durante o qual participaram vários especialistas, exortou à procura de caminhos para combater a pobreza	33

4.5	CEAST promove democracia e participação	34
4.6	Cristãos defendem criação do poder local	35
4.7	Ministro da administração do território garante atenção especial aos municípios	36
4.8	Finalmente, os municípios	37

5 URBANISMO E HABITAÇÃO

5.1	Menos dinheiro para adquirir casa própria	38
5.2	Habitação arrecada mais receita	39
5.3	Associação angolana estuda modelo namibiano	40
5.4	Governo atira imobiliários para o “ fogo habitacional “	40
5.5	ATÉ AO PRÓXIMO ANO Mais de um milhão de cidadãos recebem habitações condignas	41
5.6	HABITAÇÃO SOCIAL Milhares de casas este ano Sumbe	42
5.7	Província do Bengo Casas sociais para os jovens são entregues em Fevereiro	42
5.8	O assunto está a ser estudado”	42

6 TERRA

6.1	Ocupação das reservas fundiárias exige actuação dos órgãos policiais	43
6.2	Fazendas á espera do divórcio com a letargia (I)	44
6.3	Governo de Luanda anuncia intervenção contra as construções anárquicas na Ilha	45
6.4	Autoridades averiguam cedência de alguns terrenos da Ilha do Cabo	45
6.5	Distribuição de Terrenos começa este mês	46
6.6	Administração demole casas dos transferidos para o zango	46
6.7	Demolições minimizaram estragos da chuva	47
6.8	O Luanda com nova fiscalização	47
6.9	Ocupações ilegais em Luanda sul prejudicam urbanização prevista	48
6.10	Moradores encontraram um lar no zango	48
6.11	Ocupação anárquica e ilegal de terrenos	49
6.12	Chefes de bandos de marginais detidos em Cabinda	50
6.13	Continua o realojamento do cazenga para o zango	50
6.14	Detectadas obras ilegais	51
6.15	Não fomos tidos nem achados	52
6.16	Proprietários dos restaurantes contra ordem de expulsão	52
6.17	Morar na lagoa	53

7 SERVIÇOS BASICOS

7.1	Operadora é responsabilizada pelo acumular de lixo no bairro	54
7.2	Operadora é responsabilizada pelo acumular de lixo no bairro	55
7.3	Chuva provoca mortes e deixa famílias desalojadas	55
7.4	Chuva provoca mortes e deixa famílias desalojadas	56
7.5	O problema do lixo em Luanda	57
7.6	Saneamento básico tira “ sono” ao MPLA em Luanda	58
7.7	EPAL com prejuízo de 500mil dolarés em 2009	59
7.8	Programa de água potável chega a todos os municípios	60

7.9	Lixo e construções anárquicas dão uma má imagem à cidade	61
7.10	Recolha de lixo melhora na província de Cabinda	62
7.11	Novos directores nas águas	62
7.12	Lixo toma conta do mercado dos correios	63
7.13	Sem corrimão, água canalizada e electricidade, mais de uma centena de famílias vivem num prédio de 17 andares, no Kinaxixe, ao lado de uma lagoa	63
7.14	Moradores reclamam de falta de água	64
7.15	Lei da violência doméstica volta ao parlamento	65
7.16	Água vai chegar às populações de todos os municípios do Bié	66

8 Género / violência

8.1	Igreja Metodista realiza marcha	67
8.2	Promovido encontro sobre violência doméstica em Cabinda	67
8.3	Unidos contra a violência	68
8.4	Mulheres rompem o silêncio a uma só voz	68
8.5	Marginais dominam o pedaço	70
8.6	Mais um agente da polícia morto por marginais	71
8.7	Proposta de lei contra violência doméstica será enriquecida	72
8.8	Vítimas de agressões não ficarão entregues à sua sorte	72
8.9	Chefes de bandos de marginais detidos em Cabinda	74
8.10	Lei dos Crimes de Violência Doméstica	75
8.11	A AMPA discute ante-projecto de lei sobre a violência doméstica	75
8.12	Miliantes usam passagens aéreas para violações	76
8.13	Criminosos, mas protegidos por Lei	76
8.14	Lei da violência doméstica volta ao parlamento	78

9 Ambiente

9.1	Chuva provoca prejuízos na cidade de Ondjiva	79
9.2	Casa destruída e lavras alagadas	80
9.3	Cheias do kwanza fazem estragos nos campos cultivados	80
9.4	Chuva volta a dar lição a empreiteiros e administradores	81
9.5	Desabamento de represa numa fazenda causa inundações na comuna da Mupa	82

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 MPLA anuncia estratégias de combate à pobreza

Jornal de Angola
6 de Janeiro de 2011

O presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, declarou ontem que o objectivo do partido para as eleições gerais do próximo é a vitória. O objectivo do MPLA é participar nas eleições gerais de 2012 “e vencê-las”, frisou o líder do maior partido de Angola. José Eduardo dos Santos exortou, por isso, os militantes a começarem a analisar os documentos para o próximo congresso extraordinário, marcado para este ano.

“Importa agora começar, desde já, a analisar os documentos para o próximo Congresso Extraordinário que aprovará as orientações gerais para o partido se preparar para participar nas eleições gerais de 2012, e vencê-las”, disse José Eduardo dos Santos, na sessão de abertura da reunião do Comité Central do MPLA, que se reúne pela terceira vez em sessão ordinária desde que foram eleitos os seus membros no congresso de 2008.

O líder do partido disse que o MPLA está a apostar na educação dos seus militantes e revelou que o Bureau Político concebeu e aprovou um novo sistema de formação política e ideológica que “possibilita ministrar os conhecimentos teóricos e dar a conhecer as experiências e boas práticas que devem orientar a acção ou servir como referência para o trabalho do partido”.

Esses conhecimentos teóricos adquiridos “podem igualmente servir de base para as análises e reflexões sobre a nossa realidade e sobre os acontecimentos mais marcantes da actualidade”.

Direcção do MPLA aprovou também “estratégias de crescimento” das fileiras do partido e recomendou “a melhoria das condições de trabalho ao nível das estruturas intermédia e de base do partido, para que o enquadramento -do militante seja um facto com reflexos na nossa capacidade de mobilização”, acrescentou José Eduardo dos Santos.

Combate à fome e pobreza

O presidente do MPLA anunciou para os próximos dias a realização de seminários nacionais sobre desenvolvimento rural integrado, combate à fome e à pobreza e à organização e funcionamento do poder local.

O objectivo é, como referiu José Eduardo dos Santos, articular e cooperar melhor os agentes da administração

local e entre estes e a sociedade civil na realização das tarefas locais referentes à produção local, ao comércio rural e transportes, à municipalização dos serviços de saúde e da educação e ao tratamento dos assuntos da energia, água e formação profissional.

José Eduardo dos Santos assumiu estes desafios como uma “actividade de grande interesse para os responsáveis das organizações de base, dos comités e dos órgãos intermédios do MPLA”. O presidente José Eduardo dos Santos defendeu, por isso, que devem ser tomadas as providências para a participação activa dos militantes do partido no processo de preparação e realização.

José Eduardo dos Santos anunciou, igualmente, a realização de um seminário sobre planeamento e estatística e sobre a gestão do Orçamento Geral do Estado para quadros do poder central e local. O propósito é indicou José Eduardo dos Santos, actualizar conhecimentos sobre as normas metodológicas para a elaboração dos planos e programas e sobre os procedimentos e boas práticas de execução financeira dos orçamentos. José Eduardo dos Santos reafirmou que a aprovação da Constituição da República foi um “acontecimento histórico” por se tratar de um documento reitor original e de acordo com a história e a realidade actual” de Angola. O Presidente lembrou que a aprovação da Constituição “obrigou uma grande maratona legislativa” para adaptar as leis anteriores ao novo quadro jurídico-constitucional e assim possibilitar o surgimento de um sistema de Governo “mais funcional e mais dinâmico”.

No processo de adaptação das leis ao novo quadro jurídico constitucional, disse o Presidente, estão integradas uma série de acções medidas a cabo com vista à moralização do exercício da actividade política, à melhor capacitação dos quadros e dirigentes e à normalização da vida económica e social do país.

Prioridades para Este Ano

José Eduardo dos Santos sublinhou que o Executivo, no ano passado, “levou a cabo um elevado número de realizações no domínio económico, social e de reabilitação e desenvolvimento de infra-estruturas” e que para 2011 “tem um vasto programa de trabalho” com “prioridades bem definidas”.

O presidente citou mesmo as prioridades que “estão também em carteira” para o presente ano: “A reforma do Banco Nacional de Angola e reforço do sistema bancário, a reforma das finanças públicas e da legislação sobre o investimento privado; A reforma fiscal, em particular e a tributária em geral; A reforma do Sistema Nacional de Estatística e do Planeamento; A reforma do Sistema de Comércio Externo e Interno; A reforma do Sector Empresarial Público; A organização do Mercado

de valores Mobiliários; A reforma Judicial; A reforma do Sistema de Defesa e Segurança Nacional; A reforma Administrativa”.

“Estas são tarefas que o nosso partido deve continuar a acompanhar, a par do esforço que desenvolve parasse adaptar as novas normas estatutárias estabelecidas pelo VI Congresso Ordinário, para concluir as tarefas inacabadas constantes do Plano Geral de Actividades do Partido para 2010 e para executar o Plano Geral de Actividades para 2011”, concluiu o líder do partido dirigente de Angola

1.2 Gigantes da região austral também disputam na pobreza

*Semanário económico
6 de Janeiro de 2011*

Angola termina o ano 2010 com altos índices de pobreza, ao ocupar o 146º lugar contra a 143ª posição do ano anterior (2009), representando um retrocesso de três lugares na lista de 169 países que classificam o desenvolvimento humano.

Os dados constam do relatório de avaliação anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicados no site da Revista Platina em Novembro último.

O relatório refere que a avaliação do bem-estar da população tem registado um progresso pouco significativo, ao longo das últimas duas décadas nas áreas da saúde, esperança de vida, educação e acesso a bens e serviços. O facto parece contrastar os esforços do governo que visam reverter a situação.

Entre os indicadores que contribuem para a elaboração do ranking do programa da ONU estão a esperança de vida ao nascer, o nível de escolaridade e o rendimento per capita. Estes indicadores colocam Portugal na 40ª posição, apenas seguido pela Polónia e Barbados, no fundo do grupo dos países com “desenvolvimento humano muito elevado”, enquanto a Noruega encabeça a lista.

Os angolanos têm uma esperança de vida à nascença de 42 anos, atrás dos cabo-verdianos (69 anos) e de São Tomé e Príncipe (64 anos). A escolaridade média em Angola é de quatro anos e uma taxa de frequência do ensino secundário de 31 %, sendo o Rendimento Nacional Bruto per capita de AKZ 500 (Quinhentos kuanzas), o equivalente a aproximadamente 5 dólares, muito inferior aos 58.810, cerca de AKZ 3500 (35 dólares) da Noruega, primeiro na lista.

O desenvolvimento económico, padrões de vida, inovação, instituições políticas, equidade, poderes do cidadão, índice de desigualdade, disparidades de género e de pobreza, bem como o grau de vulnerabilidade (ao nível de emprego e pelas alterações climáticas) são outros factores de análise para a elaboração do relatório.

No ranking geral, Angola está à frente de Moçambique (165º lugar) e Guiné Bissau (166º lugar) e atrás do Brasil e Portugal (73.º lugar e 40º), sendo Portugal o melhor dos países lusófonos.

A administradora do PNUD nota que, principalmente nos últimos 20 anos, foi registado um crescimento de 25 por cento nos sectores da saúde e educação, bem como a duplicação dos rendimentos. O desenvolvimento alargou-se ainda à capacidade de escolha e decisão públicas, de um modo geral.

Entre 135 países que representam 92 por cento da população mundial, apenas a República Democrática do Congo, a Zâmbia e o Zimbabué apresentam índice de desenvolvimento humano inferior ao de 1970, altura em que se iniciou a luta pelo desenvolvimento humano.

“É agora quase universalmente aceite que o sucesso de um país ou o bem-estar de um indivíduo não podem ser avaliados somente pelo dinheiro (...) devemos também avaliar se as pessoas conseguem ter vida longa e saudável, se têm oportunidades para receberem instrução e se são livres de utilizarem os seus conhecimentos e talentos para moldarem os seus próprios destinos”, escreve Helen Clark na introdução ao documento.

O Relatório de Desenvolvimento Humano é publicado anualmente pela ONU desde 1990 e avalia a situação dos países através do Índice de Desenvolvimento Humano, para perceber o bem-estar de uma população.

Sete médicos para cada 100 angolanos

Desde 2004, a relação dos médicos por população foi estimada em 7.7 por 100 mil pessoas. A mortalidade infantil em 2005 foi estimada em 187.49 por mil nascidos vivos, consideradas a mais alta do mundo. A incidência de tuberculose em 1999 foi de 271 por 100 mil pessoas. Taxas de imunização de crianças com um ano de idade em 1999 foram estimadas em 22% de tétano, difteria e tosse convulsa e 46% para sarampo.

A desnutrição afectou cerca de 53% das crianças abaixo de cinco anos de idade desde 1999. Desde de 2004, havia aproximadamente 240 mil pessoas a viver com HIV / SIDA no país. Houve ainda uma morte de 21000 estimado de AIDS em 2003. Em 2000, 38% da população teve acesso à água potável mil pessoas enquanto 44

% tinham acesso a saneamento adequado. A saúde em Angola é classificada entre as piores do mundo. Angola está localizada na zona incidência de febre-amarela e a incidência de cólera é elevada. Apenas uma pequena fracção da população recebe atenção médica ainda rudimentar, apesar do número crescente de clínicas que vão surgindo por toda parte, com principal incidência para as zonas urbanas.

Estimada em 187.49 por mil nascidos vivos, consideradas as mais altas do mundo. A incidência de tuberculose em 1999 foi de 271 por 100 mil pessoas. Taxas de imunização de crianças com um ano de idade em 1999 foram estimadas em 22% de tétano, difteria e tosse convulsa e 46% para sarampo.

A desnutrição afectou cerca de 53% das crianças abaixo de cinco anos de idade desde 1999. Desde de 2004, havia aproximadamente 240 mil pessoas a viver com HIV / SIDA no país. Houve ainda uma morte de 21000 estimado de AIDS em 2003. Em 2000, 38% da população teve acesso à água potável mil pessoas enquanto 44 % tinham acesso a saneamento adequado. A saúde em Angola é classificada entre as piores do mundo. Angola está localizada na zona incidência de febre amarela e a incidência de cólera é elevada.

Apenas uma pequena fracção da população recebe atenção médica ainda rudimentar, apesar do número crescente de clínicas que vão surgindo por toda parte, com principal incidência para as zonas urbanas.

Pobreza atinge brancos Sul - Africanos

Os filhos nascidos nas palhotas nem sequer conhecem escola e a festa de natal se resume numa sopa doada por uma ONG.

A pobreza está a atingir os brancos sul-africanos e admitem mesmo estar a colher as consequências do Apartheid. A constatação é de um repórter fotográfico senegalês da Agência Reuters, Finbarr O'Reilly que visitou recentemente um campo de concentração de pobres brancos num dos subúrbios.

O repórter diz ter encontrado mais de 400 brancos em condições de extrema pobreza, onde alguns vivem em casas de papelões sem colchão nem cama e para se alimentar dependem de Organizações Não Governamentais de caridade que regularmente servem uma refeição por dia.

Além do campo visitado, existem outros lugares de concentração de brancos pobres onde nem sequer instituições caridosas conseguem chegar. Os interpelados pelo repórter da Reuters dizem estar a viver o inverso do Apartheid cujas repercussões são piores do que imagi-

navam e admitem estar em desvantagem em relação aos seus compatriotas negros, longe de preconceitos raciais.

Segundo dados do artigo, o número de brancos pobres subiu vertiginosamente nos últimos 15 anos e investigadores estimam que 450 mil, de uma população branca total de 4.5 milhões, vive abaixo da linha de pobreza e 100 mil simplesmente lutam para sobreviver em lugares que nem sequer podem merecer a classificação de bairro.

A população branca sul-africana representa cerca de 10% dos 4 milhões 584 mil 700 habitantes que compõem a população sul-africana, conforme a estatística populacional do governo publicada em 2010.

O facto leva alguns dos afectados a reconhecer que a pobreza não escolhe cor ou raça.

Esses dados, segundo O'Reilly, contrastam com um bom número da população branca que desfruta uma vida de ostentação de bens fazendo passar a ideia de uma África do Sul rica, em detrimento da maioria negra.

Posição no ranking da ONU minimiza pobreza na África do sul

Apesar de os brancos sul-africanos estarem a ser assolados pela extrema pobreza, a África do Sul aparece em 110º lugar no índice de desenvolvimento humano médio no relatório do PNUD, 56 lugares acima de Angola.

Angola e África do Sul relançaram a cooperação em Agosto de 2009 com a primeira visita do presidente Jacob Zuma a Angola, trazendo 150 homens de negócios que estabeleceram parcerias em vários domínios.

Em resposta ao gesto do seu homólogo sul-africano, o presidente José Eduardo dos Santos esteve na África do Sul, no princípio deste mês (Dezembro), acompanhado de mais de 200 empresários ávidos por buscar investimentos nas áreas consideradas 'chave' para o desenvolvimento do país.

Dentre vários pontos positivos, a visita do Presidente dos Santos ficou marcada com a desilusão dos empresários sul-africanos que gostariam de ver a supressão de vistos nos passaportes dos cidadãos de ambos os países resolvida.

92%

Da população mundial, representada em 135 países, apenas a República Democrática do Congo, a Zâmbia e o Zimbabué apresentam índices de desenvolvimento humano inferior ao de 1970, altura em que se iniciou a luta pelo desenvolvimento humano.

2010

Angola termina o ano com altos índices de pobreza, ao ocupar o 146º lugar contra a 143ª posição do ano anterior (2009), representando um retrocesso de três lugares na lista de 169 países que classificam o desenvolvimento humano.

Nos últimos 15 anos na África do Sul o número de brancos pobres subiu vertiginosamente e investigadores estimam que 450 mil, de uma população branca total de 4.5 milhões, vive abaixo da linha de pobreza e 100 mil simplesmente lutam para sobreviver em lugares que nem sequer podem merecer a classificação de bairro.

1.3 Panguila não renderia cinco por cento*Jornal O País**14 de Janeiro de 2011*

Preocupado com as fontes de receitas para suportar as despesas de 2011, o responsável da agremiação desportiva do município mais a Sul de Luanda não evitou nenhum gesto nem expressão para lembrar que o extinto mercado do Roque Santeiro e o parque de estacionamento que se situava à entrada da então maior praça de Angola, rendiam aos cofres da escola um valor monetário capaz de suportar as exigências diárias.

A quantia mensal que provinha dos antigos armazéns e parqueamento superava mensalmente os 50 mil dólares, confessou Norberto de Castro, que chegou mesmo a concluir, por cálculos feitos, que as casas de renda garantidas no novo mercado do Panguila não renderiam sequer cinco por cento daquela maquia, a julgar pelos sete metros quadrados de área dos novos compartimentos.

“O engraçado da história é que eles nunca me mostraram as referidas instalações”, confessou, ao ponto de classificar os imóveis como verdadeiros postos de arrecadação e não armazéns.

O responsável reconheceu ter visto apenas o parque de estacionamento, em relação ao qual inquiriu se só tinha de geri-lo, se pagaria imposto ou se seria o proprietário de uma secção da obra Estado.

“Até hoje, não me explicaram nada sobre os padrões de gestão”, esclareceu, razão porque se encontra apartado do negócio do parque do Panguila. Face a isto, Norberto de Costa pensa reduzir o número de atletas internos, por escalões, de 220 para cem alunos, optando pelos escalões de formação de menor nível etário.

1.4 Conferência debate soluções para combate à pobreza*Jornal de Angola**17 de Janeiro de 2011*

Um fórum nacional sobre o desenvolvimento rural e combate à pobreza realiza-se de amanhã até quinta-feira no Centro de Conferência de Belas, em Luanda, numa organização da Casa Civil da Presidência da República.

Sob o lema “Combate à Pobreza um Compromisso do Executivo angolano”, o fórum vai contar com a participação de deputados à Assembleia Nacional, membros do Executivo, governadores provinciais, administradores municipais, delegados provinciais das finanças e representantes de Organizações Não Governamentais nacionais.

O fórum está dividido em três partes: “Combate à pobreza, o desenvolvimento rural, comércio rural, numa perspectiva integrada em Angola”, “Os programas municipais integrados, o programa Água para Todos, a estratégia para segurança alimentar e nutricional e a municipalização dos serviços de saúde” e “Mecanismos de planificação e financiamento dos programas municipais integrados e reestruturação das parcerias”.

Especialistas vão apresentar comunicações sobre temas que têm impacto no desenvolvimento rural e no combate à pobreza no país, uma das principais apostas do Executivo no seu programa de acção.

1.5 A erradicação da pobreza e os direitos humanos*Jornal de Angola**19 De Janeiro de 2011*

A tortura de um só indivíduo faz levantar, com razão, a indignação pública, No entanto, passam despercebidas as mortes de mais de 30.000 crianças por dia devido a causas evitáveis. Porque, segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, publicado no início do presente milénio, “estas crianças, estão invisíveis na pobreza”. A erradicação da pobreza foi assim consagrada, como um dos “principais desafios dos direitos humanos para o século XXI”.

“Um nível de vida digno, alimentação adequada, cuidados de saúde, educação, trabalho digno e protecção contra as calamidades não são apenas objectivos do desenvolvimento são também direitos humanos”, salienta o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, publicado em 2000.

Dos muitos fracassos de direitos humanos, a negação dos direitos económicos, sociais e culturais está particularmente difundida. Cerca de 90 milhões de crianças não frequentam o ensino primário.

Mais de mil milhões de pessoas passam fome e não têm segurança alimentar e cerca de 1,2 mil milhões vivem com menos de 1 dólar por dia. Mesmo nos países da OCDE, considerados como sendo os mais desenvolvidos do Mundo, quase 8 milhões de pessoas estão subalimentadas. Só nos EUA, cerca de 40 milhões de pessoas não estão abrangidas pela segurança na saúde e um em cada cinco adultos é funcionalmente analfabeto.

“Em cada 100 angolanos”, sublinhou o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, quando procedia à abertura dos trabalhos do VI Congresso do MPLA em Dezembro de 2009, “cerca de 60 são muito pobres, não conseguem comer normalmente todos os dias, não sabem ler nem escrever, não têm acesso fácil à água potável e aos cuidados primários de saúde, nem casa normal para se abrigar. O desemprego, o analfabetismo e a pobreza são três problemas muito graves, difíceis de resolver e que atingem principalmente as mulheres e a vida das famílias e das crianças em particular.”

Por este motivo estando a decorrer em Luanda o 1º Fórum Nacional de Luta contra a Pobreza, por iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, deixamos aqui algumas considerações, consubstanciadas em três prioridades que, em nosso entender, deverão merecer a devida reflexão por parte dos seus participantes e não só, na esperança de que o mesmo se torne, de facto num evento decisivo na luta pela redução deste grande flagelo que ainda afecta drasticamente milhões de nossos concidadãos e, sirva de inspiração para nortear os esforços das instituições do Estado, da sociedade civil e dos cidadãos em geral, tendo em vista a edificação de um Estado de paz, progresso e justiça social em Angola.

ASSEGURAR OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS
- liberdade de expressão, de associação e de participação
- para dar às pessoas pobres o poder de reclamarem os seus direitos sociais, económicos e culturais.

Dadas as ligações causais entre os muitos direitos humanos, eles podem reforçar-se mutuamente e podem habilitar as pessoas pobres a combater a pobreza. A garantia do respeito pelos direitos civis e políticos não é um fim em si mesmo - é um bom meio para a erradicação da pobreza. Assegurar a liberdade para as ONG, meios de comunicação e organizações de trabalhadores pode contribuir muito para dar às pessoas pobres o espaço político de participação na tomada de decisão sobre políticas que afectam as suas vidas.

Um dos principais desenvolvimentos dos anos 90 do século XX foi o florescimento das ONG e das suas redes mundiais - cresceram de 23.600 para 44.000 ao longo da última década do século XX. Da Guiana à Zâmbia, da Índia à Federação Russa, as pessoas estão a organizar grupos da sociedade civil e de ONG, a ganhar experiência na defesa dos direitos individuais contra a exclusão social, a responsabilizar o Governo pela construção de escolas, pelo desenvolvimento das comunidades e pela educação sobre os direitos humanos e a envolverem-se em inúmeras outras batalhas pela sua participação activa nos processos de tomada de decisão aos mais variados níveis.

É imperioso que o Estado se torne efectivamente num instrumento capaz de cumprir as suas obrigações para com os direitos humanos, executando políticas e processos de decisão económica que possam garantir os direitos económicos, sociais e culturais dos mais desfavorecidos e assegurar a sua participação na tomada de decisão.

Os direitos à habitação, cuidados de saúde e outros semelhantes não devem significar uma reivindicação de serviços gratuitos ou uma esmola do Estado. Pelo contrário, são reivindicações de arranjos sociais e políticos que promovem o acesso a esses direitos, quer através do mercado (habitação), quer através do Estado (educação primária e gratuita).

INVESTIR NOS RECURSOS ECONÓMICOS para a promoção dos direitos humanos.

As medidas dos seres humanos variam, desde as virtualmente sem custos até às que exigem recursos substanciais - para os orçamentos públicos, para a provisão de escolas, professores juizes e para as empresas, para o estabelecimento de condições de trabalho que respeitem os padrões laborais fundamentais. Mas não há uma ligação automática entre os recursos e os direitos. Rendimentos elevados dão geralmente mais possibilidade aos países ricos para que estejam livres de violações graves dos direitos humanos, do que rendimentos baixos que impedem os países pobres em alcançar progressos significativos neste domínio.

Em todo o mundo, a despesa pública com os direitos económicos e sociais é inadequada e mal distribuída. Na Etiópia, nos anos 90 do século passado, a despesa anual com os serviços básicos de saúde era de apenas três dólares por pessoa, apenas 25 por cento do nível exigido para o pacote de saúde mínimo.

Por isso, é aconselhável que 20 por cento dos orçamentos nacionais e 20 por cento dos orçamentos de ajuda sejam atribuídos à satisfação universal de necessidades básicas.

Mas a despesa continua sendo consideravelmente muito mais baixa nos países da África Subsaariana.

Por outro lado, os países pobres precisam crescer muito mais depressa para gerar os recursos que financiam a erradicação da pobreza e a realização dos direitos humanos.

Mas o crescimento económico, unicamente, não é suficiente. Tem de ser acompanhado por reformas políticas que canalizem os fundos para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento humano - e para a criação de instituições, estabelecimento de normas e reforma de leis, para promover os direitos humanos.

Negligenciar os direitos económicos e sociais pode minar as liberdades civis e políticas, tal como negligenciar os direitos civis e políticos pode minar os direitos económicos e sociais em momentos de calamidade e ameaças.

No nosso país os rendimentos provenientes do sector mineral, petróleo e diamantes, faz com que os cidadãos ainda não sintam directamente, no seu dia-a-dia, os benefícios do crescimento económico e que se vem operando nos últimos cinco anos, por ser de capital intensivo e não de mão-de-obra intensiva. É um sector, embora crescendo muito, não oferece muito emprego.

Só com o aumento produtivo no sector extra-mineral, com base numa estratégia de diversificação da economia, tendo em vista uma maior participação, do sector extra-petrolífero, no Produto Interno Bruto (PIB) os cidadãos poderão sentir directamente os benefícios do crescimento da economia angolana, por ser uma área que proporcionará inquestionavelmente um maior número de emprego directo.

Para o efeito, é imperioso que o Estado prossiga o trabalho gigantesco que tem vindo a empreender para a reabilitação das infra-estruturas básicas estruturantes, indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento sustentável da economia. Estas acções constituem mola. Propulsora para melhorar o nível de vida dos cidadãos com base na estratégia de diversificação da economia nacional, que a ser implementada, o país possa ver reduzida, por essa via, a taxa de desemprego, que é bastante elevada.

Reduzindo-se o índice de desemprego, as pessoas terão melhores rendimentos e melhores oportunidades de fazer negócios em Angola e, obviamente com essas alterações, o nível de vida das populações vai aumentar. É motivo de regozijo e de satisfação ver a economia a crescer. Contudo, o crescimento não significa desenvolvimento, significa mais quantidade, aumento de bens e serviços numa dada economia, ao passo que desenvolvimento é qualitativo, tem a ver também com o aumento

do nível de vida dos cidadãos, do bem-estar económico das populações, diminuição dos índices de pobreza, de desemprego e das dificuldades sociais.

O combate à pobreza passa, necessariamente, para concluir, por uma diversificação da economia, pelo aumento do emprego, melhoria na distribuição da renda nacional e também pela continuação de políticas sociais tendentes a assegurar a racionalidade, eficiência e equidade na distribuição dos dinheiros públicos.

1.6 Milhões de angolanos vivem com menos de um dólar

Jornal de Angola
20 De Janeiro de 2011

Mais de cinco milhões de angolanos viviam, no biénio 2008/2009, com menos de um dólar por dia, revela um inquérito sobre o bem-estar da população, divulgado, na quarta-feira, em Luanda, pela ministra do Planeamento.

Ana Dias Lourenço disse que o indicador de rendimento diário era “inferior a um dólar para cerca de 34 por cento da população”, o que significa que 5,4 milhões de angolanos se encontravam naquela situação.

A ministra sublinhou que “diante da gravidade desta situação” aquelas pessoas “não podem esperar por soluções a longo prazo”.

“Precisam que sejamos capazes de proporcionar-lhes, pelo menos, uma refeição adequada por dia e o acesso fácil à água potável”, referiu.

Ana Dias Lourenço defendeu que o programa de combate à pobreza deve mobilizar estratégias de promoção de rendimento directo, “com o aumento de salários mínimos na proporção do aumento da produtividade económica, formação profissional para a prestação de pequenos serviços de baixa especialização nas áreas da agricultura, promoção do emprego e de oportunidades de ocupação em obras públicas e acesso ao micro crédito, além da perfuração de poços e de praticas de tratamento de água de fácil aplicação, a nível da unidade familiar”.

O Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, lembrou, integra seis grandes eixos de intervenção: “acesso à alimentação e a oportunidades do meio rural, empreendedorismo e crédito rural, saúde básica e preventiva, alfabetização, acesso a serviços públicos essenciais e solidariedade e mobilização social”.

Os eixos do programa, referiu, são integrados em sub-programas, com objectivos gerais específicos, com indi-

cadores e metas, que contribuam para o objectivo geral do programa como um todo.

“O êxito da execução dos programas vai depender de todos nós”, alertou a ministra Ana Lourenço.

Os grandes problemas

A ministra referiu que para se entender melhor o Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e A Combate à Pobreza é preciso solucionar os três grandes problemas nacionais que afectam as populações nas áreas rurais.

E indicou a má nutrição, a pobreza e a baixa produção e produtividade agrícola, factores que se relacionam e auto fortalecem, comprometendo o desenvolvimento humano e a qualidade de vida da população. A ministra declarou que o governo tem realizado, desde há 15 anos, acções de combate à pobreza, através do programa de reabilitação comunitária e de reconciliação nacional que, “desde o início executou projectos que tiveram como resultado a mitigação de certos constrangimentos sociais das populações deslocadas, as que mais atreitas se encontravam face aos descalabros da guerra”. Disse ainda que o executivo não podia ficar indiferente ao sofrimento dos cidadãos”.

1.7 Fórum nacional sobre pobreza defendeu habitação condigna

Jornal de Angola

21 De Janeiro de 2011

Os participantes no Fórum Nacional sobre a Implementação dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, que decorreu em Luanda até ontem, recomendaram que a promoção do acesso à habitação condigna, a requalificação das aldeias e povoações no meio rural, tendo em conta as suas especificidades culturais

O comunicado final foi apresentado pela secretária para os assuntos Sociais do Presidente da República, Rosa Pacavira. Os participantes defenderam a necessidade de facilitar o acesso às tecnologias de desenvolvimento e à diversificação da produção e melhorar os mecanismos de escoamento e trocas comerciais para favorecer e fortalecer o comércio rural, visando a redução da pobreza.

A realização de encontros entre membros do Executivo, de forma periódica, para a discussão de matérias de interesse político, social e económico para desenvolver os municípios consta das recomendações do encontro.

O Programa Água para Todos, a estratégia de segurança alimentar e nutricional e a municipalização dos serviços de saúde devem ser prioridades. O Fórum recomendou

também a utilização de dados estatísticos de interesse nacional, baseados na recolha sistemática e actualizada de indicadores, para melhorar os mecanismos de planificação dos programas municipais de desenvolvimento.

Os participantes entendem ainda que é preciso garantir a execução dos programas e projectos que concorram para facilitar o acesso e a disponibilidade de alimentos a todos os angolanos especialmente a população mais vulnerável. O encontro, que decorreu sob o lema “Combate à pobreza um compromisso do Executivo” recomendou a criação de instrumentos de monitoria e avaliação sobre a execução e impacto dos programas nos municípios e reforçar os mecanismos de fiscalização.

A Secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais esclareceu ontem, em Luanda, que as administrações municipais vão ser autónomas para garantir aos administradores maior capacidade de execução nas questões internas em benefício da população.

“A descentralização administrativa vai permitir que os administradores municipais se tornem entidades autónomas, sem dependência dos governos provinciais. Agora, podem fazer contratos com empreiteiros e dinamizar projectos dentro dos municípios sem esperar a autorização do governo”, disse, acrescentando que “isso não quer dizer que o governador não tenha responsabilidades. O que se pretende é, simplesmente, descentralizar o trabalho e distribuí-lo pelas comunas”.

Rosa Pacavira, que falou ao Jornal de Angola durante o Fórum Nacional sobre a Implementação dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, lançou o desafio de os administradores municipais impulsionarem o desenvolvimento económico e social de cada município, em benefício da população.

“Se tivermos administradores com muitas burocracias não vamos conseguir gerar desenvolvimento nos municípios”, salientou a secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República, para acrescentar: “a partir de agora, eles têm de interiorizar o trabalho que é feito com as comunidades, sentirem-se munícipes e viver o problema que cada localidade enfrenta”.

A ministra frisou que foi também prioridade do executivo aumentar a oferta de serviços sociais básicos à população, tendo em vista “a reconciliação nacional e a reinserção desmobilizados, deslocados e refugiados no contexto económico e social angolano”. Os estudos e reflexões publicadas em todo mundo e pelas Nações Unidas, recordou, revelam que os problemas da pobreza resultam de uma cadeia complexa de causas de raízes históricas e de traços

específicos e deficientes nos campos demográficos, económicas, de infra-estruturas, institucionais, sócio culturais e de política pública. A ministra afirmou que, no caso de Angola, se pode dizer que a guerra foi a principal causa do crescimento da pobreza, dando origem a carência de infra-estruturas, à fragilidade da economia nacional e a deficiências de serviços essenciais em áreas cruciais, como a educação, a formação profissional e os cuidados de saúde.

O Programa Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural, acentuou, representa uma abordagem multi-sectorial de intervenção do Executivo.

Ana Dias Lourenço disse que, está prevista uma activa participação da sociedade civil, desde os líderes municipais e comunitários, a empresários, intelectuais, líderes religiosos e ONG.

O programa contempla a redução da pobreza, particularmente das populações do meio rural, promovendo o acesso a alimentos de qualidade e em quantidades adequadas e água potável, energia eléctrica, saneamento e habitação.

1.8 Independência e fome (III)

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

HAVIA DECIDIDO que a última conversa sobre este tema incidiria exclusivamente sobre o que se pode fazer para acudir as esquecidas populações rurais e dar um passo certo no combate à fome. Contudo, os recentes acontecimentos relativos à governação de Luanda obrigam-me a um comentário adicional e a reduzir o espaço do que me propunha escrever.

A nova era uma vez mais anunciada só terá sentido se houver uma mudança radical nos métodos de governação, pois já o mais-velho Einstein dizia que não faz qualquer sentido esperar resultados diferentes persistindo na mesma metodologia. Novos métodos significam muito mais do que mudar pessoas. Significam avaliar, de forma participativa, o que correu mal, aprender lições e atacar as causas dos problemas. Significam, também, uma outra atitude da comunicação social pública. Não se pode continuar a debitar elogios a novas eras, depois de se ter jurado, antes de declarações do Presidente, que a era anterior estava bem. Uma comunicação social deste tipo nunca contribuirá para a solução dos problemas de Luanda. Uma das causas desses problemas radica no abandono a que estão votadas as populações rurais, que procuram alternativas para os seus meios de vida, uma vez que a actividade agrícola não tem o apoio devido e nunca mais se resolve a questão do comércio nas áreas rurais. Basta analisar como a sua população cresceu

desde 2002, estimando-se agora que já tenha ultrapassado os seis milhões, ou seja, que um em cada três angolanos vive na capital. Arrepiante!

Não é por acaso que uma comuna no Kuanza Sul viu reduzida em um terço a sua população nos últimos três anos. Que em grande parte das aldeias do Huambo os jovens saem todos os anos, principalmente para Luanda, para ganharem em três meses aquilo que não ganham a produzir milho durante um ano. Que num município de Malanje um grupo de jovens me tenha dito que não permaneceriam lá porque não tinham nenhuma perspectiva de vida, e fã agricultura é uma coisa só para desenrascar, os outros até te fazem pouco”. Que, noutra município, os professores bazam porque não têm condições de vida e de trabalho. Que, ainda mais chocante, na aldeia de Jungo, próxima da capital de provincia mais próxima de Luanda, Caxito, segundo a insuspeita TPA (notícia de 2 de Dezembro último), a população só sobrevive graças à caça (eu havia dito o mesmo sobre uma região do Kuanza Norte na última conversa) e uma criança tenha afirmado à reportagem que os seus pais haviam-na tirado da escola para ganhar 600 a 800 kuanzas por ~a a esfoliar animais caçados.

O problema de Luanda e de outras cidades não se resolverá enquanto o Executivo, entre outras coisas, não implementar uma estratégia adequada de desenvolvimento rural. Que se baseie no próprio Programa do Governo, não implementado porque se dá prioridade a projectos que comem muito dinheiro sem os correspondentes resultados. Desde há anos venho chamando a atenção para o enorme erro que representa o Projecto Aldeia Nova. Por favor, analise-se o resultado de um investimento de mais de 150 milhões de dólares, aprenda-se a lição, corrija-se o que ainda é possível corrigir e evitem-se novos erros. Neste caso não se tiveram em conta, por exemplo, apesar das sugestões de muitos, os trabalhos do Professor Mariano Feio, um dos portugueses que mais contribuiu para o conhecimento do território e denunciou com números e outros fundamentos os erros cometidos na Cela ao longo de décadas. Ignorou-se, igualmente, o estudo de Gerald Bender sobre o mesmo colonato. Mas ouviu-se quem não conhecia nada sobre o assunto e cometeram-se os mesmos erros anteriores. E continuam a ser aprovados projectos que não têm condições para andar, como o da cultura do algodão no Kuanza Sul e muitos outros.

Ouvimos este ano de representantes do Executivo as virtudes do crédito de campanha, aprovado há quase dois anos, mas que só agora começou a ser implementado. É um passo, mas está longe de ser a solução. Desde logo porque A sua execução está a encontrar barreiras burocráticas e debilidades de capacidades, pessoais e institucionais. Depois, porque um Programa de Desenvolvimento Rural não se pode resumir ao crédito. Até temos já outros instrumentos:

O Programa de Extensão Rural, o Programa de Promoção do Comércio Rural e a Estratégia de Segurança Alimentar. Bastaria dotá-los de recursos e capacidades. Só que o primeiro tem vindo a arrastar-se por falta de recursos, pois nos dois últimos anos quase não houve dinheiro para além do gasto com salários e com despesas correntes. O segundo, depois do fracasso da era PRESILD e aprovado há mais de um ano, nem sequer começou a ser implementado, sem que aos cidadãos seja dada alguma explicação sobre ambos os factos, e sem que a comunicação social - incluindo a privada - se preocupe com o assunto. Em princípio estará tudo bem nesta era. Até ver. Até que o Presidente diga que está mal, e pergunte, por exemplo, porque os centros de recolha de produtos frescos instalados há cerca de dois, anos no Chinguar, na Calenga (Caála) e na Gabela permanecem encerrados.

E.T. Quando é que a nossa comunicação social deixará de dizer absurdos como o de que o Moxico e o Kuando Kubango podem ser o celeiro do Mundo (sic)?

1.9 Vendedores do mercado contestam encerramento sem pré-aviso

Novo jornal

21 de Janeiro de 2011

OS VENDEDORES DO MERCADO da Chicala e Ponto Final estão insatisfeitos com a administração Municipal da Ingombota, porque não foram avisados que este espaço comercial iria fechar.

Os comerciantes manifestam-se em desacordo com a atitude da administração municipal e recusam as alegações para o encerramento.

“Como é que hoje dizem que há gente que não pagava e que isto era o centro da prostituição?” indagam os vendedores. “Isto não está certo. As pessoas namoram em qualquer lugar e aqui não seria diferente”, insistem, acrescentando que o espaço mantinha-se limpo ao contrário do que foi noticiado. “Nós não vivamos todos os dias. As informações que passaram na televisão, de que vendíamos no lixo, também não correspondem à verdade. Não está certo”.

Os vendedores, como garantem, pagavam semanalmente 120 kwanzas para venderem no mercado da Chicala. “É muito dinheiro. O total do que nós pagávamos todas as semanas por mês dava 4800 kwanzas por ano. A administradora não pode dizer que nunca viu o dinheiro. Temos facturas que provam o que estou a dizer. Se ela nunca viu o dinheiro então ia para o bolso de quem? A administradora sabe, só não diz porque tem vergonha”, afirma uma vendedora. Madalena Afonso diz que a posição da administradora não é justa porque

não tiveram um aviso prévio. “Pelo menos que avisassem com um mês de antecedência, assim nós já não comprávamos as coisas. Agora o que vamos fazer com o que comprámos?”, interroga a mulher, acusando os governantes de não pensarem nas pessoas. “São várias as pessoas que neste momento estão de novo no desemprego”.

Na zona da Chicala havia 115 barracas, num mercado que existe há mais de três anos.

As cobranças pela ocupação do espaço era, segundo os comerciantes, feira por quatro pessoas, uma da administração comuna!, uma do comité do MPLA, conhecida apenas como tio Afonso, uma vendedora conhecida por Arlete e o man Peló. “Eles apareciam todos os finais de semana para cobrar o dinheiro. Se a gente não pagava levavam todas as cadeiras. Agora vão dizer que nunca receberam dinheiro, acho que estão a ficar todos malucos”, lamentam. As vendedoras pedem ao governador de Luanda, José Maria, para resolver a situação e pedir contas à administradora municipal para dar informações sobre o dinheiro que recebiam todas as semanas. “O que as pessoas agora querem saber é para onde é que ia o dinheiro, e o governador tem como saber. Nós conhecemos as pessoas que faziam as cobranças e podemos mostrá-las”.

1.10 Executivo estuda causas da inflação

Angolense

De 25 de Dezembro de 2010

à 15 de Janeiro de 2011

O presidente da República José Eduardo dos Santos, há mais de trinta anos 110 poder, falou pela primeira vez do estado da nação no parlamento, tendo dedicado grande parte do seu discurso a vertente económica. Falou dos preços dos serviços e produtos básicos em Angola que, no seu entender sobem permanente, tomando a vida dos cidadãos cada vez mais apertado

Durante o seu discurso, Eduardo dos Santos anunciou algumas medidas que estão a ser ensaiadas pelo executivo para inverter o quadro. O Chefe de Estado avançou que o executivo está a terminar um estudo sobre as causas reais da inflação em Angola, de modo a concluir se esta é importada ou se resulta do financiamento do défice causado pela despesa pública, pois os seus efeitos incidem sobre altos patamares actuais das taxas de juros em termos de medidas adequadas para estimular o investimento e o crédito”.

No seu discurso acrescentou que o executivo iniciou um programa de reorganização das finanças públicas com o apoio de conceituadas consultorias externas, tendo como propósito central fortalecer o relacionamento institucional entre o Banco Nacional de Angola e os Ministérios das Finanças, do planeamento e da administração emprego e segurança social e também refor-

çar a observância dos procedimentos e das boas práticas universalmente aceites, de modo a garantir a execução eficiente e eficaz da despesa pública e a elevar os níveis de arrecadação da receita.

Com efeito, dizia, “pretendemos níveis de inflação que não onerem as taxas de juros, encarecendo assim o crédito”.

De acordo com o chefe de Estado, o executivo deverá ainda adoptar novas medidas, acções directas sobre as causas da permanência de níveis ainda elevados de preços no nosso país, quando comparados com os níveis de preços médios de outros países em desenvolvimento. Eduardo dos Santos informou que está elaborado um estudo objectivo, amplo e minucioso sobre a formação dos preços dos bens e serviços no nosso país, na base do qual serão em breve anunciadas medidas com destaque para a criação de uma instituição de supervisão dos preços e da concorrência.

1.11 PIB deve crescer nos próximos tempos

Jornal de Angola
30 de Dezembro de 2010

O Banco Nacional de Angola prevê o crescimento do Produto Interno Bruto do nosso país nos próximos tempos o Produto Interno Bruto deve “dilatarse” em cerca de quatro por cento nos próximos tempos, numa altura em que se perspectiva progressos significativos do sector não petrolífero, cujo crescimento deve situar-se em torno de 5,7 por cento, num contexto macroeconómico em que a economia angolana não se dissociou da mundial. A previsão é do governador do Banco Nacional de Angola, José Massano, que ao discursar, na terça-feira em Luanda, na tradicional cerimónia de cumprimentos de fim de ano, destacou como pontos altos da economia angolana o apuramento do risco soberano que mereceu avaliação positiva das principais instituições de análise de risco.

Outro ponto alto, disse, residiu no facto de o FMI ter aprovado o desembolso da segunda e terceira tranche do financiamento ao abrigo do Acordo celebrado pelas autoridades angolanas e a instituição.

Em relação à economia mundial, José Massano reconheceu que, de modo geral, deu sinais de recuperação, sendo expectável que a taxa de crescimento se situe ao redor dos 4,8 por cento.

Na ocasião, lembrou que o BNA, enquanto entidade responsável pela preservação do valor da moeda, tem acompanhado a evolução do mercado monetário e cambial, particularmente nos momentos em que o aumento da liquidez na economia pode estimular uma maior instabilidade de preços.

O governador do Banco Nacional de Angola lembrou ainda, que face à volatilidade da taxa de câmbio e os efeitos que exercem sobre as expectativas dos agentes económicos e sobre a estrutura de custos à economia, o BNA esforçou-se em prover o mercado de recursos suficientes para assegurar a oportuna cobertura e manutenção do ciclo normal de importação de bens e serviços.

Para tal, o BNA disponibilizou à economia, via sistema bancário, cerca de 11,7 mil milhões de dólares, a uma taxa de câmbio média de referência ao redor dos 92,2 kwanzas por dólar americano.

Relativamente às reservas internacionais líquidas do país em comparação com as do ano anterior, o governador disse terem crescido em aproximadamente 27 por cento, situando-se em cerca de 15,8 mil milhões de dólares.

No domínio monetário, os meios de pagamento, até finais do terceiro trimestre, sofreram uma contracção, inflectindo apenas nos meses de Novembro e Dezembro, reflexo do impacto da crise sobre a economia angolana e do controle da evolução dos efeitos combinados de política orçamental e monetária sobre o comportamento da inflação.

No que respeita à captação de depósitos, até finais de Novembro a taxa de crescimento no ano era de sete por cento, numa altura em que a banca conseguiu manter-se estável com um rácio médio de solvabilidade de 16,8 por cento, mantendo também a continuidade dos programas de expansão da rede bancária. Até agora, o sistema conta com 875 balcões e a taxa de bancarização ronda os 11 por cento da população.

Coordenação

O sistema financeiro é instrumental para a sustentação de programas de desenvolvimento económico e social e a crise deixou referências importantes para o processo de desenvolvimento de Angola, disse José Massano, que entende que a sustentabilidade das economias passa pela construção de um sistema financeiro sólido, eficazmente regulado e socialmente responsável.

Este factor, prosseguiu, é capaz de incentivar a poupança e a afectação de recursos para a promoção de capacidades internas de produção e consequente defesa de postos de trabalho.

Desafios

Para sustentar os preços na economia, não basta adoptar políticas monetárias restritivas ou disponibilizar recursos cambiais em larga escala. É crucial, disse, que se mantenha uma permanente coordenação entre política fiscal, orçamental e monetária para que se alcance e se mantenha a estabilidade nos mercados.

Realçou ser determinante o controle da inflação para que se garanta a confiança dos aforradores e investidores, já que uma medida do género assegura também a

preservação da moeda e permite a protecção da economia contra choques externos.

Entre os inúmeros desafios do BNA consta a necessidade de assegurar o ritmo de crescimento da economia com estabilidade macroeconómica, conforme determina o Plano Nacional para 20 11.

Uma série de iniciativas normativas e monetárias tomadas no último trimestre pelo BNA e que vão no sentido de alinhamento do Banco aos objectivos de desenvolvimento económico traçados pelo Executivo para 2011, realça a redução da taxa de redesconto, a introdução de facilidades permanentes de liquidez.

A redução progressiva da exposição cambial permitida nos bancos comerciais, a regulamentação das casas de câmbio e a aprovação pelo Conselho de Ministros da regulamentação das sociedades financeiras não bancárias de micro-crédito e cooperativas de crédito, fazem parte do conjunto de iniciativas tomadas pelo BNA para 20 11.

Para o novo exercício económico a meta de inflação está fixada em 12 por cento, um desafio que exige o esforço de todos os agentes económicos, num momento em que o BNA pretende uma política monetária rigorosa, mantendo controlados os factores de expansão monetária em coordenação com o Ministério das Finanças.

Numa cerimónia que contou com a presença de administradores do BNA e de bancos comerciais, José Massano disse que a intervenção no mercado cambial deve atender as necessidades legítimas de procura de divisas pela economia, devendo assegurar também o crescimento e preservação das mesmas com o mesmo sentido de defesa de solvabilidade externa da economia nacional.

“O BNA vai promover a revisão dos instrutivos de política cambial, facilitando a sua interpretação pelos agentes económicos e aprimorando os mecanismos de controle pela autoridade cambial”, prometeu.

O próximo ano revela-se como um ano de muitos desafios para o BNA. Entre eles, está o reforço da defesa dos consumidores de serviços financeiros com a institucionalização de uma unidade vocacionada à aceitação, registo e acompanhamento de reclamações, num ano que se prevê exigente e intenso.

“Contamos com a colaboração de todos para dar sustentabilidade à economia nacional, o que significa manter um sistema financeiro sólido e eficiente e competitivo”, referiu José Lima Massano. Outro desafio, disse, tem a ver com a supervisão bancária, um dado que incide na contínua modernização dos serviços de fiscalização preventiva não presencial e acompanhamento da implementação de normas de boa governação pelos agentes financeiros licenciados pelo Banco Central.

A institucionalização da Unidade de Informação Financeira, órgão do BNA vocacionado para análise, prevenção e detecção de tentativas de utilização do

sistema financeiro para actos de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, consta também das acções prioritárias do BNA. A Unidade entra em funcionamento no primeiro trimestre de 2011.

Para a solidez do sistema financeiro, o governador aponta a implementação do programa de consolidação da banca angolana, que passa pelo reforço da estrutura de capitais dos bancos e a adopção de critérios de prudência em harmonia com as melhores práticas internacionais, como favorável a isso.

2 MERCADO INFORMAL

2.1 Mais de 50 Cidadãos Detidos por venda ilegal de livros

O PAÍS

04 De Janeiro de 2011

51 Cidadãos angolanos, em todo o país, por terem sido apanhados em flagrante a comercializarem os manuais da iniciação à sexta classe encomendados pelo Ministério da Educação para serem distribuídos gratuitamente. Esta informação foi avançada nesta quarta – feira, 2, a O PAÍS pelo director Nacional de Fiscalização da corporação, Cristiano Francisco.

Para além da detenção destes indivíduos a operação que está a ser realizada desde o dia 18 de Janeiro, permitiu ainda que fossem recuperados 5.422 materiais escolares e entregues aos órgãos de direito.

Apesar de não precisar a quantidade de livros que foram recuperadas em cada uma das províncias, Cristiano Francisco declarou que foi na cidade de Luanda onde recuperaram a maior quantidade.

Quanto ao nome da empresa ou das pessoas que injectaram os materiais didácticos nos mercados e à zungueiras, o responsável pelo departamento de fiscalização da Polícia Económica declarou que até na tarde de quarta-feira ainda não tinha sido possível apurar esta informação estava a decorrer as investigações, mas mostrou-se bastante confiante que este “mistério” será desvendado.

Na esperança de conseguir reaver os materiais didácticos e injecta-los novamente no sistema de ensino sem causar muitos transtornos, a Polícia Económica está a trabalhar em colaboração com a Comissão Nacional de Distribuição de livros e as delegações provinciais da Educação. Compete a essas instituições fornecerem os materiais às administrações municipais que por sua vez distribuem aos estabelecimentos de ensino.

Segundo informações obtidas pelo nosso jornal, uma parte dos trinta e cinco milhões de manuais escolares encomendados pelo Governo foram surripiados e injectada no mercado informal e nas ruas de forma fraudulenta. Para esse material didáctico, o Estado investiu cerca de 40 milhões de dólares.

Atendendo ao facto de existir um número considerável de manuais que não regressam às prateleiras das escolas no final do ano lectivo, o Ministério da Educação optou por guardar outros 15 milhões de stock.

Para evitar que o material escolar não fosse entregue a todas as províncias antes do início do ano lectivo, o Governo estabeleceu um contrato com as distribuidoras Labuta, Mialosa e a Antitrade Luanda, num caso aparte.

Em Luanda, os preços destes materiais variam em função das classes, de comerciante a comerciante e dos locais onde eles se encontram. No Talentosa, nas imediações do Mundo Verde, o conjunto de livros da primeira classe estava a ser comercializado na terça-feira, 1, a três mil Kwanzas.

O zungueiro que se encontrava nas imediações da empresa Good Year, exibia -os aos automobilistas que por ali circulavam de forma destemida e como se estivesse a expor um produto permitido por lei.

Na avenida Canego Manuel das Neves, em São Paulo, a equipa de reportagem de O PAÍS deparou-se com a encarregada de educação Carla Isabel Calombe a comprar os materiais da segunda classe das mãos de uma zungueira.

Aflita com a presença dos oficiais da Polícia Nacional que patrulhavam o local, a comerciante solicitou à senhora Carla Calombe que efectuasse o pagamento antes de conceder a entrevista a este jornal. “Senhora, a situação aqui não está boa, convém pagar já para que eu possa dar-te o troco antes que os Polícias apareçam”, declarou a comerciante, que foi obrigada a meter-se em fuga, depois de dar o troco, devido à presença dos agentes da Ordem Pública.

À semelhança dos demais locais, as vendedeiras de rua que exercem esta actividade em São Paulo também têm a sua própria tabela de preços. Os cinco livros da segunda classe estão a ser comercializados a dois mil e 500 Kwanzas, mas a senhora Carla Calombe pagou apenas dois mil Kwanzas porque comprou uma embalagem de caderno, a 800 kwanzas, nas mãos da mesma pessoa.

A nossa interlocutora justificou a sua acção alegando que, apesar de o Governo ter se comprometido a entregar gratuitamente os manuais eles alunos e chegar as mãos dos estudantes tardiamente. Este atraso é descrito por ela como sendo motivo de grande estrangulamento, visto que os professores exigem com os alunos tenham o material de apoio logo no início do Ano lectivo. Caso contrário, há docentes que não pensam duas vezes em mandá – los regressarem à casa, até que os seus encarregados de educação adquiram o material.

Embora o seu filho esteja a estudar numa escola participada, Carla Calombe, declarou que teve que

optar pela mesma medida o ano passado, para evitar que ele passasse pelo constrangimento de ser expulso da sala de aulas.

“Atendendo à política do Governo de <distribuição gratuita dos livros, sou de opinião que a empresa responsável pela feitura do material faça a sua entrega antes do começo das aulas, para_ que sejam distribuídos nos primeiros dias de aulas”, explicou Carla Calombe, acrescentando de seguida que “deste modo, se evitaria que fôssemos obrigados a meter-nos no meio desta confusão à procura dos livros que são dos nossos filhos por direito”.

No seu entender, se os livros estão nas ruas de Luanda é um sinal de que os comerciantes são fornecido por alguém e o Governo deve procurar acabar com esta prática.

O desvio dos materiais escolares é um problema que já vem acontecendo desde o ano passado. Na altura, em que a Empresa de Distribuição de Material Escolar (Edimel) era dirigida por João Constantino que apresentou a sua carta de demissão por motivos até agora desconhecidos.

João Constantino afirmou, durante uma visita realizada pelos deputados da 6ª comissão da Assembleia Nacional à Edimel, que a retirada do material das ruas deve 1 ser feita por via administrativa e também coerciva.

Relativamente aos livros do 1º e 2º ciclo do nível secundário, igualmente em abundância nas ruas, João Constantino que os mesmos são provenientes das mesmas empresas privadas que fornecem a sua instituição, que os podem comercializar livremente, mas não aos revendedores de rua.

As zungueiras recusaram -se a prestar declarações a este Jornal com medo de sofrer represálias por estarem a vender um produto ilícito.

2.2 Chineses “zungam” em Angola

Semanário Sociedade

De 05 a 12 de Janeiro de 2011

Eles atravessaram vários continentes para chegaram até aqui, deixando para trás as suas famílias, as suas culturas e suas ideologias em busca de melhores condições de vida. Nos últimos três anos aumentou a presença dos chineses no país, que vieram a princípio para trabalhar no projecto de reconstrução nacional. Entretanto, nos últimos tempos eles são vistos a prestarem todo tipo de serviço, inclusive como “zungueiros”

Hoje é comum nas ruas, nas praças da cidade capital,

ver a presença de chineses a comercializarem diferentes produtos quer sejam vestuários, calçados como produtos medicinais. Numa ronda pela cidade encontramos alguns chineses a venderem vários produtos no São Paulo. Por exemplo, encontramos uma chinesa que vendia medicamentos que eliminam vários insectos e outros para tratamento de algumas doenças, assim como afrodisíacos. Segundo ela, que nos falava num português com forte sotaque e errando algumas palavras, são produtos naturais provenientes da China, capazes de eliminar os insectos e curar várias enfermidades do corpo humano como dor de dente, problemas nos rins, no estômago, na bexiga, nos pulmões, nos ossos, chás para redução de gorduras no corpo.

Os preços do remédio que eliminam os insectos variam de cinquenta a cem Kwanzas, o que agrada as clientes.

Os chineses vendem a bom preço. Esse remédio para matar ratos, por exemplo, cheira mal, mas elimina com muita rapidez os insectos. Na minha casa coloco apenas de quinze em quinze dias e eles fogem, antes convivia com os ratos, mas agora não”, disse uma das compradoras.

Quanto aos preços dos produtos medicinais, a maior parte das pessoas que ouvimos foram unânimes em afirmar que os chineses vendem os produtos a um bom preço. “As vendedoras parecem que entendem a medicina, porque são elas mesmas que nos dizem, depois de saberem. Qual a patologia, que medicamento usar e quais as quantidades, mas nem por isso o medicamento fica caro”, elogiou outra compradora. A mesma diz que tais produtos surtem os efeitos desejados, ao contrário de medicamentos feitos de composições químicas. Os chineses ambulantes estão por todos os cantos da cidade, alguns sem um lugar fixo para despachar os seus variados produtos, outros usam os mercados, como local predilecto, como os Congolese e o São Paulo.

Um pouco por toda a cidade, inclusive nos bairros que vão surgindo em Luanda, também já se encontra a presença dos chineses. Na zona de Camama, por exemplo, homens provenientes da China passam com frequência a venderem sapatos. “Aqui normalmente passam chineses que zungam calçados. Eles vendem um tipo de sapatilha a dois mil Kwanzas, mas é mesmo boa sapatilha, que nas nossas lojas talvez custariam o dobro ou triplo do Preço”, disse Jonas da Silva.

Dado os mosquitos que não abandonam a zona suburbana da nossa cidade, os chineses agora vendem um “Spray”, que dizem que afugenta mosquitos, mas muitos já se arrependem de fazerem tal compra, pois levaram gato por lebre. “Tinha um óbito, normalmente nos

óbitos ficamos expostos aos mosquitos, por isso, decidi comprar o tal produto que mata os mosquitos. Naquele dia passei mal, fiquei toda suja devido ao produto que caiu em cima de mim, contou Marta Adão.

O cidadão Alfredo também tem uma história triste para contar. Ele contou-nos que tinha uma ferida e comprou uma pomada aos chineses, que haviam lhe garantido que iria cura-la. Depois de aplicar três vezes a pomada, a ferida alastrou-se. “Aquilo ardia, mas eu pensava que era o bom efeito do medicamento, só mais tarde me apercebi que corria o risco de perder a perna, o que era uma fenda simples ficou grande. Tive que ir até ao Posto Médico para curar”, contou.

2.3 Populares pedem medidas contra venda ambulante de chineses

Sociedade

De 05 a 12 de Janeiro de 2011

Manuel Veleira, funcionário de uma empresa de comunicação, disse que se deveria proibir a prática do comércio por parte dos zungueiros chineses, pelo facto de não estarem legalizados. “Muito deles saíram da prisão e vieram a Angola para cumprir um contrato de trabalho na área da construção civil”, lembrou, realçando que o Governo deve tomar medidas a fim de acabar com o comércio ambulante por parte dos chineses.

Margareth Clarisse, estudante de apenas 14 anos, disse nunca ter adquirido nenhum medicamento em mãos de zungueiros chineses, pois não acredita na eficácia dos mesmos. “Parte dos produtos que vendem são artificiais, nem tudo é natural, por essa razão, prefiro não arriscar”.

Paulo Bonifácio, estudante, disse que os chineses vieram ao nosso país no intuito de ajudar na sua reconstrução e não para aumentar o fluxo de vendedores ambulantes, por outro lado, salientou que os produtos comercializados pelos mesmos são de qualidade duvidosa. “O Governo deveria repatriar todos eles, porque não têm visto para trabalhar e isso é um trabalho ilegal. Estão a infringir a lei.”

Rogério Benjamim, outro cidadão que se manifestou sobre o assunto, diz que os produtos comercializados pelos chineses “são bons” e acrescentou que conhece alguém que comprou uma pomada para dores na coluna e que ficou bom.

Já Flankin dos Santos disse já ter visto chineses a zungarem os mais variados produtos em varias artérias da cidade capital, destacando os medicamentos naturais.

“Todo imigrante procura melhores condições de vida, mas isso não quer dizer que eles têm que recorrer a prática de vendedor ambulante, uma vez que estamos a lutar para acabar com isso”, referiu. Entretanto, destaca que um vizinho seu, que usou um tipo de bálsamo vendido pelos asiáticos, obteve resultados.

Luís Fernandes, de 28 anos, técnico de informática, diz que na sua opinião deveria ser proibida a venda ambulante por parte dos chineses, pois, os zungueiros nacionais têm sido agredidos por parte de agentes da polícia.

Luís Filipe, analisando a questão, culpa o governo pela situação e lembra que os chineses não vieram a Angola para fazer comércio. “Nós nunca vimos um angolano a zungar na china, porquê que os chineses o fazem aqui no nosso país?”, questionou, deixando no ar outras questões como a proveniência dos produtos e se estes pagam as taxas aduaneiras exigidas.

2.4 Número de inspectores para Luanda é insuficiente

Semanário económico

6 de Janeiro de 2011

O director provincial do Comércio de Luanda, Guilhermino Paulo, esclareceu que o exercício do comércio precário está reservado aos angolanos e que o alvará comercial é intransmissível.

o número de inspectores, de acordo com Guilhermino Paulo, não ajuda em nada na fiscalização, tendo em atenção a densidade populacional de Luanda. “Só o Cazenga é quase uma província. Este número de fiscais dificulta o trabalho e estamos a pensar inscrever mais inspectores”, avançou.

Apesar dessa determinação legal, Guilhermino Paulo disse que a Direcção Provincial tem notado a existência de cidadãos nacionais que transmitem os seus alvarás a estrangeiros, para o exercício dessa actividade em cantinas.

Pelo facto, o responsável lamentou, mas disse ser necessária a criação de condições para se pôr fim a estes casos. A violação da proibição de transmissão do alvará comercial a terceiros pode dar lugar à cassação do documento. Mas nada disso tem acontecido até ao momento, numa clara violação da lei em vigor.

Guilhermino Paulo afirmou ainda que cidadãos nacionais requerem licenciamento comercial com uma determinada finalidade, mas alugam o alvará e arrendam espaços a estrangeiros, para desenvolver o comércio. Segundo o responsável, legalmente o estabelecimento está licenciado para o nacional, mas aparece um estrangeiro a gerir. A sociedade surge, em muitos casos, como argumento para proteger o estrangeiro. “Em termos

legais nada impede que ele trabalhe, salvo se tiver a sua situação migratória irregular”, explicou.

O comércio precário só deve ser exercido nas zonas suburbanas e rurais, e “não requer necessariamente um alvará comercial”.

Pode ser desenvolvido ao abrigo de um cartão de comércio precário, emitido pela Direcção Provincial do Comércio. Com vista a organizar o sector, os comerciantes localizados na parte urbana de Luanda foram orientados a transformar os seus estabelecimentos em lojas de conveniência e está em curso um plano de ordenamento da rede comercial através de visitas de inspecção, actividade que até agora não surtiu o efeito desejado. Se olharmos pelas ruas da cidade capital, existem muitas cantinas mesmo no centro da cidade.

No entanto, Guilhermino Paulo manifestou preocupação pelo facto de dispor apenas de 37 inspectores para cobrir nove municípios com cerca de duas mil cantinas.

Primeiras cantinas no Mártires e Hoje- ya-Henda.

As primeiras cantinas surgiram no bairro do Mártires de Kifangondo e Cassenda, na Maianga, assim como no Hoje- YaHenda, em Luanda. Hoje, as cantinas estão espalhadas pelo país e em todas esquinas. Apesar da proibição legal, o certo é que os estrangeiros dominam o negócio. Na capital do país, eles podem ser encontrados no centro da cidade, em bairros como Rangel, Neves Bendinha, Vila Alice, só para citar estes. A verdade é que os cidadãos nacionais abriram as suas casas para dar lugar aos “criadores” de cantinas. Nos referidos estabelecimentos, estão afixados alvarás de licença comercial passados pela direcção provincial do comércio, apesar de haver interditação aos estrangeiros neste negócio por ser considerado de baixa renda.

De acordo com informações em nossa posse, os estrangeiros estão sim autorizados a realizar negócios macros, enquanto o micro negócio deve ser da responsabilidade dos nacionais. No entanto, a realidade não tem nada a ver com o que está legislado. Os malianos, senegaleses, guineenses de Conacry, Ivoirenses e sudaneses estão na fila da frente no negócio que agora se transformou numa “mina de ouro”. Grande parte dos emigrantes ilegais abortados pelos Serviços de Migração e Estrangeiros procuram chegar a Angola com a finalidade de investirem em cantinas. Há informação que dão conta que até mesmo os que já se fixaram no país ainda estão na condição de ilegais

2.5 Aumenta número de vendedores no mercado da Cuca

Jornal de Angola
6 de Janeiro de 2011

A transferência do mercado do Roque Santeiro, no passado mês de Setembro, para o Panguila, tem provocado o aumento de vendedoras no mercado informal situado na rotunda da Cuca. O movimento comercial provoca graves problemas à circulação dos automobilistas.

Ao fim do dia, a rotunda da Cuca fica com toneladas de lixo e para além do aumento de vendedoras, também aumentaram os casos de delinquência.

A reportagem do Jornal de Angola ouviu várias vendedoras e todas foram unânime em afirmar que estão a vender na rotunda da Cuca porque o mercado do Panguila fica muito distante e há falta de espaços nos mercados de Luanda.

Filomena Marisa, moradora no Bairro Prenda, diz estar consciente do perigo que corre vendendo num local impróprio e onde o movimento de viaturas e motorizadas é constante.

“Sei que corro perigo vendendo neste local, mas não existem lugares nos mercados por isso estou a vender aqui para sustentar os meus filhos”, disse Filomena Marisa.

Celestina Ambrósio, moradora na Calemba, afirmou que antigamente vendia no Roque Santeiro mas com a transferência para o Panguila, a solução encontrada foi a rotunda da Cuca lugar propício para vender os seus produtos.

Mana Celestina disse que está cansada com a vida na zunga mas não sabe como se libertar dela, por falta de emprego ou de um lugar no mercado para vender.

“Se o Executivo construir mais mercados em Luanda estou disposta a deixar de vender em locais impróprios para o comércio”, afirmou.

Vendedora de roupa, Celestina Ambrósio reconheceu que a sua actividade causa problemas no trânsito da rotunda da Cuca. “Também sei que não devíamos deixar o lixo no chão, mas nem todas as vendedoras têm cuidado”, disse.

Administração cria condições

A Administração municipal do Cazenga garante que foram criadas “boas condições” no mercado do bairro Hoji ya Henda para acabar com a venda na rotunda da Cuca e no mercado informal “arrou arrou”, mas nada adiantou.

“O mercado do Hoji ya Henda tem muitos espaços vagos para as vendedoras e é lá que devem exercer a sua actividade, com segurança, limpeza e higiene”. A Administração do Cazenga desmente as vendedoras da rotunda da Cuca e garante que existem muitos espaços disponíveis nos mercados.

“Por isso, aconselhamos as vendedoras ambulantes a acabarem com a prática de vender nas ruas, devem ir para os mercados existentes no município onde têm excelentes condições de trabalho”.

Produtos estragados são comercializados

Clientes do mercado informal da rotunda da Cuca disseram à nossa reportagem que muitos produtos ali comercializados são impróprios para consumo humano, principalmente os perecíveis.

Francisca Pedro, uma cliente, disse que a maioria dos produtos vendidos na praça da Cuca são estragados. “As vendedoras aproveitam vender peixe, frango, carne de vaca e outros produtos perecíveis e lacticínios no período nocturno por estarem deteriorados. Elas aproveitam o cair da noite, altura em que as pessoas estão a sair do serviço, com pressa, para venderem produtos estragados”, afirma Francisca Pedro.

Os automobilistas que circulam diariamente na rotunda da Cuca pedem às autoridades para acabarem com o mercado informal em plena via.

Sebastião Pedro, motorista de táxi, diz que cada dia o trânsito é mais difícil na rotunda da Cuca porque há cada vez mais vendedoras no local. “Elas estão sujeitas a ser atropeladas”, disse.

Santana Pedro Sebastião, outro automobilista, disse é preciso uma maior intervenção da parte dos agentes da Polícia Nacional e da Fiscalização para impedirem as vendedoras de exercer a sua actividade naquela zona.

Pinto Lopes, taxista que usualmente faz o percurso entre São Paulo e a Cuca diz que “as pessoas pensam que os taxistas são os principais causadores dos engarrafamentos nas principais vias de Luanda, mas a venda de produtos nas ruas causa mais problemas ao trânsito do que nós”.

O taxista Ferreira Pinto disse que a fiscalização da Administração Municipal e o Comando da 3ª Divisão de Polícia do Cazenga devem trabalhar em colaboração com vista a acabar com o mercado informal na rotunda da Cuca.

“A Administração Municipal do Cazenga e a Polícia Nacional devem aplicar medidas duras contra os prevaricadores para forçá-los abandonarem a área e facilitar o movimento do trânsito”, disse.

Mercado informal prejudica a escola

O alargamento do mercado na rotunda da Cuca está também a preocupar a direcção, os professores e alunos da Escola do primeiro Ciclo nº 7012 do município do Cazenga.

Santa Luzia, chefe do turno da noite da escola 7012 disse que o crescimento da praça tem provocado incómodos aos alunos e professores. “As vendedoras instalaram-se mesmo em frente à entrada da escola, impedindo o acesso”, lamentou.

O professor Santa Luzia revelou que já conversou várias vezes com as vendedoras para libertarem a entrada da escola, mas nada adianta. Professores, alunos, pessoas que pretendem resolver assuntos junto da direcção da escola e viaturas, são “barrados” pelas vendedoras ambulantes e os seus produtos expostos no chão.

Acrescentou que a direcção da escola apresentou a situação às autoridades mas até agora ninguém retirou o mercado informal da rotunda da Cuca.

“As zungueiras vendem os seus produtos em cima da faixa de rodagem da Estrada da Cuca, onde circulam viaturas e motorizadas. Estão sujeitas a serem atropeladas”, disse o professor.

Camiões de cerveja a entopem o trânsito

Os camiões que se concentram diariamente para realizarem carregamentos de cerveja na fábrica da CUCA-BGI têm criado grandes dificuldades na circulação automóvel.

A nossa reportagem verificou que existem diariamente grandes filas de camiões com grades de cerveja nas imediações da fábrica para serem abastecidos.

As filas de camiões têm contribuído para a aglomeração de trânsito.

2.6 Angolanos ultrapassados por estrangeiros

*Semanário económico
6 de Janeiro de 2011*

O documento que veta o comércio precário aos cidadãos estrangeiros foi aprovado recentemente. Trata-se do decreto presidencial 288, publicado na I Série do Diário da República, de 30 de Novembro. Apesar disso, as vendas ilegais, nas cantinas, por parte de cidadãos estrangeiros continuam em alta.

Para estar por dentro desta actividade, na quarta-feira, 04, a nossa ronda começou muito cedo, às 7h00 da manhã, no Bairro Popular. No largo junto ao Cine

Neves Bendinha e a igreja Santa Ana', concretamente no largo Irene Cohen, funcionam várias cantinas. Na primeira, vende o cidadão de origem sudanesa, identificado apenas por Abo e disse estar em Angola há 10 anos. O homem que fica o dia atrás do balcão disse não ser o proprietário do estabelecimento sem letreiro.

“Sou apenas empregado, mas tenho estado a gostar da minha passagem por Angola. Aqui dá para ganhar dinheiro”. disse o jovem de estatura média.

O nosso interlocutor contou-nos ainda que tem feito o vai vem entre Cartun e Luanda, uma vez que fixou residência na capital angolana e vai ao seu país apenas em gozo de férias.

Logo de seguida, na cantina ao lado, está outro cidadão do Sudão, de nome Brancana, funcionário do referido estabelecimento.

No país há nove anos, Brancana começou por contar que não existem apenas sudaneses no largo. Estão lá também cidadãos do Tchad e do Kenya.

O responsável da cantina onde trabalha é um maliano, cujo nome não avançou, no entanto, revelou que o mesmo está casado com uma angolana e que possui várias cantinas um pouco pelo país.

O seu patrão, possuidor de um alvará de comércio precário, exclusivo para os nacionais, reside e exerce a actividade há muitos anos no país.

Quanto à sua actividade, disse que tudo corre bem e que tem contado com a colaboração da Polícia Nacional. “A Polícia tem vindo aqui. Quando chegam, inspeccionam os produtos e os documentos da loja e vão-se embora”, explicou.

N a cantina, podem ser encontrados bens de primeira necessidade, tais como açúcar, sabão, óleo alimentar, arroz, conservas e outros produtos. De acordo com a lei do comércio, esta actividade está reservada aos nacionais. No entanto, continua a ser desrespeitada.

Na busca de mais informação sobre o assunto, fomos até ao bairro do Mártires de Kifangondo, no município da Maianga. Na primeira cantina, está um cidadão angolano, mas com sotaque influenciado pelos seus patrões malianos.

Aos 31 anos de idade, Ismael Monteiro disse ter passado por várias cantinas. Conta que começou a trabalhar como balconista há muitos anos. “Sou angolano e natural de Luanda. Falo assim porque trabalho com

eles, faz tempo”, explicou.

Quando questionado se não deseja abrir um estabelecimento similar, disse que sim, mas faltam -lhe recursos para materializar a intenção. “Sei que esta actividade está reservada aos angolanos. Este é um problema do país. Todavia, não tenho como ser proprietário de uma cantina”, lamentou.

2.7 Empreendedor angolano sonha erguer um estabelecimento comercial próprio

Jornal de Economia

11 de Janeiro de 2011

Há cinco anos, Nelson Domingos Luamba, mais conhecido por Laton, era um dos vendedores ambulantes que fugiam dos fiscais e da policia económica que andavam atrás dos “miúdos” que faziam negócios junto ao antigo prédio da empresa de telecomunicações Angola Telecom, localizado no Largo das Heroínas.

Ele recorda com tristeza que cada dia de trabalho era uma batalha árdua que colocava em lados opostos os representantes da ordem e da legalidade, os fiscais do Governo Provincial de Luanda (GPL), e os jovens desempregados que encontravam no negocio informal a única fonte de rendimento honesto para a sua sobrevivência. Eram, na sua maioria, jovens provenientes dos bairros periféricos da cidade de Luanda, que, às centenas, se concentravam no famoso edifício Telecom, para fecharem negócios de varias natureza, sobretudo a venda de telemóveis e respectivos acessórios, com o objectivo de, no final do dia, garantirem o seu sustento.

Hoje, Nelson Luamba, 30 anos, já não foge aos fiscais pois conseguiu estabelecer-se no mercado formal, depois de alguns anos a poupar e a investir as economias que conseguia resultantes da venda ambulante. Agora é sócio - gerente de uma filial da empresa Kala Nguifua & Filhos, Lda, na qual emprega nove trabalhadores. Ele é visto como um exemplo para milhares de vendedores ambulantes que circulam pelas artérias da cidade capital em busca de oportunidades. O jovem é considerado por muitos um empreendedor nato, bastante conhecido e respeitado no segmento de mercado em que actua: a importação e venda de viaturas e todo tio de acessórios.

Em entrevista ao JE ele contou a sua história e afirmou que para atingir este modesto mas significativo status de empreendedor teve. de sofrer muito e trabalhar arduamente. “paixão e muita fé naquilo que faço são factores que me têm ajudado a conseguir concretizar os meus objectivos”, revelou.

Início nos negócios

Nelson Luamba teve uma infância difícil e, aos cinco anos, passou a residir em Luanda, vindo da província de Malanje o seu pai se havia separado da mãe e, desde então, passou a viver com a madrasta.

Devido aos maus-tratos de que era vítima, muito cedo se viu na obrigação de arranjar uma forma de conseguir, por meios próprios, recursos financeiros e materiais para sobreviver. “A minha madrasta me maltratava”, lembra Nelson Luamba, com os olhos húmidos de lágrimas contidas.

“Eu não recebia o mesmo tratamento que os meus irmãos. O meu pai era muito submisso às atitudes da minha madrasta. Por isso, não tive oportunidade de estudar e tive de começar a trabalhar muito cedo para me sustentar e comprar as coisas que precisava, como roupa e calçado”

Tal como muito jovens vítimas de violência doméstica, ainda pequeno começou a lavar louça no. Antigo mercado paralelo da Calemba, na década de 90. Depois, passou a lavador de carros, revendedor de cosméticos e outros biscates, até conseguir amealhar algum dinheiro e iniciar um micro - negocio.

Investiu as suas poupanças na compra e revenda de bens de primeira necessidade, como sabonete, pepsodente e outras mercadorias, que vendia, inicialmente, nos mercados do Congolese e Correios, no Golfê, e depois, nas ruas do centro da cidade de Luanda.

Com muitos altos e baixos no meio do percurso, foi adquirindo experiência e começou a procurar um nicho de mercado promissor, onde se pudesse fixar e prosperar, dedicando-se de corpo e alma. Foi nessa altura que surge a febre dos telemóveis impulsionada pela empresa estatal Angola Telecom.

Primeiro investimento

Nelson Luamba foi um dos pioneiros na venda de telemóveis no edifício da Angola Telecom. Inicialmente, exercia a função de revendedor de fornecedores que importam os telemóveis de países como Brasil, EUA, China e Europa.

Depois de ganhar a confiança dos fornecedores, passou a ser um deles. Esta ascensão permitiu-lhe aumentar a sua rede de clientes e revendedores, o que implicou no aumento dos seus rendimentos.

Em 2005, depois de alguns anos de muito trabalho, desfez-se da dependência dos fornecedores locais após conseguir poupar dinheiro para a compra de um bilhete de viagem para o Dubai (Emirados Arabe Unidos) e mais dois mil dólares para investir na compra de mercadorias

diversas, (telemóveis, computadores portáteis e câmaras digitais que eram uma autêntica novidade na altura).

Com a experiência da primeira viagem aos Emirados Árabes Unidos, concretamente em Dubai, e o sucesso das vendas, passou a ser o fornecedor único da sua vasta rede de clientes.

A partir daí, descobriu o nicho de mercado que procurava: a venda de viatura e acessórios. Os preços dos automóveis eram bastante competitivos se comparados com os preços em Angola, e davam uma boa margem de lucros.

“Na viagem seguinte, comprei uma viatura Mitsubishi L200 por 16 mil dólares no Dubai e a revendi por 28 mil em Luanda. A partir daí, comecei a dedicar, me apenas a este negócio”, lembra Nelson Luamba, que, actualmente, possui um volume de negócios avaliado em 70 mil dólares.

Metas a concretizar

Questionado sobre as suas ambições e metas, o entrevistado anunciou que investiu, recentemente, 25 mil dólares na compra de um terreno na rua Ngola Mbandi, nos arredores da Calemba, e está a trabalhar com o objetivo de aplicar mais de 200 mil dólares na construção de um estabelecimento próprio, que vai dispor de um escritório, stand para venda de automóveis acessórios, e manutenção.

“Neste momento, estamos a trabalhar numa loja arrendada, mas, até Agosto deste ano, pretendo iniciar a construção de raiz do nosso estabelecimento”, finalizou.

2.8 Governo quer fiscais tolerantes na sua relação com a população

Jornal de Angola

13 De Janeiro de 2011

O governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, manifestou ontem, o desejo de inaugurar uma era de maior tolerância e compreensão mútua na relação entre os agentes dos serviços de fiscalização e a população.

Em declarações à imprensa, no acto de posse do novo director provincial dos Serviços de Fiscalização, Victor Manuel Salvador Mascarenhas, o governador pediu aos fiscais para reflectirem profundamente sobre o desempenho dos serviços.

José Maria dos Santos disse que é preciso criar um espírito inovador e de relação sadia entre os fiscais e o cidadão, que sirva de elo de confiança entre governados e governantes. No quadro da política de reformulação do

sistema de funcionamento dos Serviços de Fiscalização, é preciso adoptar um modelo único abrangente a todos órgãos intervenientes na fiscalização em Luanda. “A dispersão de serviços da mesma natureza, tem servido como factor de estrangulamento no funcionamento de algumas instituições e abre uma porta através da qual agentes pouco preparados cometem erros em prejuízo dos comerciantes e outros cidadãos”, referiu. José Maria dos Santos sublinhou que é importante pôr ordem onde ela não existe e apelou à determinação e espírito de sacrifício de todos para a solução dos problemas. Além do director dos Serviços de Fiscalização, o governador de Luanda deu posse, ontem, a David Puto, no cargo de administrador do Centro de Saúde 4 de Fevereiro e Joseth da Conceição de Sousa para o cargo de directora clínica, enquanto Paulina de Almeida Ribeiro é superintendente da instituição.

2.9 Vendedores agastados com administrador

Novo jornal

14 De Janeiro de 2011

Os vendedores do mercado do Kikolo, localizado no município do Cacucaco estão insatisfeitos com a sua direcção, que até ao momento não criou condições de saneamento básico neste espaço.

Outra preocupação dos vendedores é a criminalidade que invadiu mercado e que põe em causa o negócio.

Os comerciantes do Kikolo reclamam da higiene do espaço e não percebem como é que está no estado em que se encontra. Isto porque, como, alegam, o mercado arrecada todos os dias cerca de 800 mil kwanzas em taxas. “Não sabemos -para onde é que vai este dinheiro.

Pagamos todos os dias a taxa, por que é que eles também não podem -; fazer a parte deles?”, questionam notando que quando alguém paga fora de horas fazem um pé-de-vento. “Se demoramos a pagar, vêm aqui fazer confusão e ameaçam a pessoa de que vão levar o produto. Isto não é justo”, ilustra uma vendedora.

Mónica de Jesus, que há mais de sete anos vende no mercado do Kikolo, diz que o comportamento do administrador “é muito negativo” e apela a quem de direito para resolver o problema, referindo-se em concreto ao Governo Provincial de Luanda.

“Acho que o nosso governo perde muito dinheiro. O que pagamos todos os dias vai para o bolso destes senhores, que dizem ser fiscais”, afirma, acrescentando que o montante que é pago todos os dias daria para resolver muitos

problemas. Segundo estimativa da jovem, o mercado do Kikolo factura 700 mil kwanzas por dia. “Estamos no nosso direito de exigir melhores condições de saneamento básico” frisou •

Os comerciantes insistem não compreender a aplicação dos recursos arrecadados pela administração do mercado. “Não temos água, energia e o lixo está em todos os cantos do mercado. Comemos aqui neste lixo. Porque é que não pensam um pouco nas “pessoas”? Com estas chuvas muita gente já tem cólera, é muito triste o comportamento destes nossos homens”.

Outra preocupação dos vendedores e moradores da zona é a criminalidade que invade o mercado. Dizem mesmo que os marginais não têm hora para actuar. “Minha irmã, nós aqui passamos mal. Estes bandidos não têm pena das pessoas, já me foram roubados cerca de 11 mil dólares, e o mais agravante é que tinha dois agentes da polícia ao lado e não fizeram nada”.

João António, comerciante, diz não saber o que fazem os agentes da esquadra que fica junto ao mercado. “Estes agentes só fazem envergonhar a Polícia Nacional Parece até que não ganham, até por 100 kwanzas eles se vendem as pessoas podem estar a ser assaltados e não fazem nada.

Afirma, acrescentando que o montante que é pago todos os dias daria para resolver muitos problemas. Segundo estimativa da jovem, o mercado do Kikolo factura 700 mil kwanzas por dia. “Estamos no nosso direito de exigir melhores condições de saneamento básico”, frisou.

Os comerciantes insistem não compreender a aplicação dos recursos arrecadados pela administração do mercado. “Não temos água, energia e o lixo está em todos os cantos do mercado. Comemos aqui neste lixo. Porque é que não pensam um pouco nas pessoas? Com estas chuvas muita gente já tem cólera, é muito triste o comportamento destes nossos homens”

Segundo alguns vendedores que falaram ao Novo Jornal, outra dor de cabeça é o acesso ao mercado. “Temos muitas dificuldades, a estrada não está boa, os carros não têm como aqui chegar. Já contactámos o administrador municipal para poder fazer alguma coisa em relação à estrada. Nós pensamos fazer uma contribuição, mas não tivemos uma resposta positiva por parte do governante. Não sabemos se a informação chegou até ao administrador”.

Uma fonte da administração do mercado do Kikolo que não quis identificar-se reconhece que as grandes dificuldades prendem-se com o acesso e a recolha do lixo.

Ainda de acordo com a fonte a taxa estipulada para a ocupação do espaço é de 100 kwanzas. Os vendedores declaram, contudo, que há mais do que uma taxa. “Há dias em que pagamos 100, outros 200 e outros ainda 300 kwanzas, aqui não há controlo. Pedimos ao governador da província de Luanda para visitar o mercado e constatar de perto as dificuldades que vivemos”.

O mercado arrecada cerca de 800 mil kwanzas por dia, 20 por cento fica para a gestão do mercado e o restante valor vai para o Tesouro Municipal.

A situação do Kikolo é semelhante a de outros mercados da cidade capital. O Asa Branca, no Cazenga, padece dos mesmos problemas e queixa-se das mesmas dificuldades.

2.10 O cidadão e a fiscalização

Jornal de Angola
14 De Janeiro

Um grande objectivo dos serviços públicos é a satisfação de necessidades colectivas.

Um Estado moderno tem uma administração pública que prossegue fins múltiplos e complexos para a resolução de inúmeros problemas que existem na sociedade.

Os órgãos -da administração públicos estão, não raras vezes, no exercício da sua actividade, em contacto directo com os cidadãos, a quem têm, por exemplo, de prestar serviços. Muitos desses órgãos podem também criar condições para que não sejam violados leis e regulamentos, a fim de se garantir a ordem e a tranquilidade na comunidade.

Mas, ao se exigir o cumprimento de leis e de regulamentos, é indispensável que os servidores do Estado ajam em obediência a princípios, de modo a não se ofenderem direitos dos cidadãos.

Na prossecução do interesse público, é preciso por vezes ponderar sobre as vantagens e desvantagens da tomada desta ou daquela decisão. Ou seja, aquele servidor do Estado que tiver de tomar uma decisão deve atender, na prossecução do interesse público, aos custos e benefícios dessa sua decisão. Por vezes, os excessos cometidos por um servidor do Estado, no exercício das suas funções”podem causar mais embaraços do que resolver realmente os problemas. E necessário, como já afirmou alguém, haver uma “racional idade da decisão”.

A cada momento, os servidores públicos devem indagar-se sobre os reais benefícios decorrentes de decisões administrativas, para se poder aferir se esta ou aquela decisão foi, em função dos resultados, a mais correcta ou se serviu melhor o interesse público.

Vem tudo isto a propósito de recentes declarações do governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, segundo as quais deve haver uma maior tolerância e compreensão mútua na relação entre agentes dos Serviços de Fiscalização e a população.

José Maria dos Santos terá compreendido que certas posturas musculadas de agentes de fiscalização em relação à população não são as mais adequadas para prosseguir o interesse público, estando possivelmente a pensar noutras opções que levem os servidores do Estado a estabelecer uma relação saudável de colaboração com os cidadãos, no interesse de toda a comunidade.

Ficámos a saber que está em curso uma política de reformulação do sistema de funcionamento dos Serviços de Fiscalização, o que é sinal de que se detectaram imperfeições que importa rapidamente corrigir, para se assegurar nesse domínio um serviço público exemplar e a credibilidade das instituições que, por virtude da sua actividade, têm de estar em permanente contacto com os cidadãos, particularmente comerciantes.

Que é necessário haver fiscalização, disso ninguém tem dúvidas. O que é importante agora é saber que tipo de fiscalização é que nos pode levar a pôr ordem ali onde ela não existe, sem aqueles excessos que até já causaram danos irreparáveis.

Os Serviços de Fiscalização existem há vários anos e acreditamos que já acumularam experiência suficiente para, perante os actuais problemas, a concepção e execução de novos modelos de actuação.

O Governador provincial de Luanda, ao manifestar o desejo de inaugurar uma era de relação sadia entre os fiscais e os cidadãos, na cerimónia de tomada de posse do novo director provincial dos Serviços de Fiscalização, Victor Manuel Salvador Mascarenhas, sabe dos graves problemas que esse sector enfrenta e quer que se operem nele mudanças substanciais e imediatas.

Ao se fazer o diagnóstico da situação dos Serviços de Fiscalização, uma especial atenção tem de ser prestada ao perfil das pessoas que integram o quadro de pessoal desses serviços, sobretudo daquelas que entram em permanente contacto com os cidadãos.

Especial atenção terá também de ser dada à formação de quadros, de modo a dotar os fiscais de conhecimentos que lhes permitam ter uma conduta que não seja lesiva de direitos e interesses legítimos dos cidadãos.

Outra questão que, quanto a nós, deveria também merecer tratamento cuidado, tem a ver com a qualidade

dos quadros que ocupam cargos de chefia nos Serviços de Fiscalização. E que os problemas não se devem arrastar e eles devem ser resolvidos oportunamente. Aqueles que chefiam devem ter capacidade para identificar os problemas e dar-lhes solução imediata.

Os chefes devem reagir com rapidez e eficiência aos problemas que surgem no dia a dia, propondo medidas correctivas de natureza diversa. A defesa do interesse público e o estabelecimento de uma relação sadia entre a Fiscalização e os cidadãos justificam a existência de bons fiscais, do topo à base.

2.11 Estado devia pagar taxas

Novo jornal

14 De Janeiro de 2011

A nova proposta de Lei sobre o regime jurídico geral das taxas que esta semana foi aprovada na Assembleia Nacional define que as autarquias locais, institutos públicos estão isentas de pagamentos de taxas nos actos administrativos e não só em que estejam envolvidos.

De acordo com Diógenes de Oliveira, presidente da comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional a nova proposta de lei vai fazer com que o executivo aumente a sua intervenção em relação a muitos serviços prestados, que até então não recebe qualquer contribuição do cidadão, diversificando de certa forma as fontes de receitas que estão muito dependentes do petróleo e dos diamantes principais matérias de suporte da nossa economia.

Esta nova proposta de lei que visa também o alargamento da base tributária e, conseqüentemente, o aumento das receitas fiscais e melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, deparou-se com alguma resistência quanto à plena isenção do Estado, no entanto ultrapassa tudo porque entre os deputados da sétima comissão (comissão de economia e finanças), houve quem defendesse que o Estado na actividade privada deveria pagar as taxas, ou seja, se o Estado compra um terreno e depois vende, deveria pagar as taxas como qualquer cidadão ou instituição que não esteja abrangido pela isenção prevista na futura lei geral das taxas. Desta forma, defendem os deputados deste pensamento, muita promiscuidade entre Estado e servidores do Estado iria terminar. “Hoje vemos muitos dirigentes a usarem o nome do Estado para benefício próprio, e esta seria uma forma de trazer transparência no exercício de funções públicas.

Mas esta vontade não teve o apoio da comissão de economia e finanças, gorando assim as expectativas de transparência que se pretende no executivo.

2.12 Passagem aéreas de peões transformadas em praças

Jornal de Angola

17 de Janeiro de 2011

As zungueiras que frequentam as áreas do mercado dos Congolezes, Grafanil e Viana, nos últimos tempos, em vez de venderem os seus produtos nas ruas, ocuparam as passagens aéreas para peões ou as pontes construídas junto ao mercado dos Congolezes e à Estrada nº 4 de Viana.

Junto ao mercado do Congolezes foi construída uma passagem aérea para os peões, que abriu ao público em Novembro. Como as zungueiras transformaram a ponte em mercado, é notório o seu mau estado de limpeza. O chão está cheio de papéis, embalagens usadas, restos de comida e de frutas, garrafas e latas.

Entre as 16 e as 17 horas as zungueiras desfazem-se de tudo o que é inútil. O chão fica cheio de lixo e todo o tipo de desperdícios. As pessoas que passam dão uma ajuda e atiram com o lixo para a via. Por baixo da passagem aérea há agora uma autêntica lixeira e o espaço serve de casa de banho pública.

As zungueiras subiram para passagem aérea de peões porque ali estão resguardadas do trânsito e podem fazer os seus negócios tranquilamente. O problema é que deixam o local transformado numa autêntica lixeira, todos os dias. Como ninguém limpa e a passagem está aberta há dois meses, o lixo conquista todos os espaços e ganha altura.

A um quilómetro desta passagem aérea está a famosa ponte que liga a Estalagem (paragem do comboio) à vila de Viana.

Na ponte as zungueiras montaram as suas quitandas e os lixos são acumulados todos os dias.

No fim do dia é que se vê a grande confusão e o lixo produzido durante as horas de “negócios”.

As zungueiras ficam sentadas nos seus banquinhos de madeira ou plástico, esperam os clientes e todos juntos vão produzindo lixo em quantidades industriais. A situação é grave porque quase todas vendem comida ou produtos alimentares.

Os compradores não se importam com o lixo. Uma funcionária pública disse à nossa reportagem que “aqui compro as coisas tranquilamente, apanho o comboio e vou para casa com as compras. Não posso querer melhor”, disse.

No mercado dos Congolese, a ponte além de ajudar a passagem segura de pessoas e mercadorias vezes só encontramos aquilo que precisamos nos mercados de Luanda”, afirmou Susana Domingos.

Outros que também têm de ter “santa paciência” são os taxistas, particularmente os que fazem a rota entre o mercado dos Congolese, São Paulo, Asa Branca ou Mútamba. Quando chegam ao mercado dos Congolese para a recolha de passageiros, têm as vendedoras ambulantes como obstáculos. E às vezes há grandes “makas” entre eles que acabam sempre em cenas indecentes.

Uma zungueira a vender bijutarias sobre a ponte pedonal na Estrada de Catete também “recebe” uma grande quantidade de lixo que quando atinge uma certa altura, transborda das orlas para a rua.

Fábricas de lixo

Durante as horas que estivemos na zona, não vimos ninguém limpar a rua e o mercado do Congolese ostenta uma falta de limpeza inadmissível, porque é um local de venda de produtos alimentares, alguns frescos. Aquele mercado é uma autêntica fábrica de lixo, associada às “fábricas” que estão nas passagens aéreas da zona.

As zungueiras dizem que são “donas” do mercado. Para elas o mais importante é limpar apenas o local aonde pousam o seu negócio e mais nada. Mas estão bem acompanhadas. Os armazéns que se encontram ao logo da Rua Lino, do Amezaga até ao das Pedrinhas ostentam à porta grandes montanhas de lixo. Os automobilistas que inevitavelmente têm de passar por aquelas bandas enfrentam um quebra-cabeças para cruzar a rua. Todo o cuidado é pouco, para não atropelar pessoas e também os “negócios” que estão expostos no chão.

Fiscais na “limpeza”

As zungueiras fazem muito lixo, mas também aguentam todos os dias as acções dos fiscais que têm a missão de “limpar” as ruas de todos os vendedores ambulantes.

Para elas já é um hábito fugir da fiscalização com os produtos nas ‘banheiras ou em sacos.

Elas correm. De verdade, por vezes com os filhos ao colo. Dizem ironicamente que os fiscais “são os nossos maridos”. Quando eles aparecem, aí é que se vê o verdadeiro “diabo assar as sardinhas”. Muitas hesitam entre apanhar a criança que está no chão a brincar ou o “negócio”.

A “limpeza” dos fiscais chega aos arredores do mercado do São Paulo.

2.13 Orçamento deste ano contempla receitas para execução dos programas municipais

Jornal de Angola

19 De Janeiro de 2011

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Carlos Feijó, anunciou ontem, em Luanda, que o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2011 prevê um conjunto de recursos financeiros para a execução de programas municipais.

Carlos Feijó, que discursava em representação do Presidente da República na cerimónia de abertura do fórum Nacional sobre a Implementação das Programas Municipais Integradas de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, reafirmou a prioridade da Executiva de, a partir do ano em curso, prestar maior atenção as municípios.

“Toda a nossa atenção, em termos de actividades governativas, há-de concentrar-se, neste ano de 2011, nas actividades das municípios, com base nas programas municipais que foram aprovadas e que são da conhecimento de cada província”, disse.

O ministro de Estado acrescentou que, para além de todo o esforço que se fará á nível central, a maior atenção recairá sobre a que cada um dos municípios fará para contribuir para o desenvolvimento municipal, em primeira instância, e depois para o desenvolvimento nacional.

Considerou que “toda a actividade governativa ou pública só ganha sentido se obedecer ao princípio da aproximação dos serviços às populações”. E em homenagem a esse princípio, acrescentou, a actividade pública deve, em primeira instância, concentrar-se nos municípios.

O Chefe da Casa Civil da Presidente da República informou que os programas municipais, que deveriam compreender diferentes componentes, desde o comércio rural à produção local e à própria comercialização dos produtos locais, têm necessariamente como elemento fundamental o modo como vai ser gerido o OGE.

“Numa perspectiva de desconcentração administrativa, o orçamento Geral da Estada prevê um conjunto de recursos financeiros para a execução destes programas municipais e o modo como essa desconcentração financeira está feita plasmada mesmo em diploma legal”, frisou.

O que se pretende com o fórum, segundo Carlos Feijó, é

que os gestores públicos, particularmente os administradores municipais, saibam dominar as técnicas de execução orçamental, para que o programa municipal tenha êxito.

2.14 Vendedores do mercado contestam encerramento sem pré-aviso

Novo Jornal

21 de Janeiro de 2011

Os vendedores do mercado da Chicala e Ponto Final estão insatisfeitos com a administração municipal da Ingombota, porque não foram avisados que este espaço comercial iria fechar.

Os comerciantes manifestam-se em desacordo com a atitude da administração municipal e recusam as alegações para o encerramento.

“Como é que hoje dizem que há gente que não pagava e que isto era o centro da prostituição?” indagam os vendedores. “Isto não está certo. As pessoas namoram em qualquer lugar e aqui não seria diferente”, insistem, acrescentando que o espaço mantinha-se limpo ao contrário do que foi noticiado. Nós limpávamos todos os dias. As informações que passaram na televisão, de que vendíamos no lixo, também não correspondem à verdade. Não está certo”.

Os vendedores, como garantem, pagavam semanalmente 120 kwanzas para venderem no mercado da Chicala. “É muito dinheiro. O total do que nós pagávamos todas as semanas por mês dava 4800 kwanzas por ano. A administradora não pode dizer que nunca viu o dinheiro. Temos facturas que provam o que estou a dizer. Se ela nunca viu o dinheiro então ia para o bolso de quem? A administradora sabe, só não diz porque tem vergonha”, afirma uma vendedora. Madalena Afonso diz que a posição da administradora não é justa porque não tiveram um aviso prévio. “Pelo menos que avisassem com um mês de antecedência, assim nós já não comprávamos as coisas.

Agora o que vamos fazer com o que comprámos?”, interroga a mulher, acusando os governantes de não pensarem nas pessoas. “São várias as pessoas que neste momento estão de novo no desemprego”.

Na zona da Chicala havia 115 barracas, num mercado que existe há mais de três anos.

As cobranças pela ocupação do espaço era, segundo os comerciantes, feita por quatro pessoas, uma da administração comunal, uma do comité do MPLA, conhecida apenas como tio Afonso, uma vendedora conhecida por Arlete e o man Peló. “Eles apareciam todos os

finais de semana para cobrar o dinheiro. Se a gente não pagava levavam todas as cadeiras. Agora vão dizer que nunca receberam dinheiro, acho que estão a ficar todos malucos”, lamentam. As vendedoras pedem ao governador de Luanda, José Maria, para resolver a situação e pedir contas à administradora municipal para dar informações sobre o dinheiro que recebiam todas as semanas. “O que as pessoas agora querem saber é para onde é que ia o dinheiro, e o governador tem como saber. Nós conhecemos as pessoas que faziam as cobranças e podemos mostrá-las”.

2.15 Administradores acusados de desviarem receitas

Agora

22 de Janeiro de 2011

Segundo documentos, a que o AGORA teve acesso, em vez do dinheiro acumulado em cada semana ser depositado na administração municipal do Kilamba Kiaxi, os responsáveis do mercado, Miguel Francisco Neto e o seu adjunto Alberto Avelino, têm sido apontados como implicados no seu descaminho, além de receberem valores dos “matondelos”, dos estrangeiros.

Um grupo de fiscais alega que as cobranças são feitas por elementos não credenciados pela administração municipal constituindo num claro atropelo às regras estabelecidas pelo governo provincial de Luanda (Gpl).

Os administradores estão a fazer do mercado propriedade privada, o que deve ser travado o mais rápido possível”, defenderam, sublinhando que “além das praticinas existentes um pouco por todo o município, o dos Correios é o que mais rende aos cofres da administração”.

Entre terça a sexta-feira a mercadao pode arrecadar receitas acima dos 280 mil kwanzas que, no entanto, nem sempre “caem” na conta do Gpl. “É muito dinheiro que tem sido arrecadado. Queremos que os moldes do seu depósito sejam revistos. É necessário também que o novo governador e a fiscalização estudem novos moldes de actuação de todos os administradores e cobradores”, sugeriram as fontes do AGORA. Além do descaminho do dinheiro, referem-se também ao facto dos administradores estarem a mudar “arbitrariamente” de fiscais por elementos da sua confiança, incluindo familiares e amigos.

Apontam os casos de Deotoso da Fonseca, Faustino João António e Joaquim, tidos como fiéis cobradores, sem o prévio conhecimento da administração que responde pelos mercados

“Estão a substituir os fiscais por pessoas que nada têm a ver com o GPL. É um atropelo na medida em que temos em mãos mapas de produção dos mercados I dos Correios e Golfe 2. Somos funcionários do governo provincial vinculados ao departamento de mercados e feiras e antes de sermos movimentados esta estrutura deve ser ouvida”, notaram as mesmas fontes, alertando para a ilegalidade em que estão a incorrer os administradores.

O surgimento de armazéns de produtos alimentares e stands onde se comercializa todo tipo de peças tem contribuído para a já na débil relação entre vendedores e a direcção.

Mário Lourenço, vendedor de molas de carros, disse que tanto os fiscais como administradores são responsáveis pelo conflito que se regista no mercado.

“Pago sempre aos fiscais e não se vislumbra melhoria em termos de saneamento básico. Vendemos e convivemos com lixo”, enfatizou.

Sobre as vendas, lamentou o facto de antigos clientes passarem a preferir comprar peças dos malianos, senegaleses e nigerianos por serem mais baratas.

“Os estrangeiros têm direito à protecção da Polícia, porque pagam entre 900 a 1.500 dólares o lugar e gostaria de saber qual é o trabalho de um administrador do mercado?”, interrogou-se.

O chefe dos mercados da administração municipal, Adão Domingos Cabaça refutou as acusações dos fiscais. “Não têm fundamento as reclamações destes funcionários.

Qualquer fiscal cobrador pode ser transferido para outro mercado do município”.

Segundo cálculos feitos e baseados nos mapas de controlo, durante 12 meses a administração do mercado dos Correios terá arrecadado 336 milhões de kwanzas só em taxas diárias.

Contactado para se pronunciar sobre o assunto, Avelino Alberto disse que não está autorizado a dar entrevistas sem ordens superiores.

“Não estou autorizados a falar sobre o caso, se o fizer posso ser preso por desobediência” disse.

Nos principais pequenos e grandes mercados da capital movimentam-se altos valores com destaque para o antigo Roque Santeiro (Panguila), Correios, Asa Branca, Kicolo, S.Paulo, PangaPanga e Trapalhães. Segundo apurámos as taxas em outros mercados de Luanda, além dos vendedores, também são cobradas a transportadores de carga, estacionamento de viaturas, energia eléctrica, serviços de limpeza e acesso a casas de banho e latrinas. Diante desta situação os comerciantes pedem que se regularize o saneamento e ordenamento das bancadas.

Recorde-se que ex-governadora de Lunada, Francisca do Espírito Santo, na altura tinha garantido num encontro no salão nobre do Gp, que desconhecia o destino do dinheiro taxados em mercados, feiras e festas públicas, na capital do país. O novo governador tem, pois a batata quente em mãos.

2.16 Mais de 30 restaurantes serão encerrados na Ilha de Luanda

Semanário Agora

22 de Janeiro de 2011

A administração comunal da Ilha do Cabo, liderada por Cyrus da Mata decretou recentemente o encerramento e a desocupação dos estabelecimentos e locais de vendas entre o Farol Velho (ex escola de hotelaria) e o ponto final, tendo como delimitações a avenida Murtala Mohamed e a Baía de Luanda.

De acordo com a ordem do governo provincial de Luanda (Gpl), os estabelecimentos e locais de venda funcionaram apenas até ao dia 25 deste mês, não dando espaço suficiente para realizar o balanço e vender os produtos adquiridos.

Segundo uma nota de 13 de Dezembro último, a área seria vedada ao público e a todo o tipo de utilização que não estivesse relacionado com o plano de requalificação da Ilha de Luanda, mas não aconteceu em tempo real por falta de ordens da administração municipal.

Há muito que se tem vindo a desalojar as pessoas sem beneficiar da devida indemnização ou espaço equivalente. No local é grande o descontentamento dos proprietários e funcionários destes espaços de venda e lazer pelo facto da requalificação não constituir o problema.

“Se o Executivo quer realmente melhoria de condições de atendimento ao público que nos dessem um plano padrão para comercializar produtos nestes locais, caso contrário em nada esta requalificação veio para ajudar”, desabafou uma gerente sobre o encerramento dos estabelecimentos sob anonimato.

“Se o espaço será reservado para área de lazer que dessem oportunidade as pessoas que já convivem neste ramo há muito tempo para o fazer”.

Com mais de 34 trabalhadores e nove anos de prestação de serviço, a esplanada. Palhota não tem qualquer hipótese de voltar a empregá-los. “Não me responsabilizarei pelo desemprego destas pessoas, mesmo reconhecendo o tempo em que estão na empresa”, disse o chefe José Monteiro.

Por outro lado, o empresário Joaquim Fernandes “Quim Zé”, discorda da maneira como está a decorrer este processo, sustentando que para a reabilitação do espaço que ocupa gastou mais de 100 mil dólares há um ano. “O meu restaurante deveria ser inaugurado no dia da Baixa

de Cassange, a 4 deste mês, mas não foi possível porque uma semana antes recebemos um comunicado que nos reservava apenas 15 dias para nos retirarmos deste local”, contou, questionando também o local onde colocaria os produtos e móveis.

“As reservas alimentares que se encontram nos armazéns como serão comercializados, se a única maneira é através da confecção de alimentos”, reforçou Quim-Zé”.

O empresário, que é proprietário dos restaurantes Djombo I e II no Kilamba-Kiaxi, alertou ainda o Gpl no sentido de ter mais de sensibilidade e atenção com o tratamento dessas questões, olhando para os projectos já existentes no local e o número de pessoas que ficarão na rua.

Para um outro proprietário de uma esplanada, a maneira como estão a ser “corridos” não bate certo, uma vez que muitos ainda não conseguiram arrecadar lucros suficientes para compensar os investimentos.

“Eu creio que já existe o despacho nº 001/2010, em acta, logo o documento é ilegal sem o conhecimento das autoridades competente” disse o interlocutor, asseverando que nunca receberam qualquer notificação do Gpl.

“São mais de 32 restaurantes e pensões, logo deve haver uma negociação com as autoridade para as respectivas indemnizações e um novo local para nos instalar”, concluiu.

A medida não está a ser bem vista não só pelos proprietários dos restaurantes como também pelos clientes assíduos. Paulo Sebastião, que aproveita a hora de almoço para descontrair num ambiente acolhedor a que estava habituado, sentiu-se constrangido com o precipitado rumo dos acontecimentos.

Um jovem identificado apenas por Dvd, lavador de carros, disse que a com saída dos vendedores e posterior encerramento das esplanadas corre o risco de mudar de área onde chegava a arrecadar diariamente, mais de 4 mil kwanzas. “Todos os clientes que prestávamos serviços visitavam o local para um almoço, mas com este cenário que estamos a viver, já não estão a parar, até estão admirados ao ver o espaço tão livre”, contou.

Mais de 800 desempregados. A comissão de esplanadas do ponto final, reunida de emergência, para tornar conhecimento do despacho nº001/2010 sobre o encerramento dos estabelecimentos, a pretexto de requalificação da Ilha, manifestou-se indignada e estupefacta, pois viram lesados os seus interesses iniciados há mais de 15 anos com esforço e sacrifício.

O coordenador da comissão disse, na altura da apresentação do projecto da requalificação da ilha, que a ex-governadora Francisca do Espírito Santo garantiu que os trabalhos não afectariam as estruturas existentes.

“Este reordenamento colocará na rua mais de 800 trabalhadores que encontravam neste local o seu sustento.

Quem irá pagar os investimentos feitos?”, interrogou-se Justo Capitão, revelando que as mais de quatro audiências solicitadas ao administrador comunal não surtiram efeitos, pois mostrava-se indisponível em recebê-los para um encontro de esclarecimento.

Conta-se ainda que este é o primeiro despacho de 2010 assinado pelo administrador comunal da Ilha do Cabo, Cyrus Cordeiro da Mata.

Os proprietários dos estabelecimentos solicitam ao Governo a protecção dos seus investimentos na zona, correndo sérios riscos dos mesmos serem destruídos por ambição de certas pessoas à custa do sofrimento dos outros.

Sou o único angolano no sector

Quim Zé”, 59 anos, dos quais 47 de hotelaria, considera-se como único angolano no sector a prestar

Serviço de turismo, hotelaria, e bar, tendo participado no restauro de várias unidades hoteleiras da capital como o Djombo I como referência no país depois de apenas sete anos e independência, reparando igualmente há 10 anos uma unidade com capital próprio de onde tempos depois foi expulso sem qualquer indemnização.

Enveredou por este mundo aos 12 anos (anos 70), tendo começado como criado, servindo mesas. Já teve várias profissões mas esta foi a que deixou mais marcas na vida e fá-la com muito amor e paixão.

Proprietário do Djombo I, no Kilamba-Kiaxi e do Djombo II alugado, restaurou o restaurante Marginal onde diz ter gasto todo o dinheiro ganho em cinco anos de trabalho.

2.17 O fiscal e a zungueira Joaquinita

Semanário Angolense

22 de Janeiro

Quando anunciaram o encerramento do Roque Santeiro, a malta do Rangel pensou logo na sua reconversão, com arruamentos lancilados, água potável e electricidade, parques de estacionamento subterrâneos, bancadas de pedra de calcário e candeeiros de iluminação nocturna para o povo comprar também as noites, zona verde e balneários modernos. O Tipirico, um dos mais inteligentes do bairro, a pensar até nos elevadores, tapetes rolantes no Roque e armazéns de categoria com câmaras frigoríficas de conservação de frescos, WCs com azulejo, parques de estacionamento, tudo isto feito com bónus do petróleo em parceria entre as zungueiras e as verbas do GPL.

Só que lhes saiu!

As supostas «donas» do mercado, que inventaram o mercado, e até lhe deram o nome oficial, foram despachadas para além fronteiras! E eis então que surgiu um novo tipo de zungueiras de rua, as que não aceitaram

o exílio do Panguila, nem do km 35 fora de Luanda, que vestem bem, vaidosas e mandam matacu de invejar, rosto de beleza africana genuína.

São o novo furor da cidade, mas na maioria são solteiras esfomeadas porque os maridos que eram xulos por causa dos lucros do Roque a explorarem as esposas sem vergonha, logo que se aperceberam que o mercado acabou, partiram para outra, deixando suas respectivas esposas soltas, milhares delas. Elas agora andam por aí, completamente solteiradas pela má sorte que a Xica dos Santos lhes deixou enviando-as para longe da população e sem acessos, muitas a procura de marido, feitas zungueira de novo tipo.

Ontem, eram 6 da tarde, num dia de pouco sol, Joaquinita zungueira teve um sonho realizado. O Kota Maneco, um fiscal diferente, escalado nesse dia, subiu para a carroçaria do Jeep e partiu para a missão de perseguição às zungueiras. E o Kota Maneco, quem lhe visse naquele dia, estava bonito, charmoso. A farda ficava-lhe bem; os óculos eram castanho-escuro e quase novos, portanto, ainda com o brilho de fábrica.

O Jeep dobrou a esquina do beco do Zé Burro, contornou o triângulo do Rangel e seguiu em frente até bem próximo do lugar da operação de caça e busca. Todos desceram em passo lento, em surdina, até que foram dar bem perto das zungueiras. Foram todas surpreendidas de trás. Completamente distraídas. Boa caçada! Murmurou o Kota Maneco. Boa caçada! É hoje o meu dia!

Fala-se em rendimentos extras, de que os fiscais beneficiam com operações como esta. A recolha é enorme e diversificada: pentes de plástico, maçãs, rolos de cabelo, mandiocas, caixas de alfinetes, roupa de fardo, lapiseiras da China, chinelos do Brasil etc. Tudo.

É extraordinário ver o volume de bens e produtos numa recolha dos nossos fiscais. Kota Maneco nem queria crer. Só ele, sozinho, recolheu da primeira zungueira caixas de alfinetes e vários enroladinhos de elástico branco vietnamita. O fogareiro com os pertences, ainda com brasas acesas sob o bombó, banana e toda a ginguba levou um pontapé. A mulher, de mais de 60 anos apenas deu mixoxo no Maneco, xingou em kimbundu e recolheu do chão apenas algumas notas de kwanzas que se espalharam. Foi atacar uma segunda (o número de mulheres caçadas depende muito da pulungunza do caçador e da agilidade nas curvas estonteantes que as zungueiras aplicam aos apanhadores, em plena corrida de meia distância) e o Kota desconsseguiu Correu então para a terceira, e foi aí que tudo começou!

Quando o Kota Maneco entrou em corrida de fundo com a terceira zungueira, estava muito longe de saber que aquela era a Joaquinita que vendia no Roque, agora solteirona militante. Uma rapariga dos seus 40 anos, bonita, usa peruca brasileira de cabelos castanhos, de corpo invejável. Ela tem a pele clara e olhos de retina clara (esta membrana interna do globo ocular onde se formam as imagens que vemos e que raríssimas vezes se encontra nos olhos de uma negra em cor clara), e a Joaquinita no seu andar, mesmo com a grande sacola dos produtos da zunga, ao caminhar se lhe notam os seios mexendo e a gingar que chega. Não usa canudo eléctrico e faz as vendas com toques mágicos de convencer o cliente, exibindo os sacos de castanha de cajú e paracuca de ginguba. A sua cintura ainda tem as medidas de uma verdadeira miss Angola, de rabo empenado marcando a curvatura que enlouquece os homens, uns seios quase novinhos em folha e arredondados até marcar a diferença, lábios perfeitos. Esta é uma das poucas zungueiras quarentonas que podia concorrer com muitas destas jovens feitas beldades e que aparecem na revista da caras a mandarem bocas exibicionistas.

Kota Maneco ainda não lhe havia descoberto a beleza quando iniciou a berrida atrás da moça que vestia uma roupa incomum, de saia ajustada e blusa bem decotada no peito, mas coberta de panos, via-se logo que não era zungueira tradicional.

Ela usa um fio de ouro e brincos de argolas de bom diâmetro. Não se parece a zungueira; parece-se a uma santa. E era ela, a que lhe calhou pelo caminho na perseguição: a Joaquinita!

A corrida que ele empreendeu antes, foi de trás para a frente; ou seja, ele atrás dela e ela correndo a frente. Só quando se cruzaram cara a cara, ele se apercebeu que diante de si estava exactamente a linda mulher. Aquela raparigona de saia no interior mas de panos amarrados, agora de respiração muito ofegante pela corrida extraordinária que empreendera para se livrar do fiscal, ela, quase sem fôlego, e ele, completamente rebentado pela berrida, encontraram-se por fim. O fiscal zeloso agarrou-a nas mãos e fixou-lhe sem querer um olhar na profundidade dos seus olhos. Só que lhe saiu também! Viu não uma zungueira mas mamas! Mamas a mexer com fio de ouro rodando o lindo pescoço, mamas tilintando ainda pela respiração comprimida da corrida entre os soutiens vermelhos que se agarravam agora apenas por um fio. Os cabelos da zungueira meio soltos, os seus dedos quentes e amáveis, e o fiscal agarrando-a com alguma força para dele não se soltar. Um dos panos da Joaquinita havia caído no percurso e um dos chinelos se havia soltado do pé. Estava meia nua, naquela condição com quase metade das vestes. A blusa da zungueira havia penetrado apenas dum lado do pano e via-se per-

feitamente parte da sua transpirante e bonita barrigui-nha. O Kota apertou ainda mais as mãos da Joaquinita, recolheu-a mais para próximo de si e falou-lhe baixinho qualquer coisa que ela não entendeu. Perante Deus, estavam ali uma zungueira e o Kota, feito fiscal, sortudo dum figa, num espaço cercado pelas aduelas dos quintais daquele beco, já a noite ameaçando chegar. Juro-vos que aconteceu. Sem nenhum transeunte por perto e de mãos agarradas. Só os dois: a Zungueiras e o fiscal. Já era um pouco tarde, o sol a pôr-se de longe e no beco onde a apanhou, não estava viva alma! Juro-vos que aconteceu!

Ainda as respirações estavam aceleradas, os corpos quentes e trémulos, agarrados. Ela então começou a suplicar. Abriu a pasta e tinha: 9 sacos de castanha de cajú, 5 sacos de paracuca, alguns pertences pessoais e rolos de cabelo. Era a mercadoria toda. Com lucros calculados em cerca de 600 Kz/dia. Mas não era a mercadoria agora que interessava mais ao Kota. Que zungueira é esta nos meus braços? Nem acreditou. O momento era de grande excitação e emoção. Ela com os seus haveres na sacola que agarrou sem largar, e o fiscal, sempre agarrado a ela com toda a força do mundo, aproximou mais o peito, o rosto e mais uma vez balbuciou carinhosas palavras, contrárias ao ritual, que consiste em amordaçar a vítima agredindo-a em caso de resistência, e até há fiscais que treinaram baçulas especiais para zungueiras, até lhes colocarem em posição de KO. O kota não lhe agiu. Pelo contrário, ficou estupefacto!

Contudo, ao reparar na atitude amável e simpática do fiscal, a mulher, desconfiada, lhe deu uma olhada daquelas! Ele vibrou, sorriu com olhar de malandro e a abraçou finalmente. Olhou para os lados, ninguém! Encheu-se então de toda a coragem e aprontou-se a beijá-la. A zungueira, (solteirona é assim gente, como diria o brasileiro) correspondeu! Aprontou-se a concluir a retirada da outra alça da blusa descaída, e ela correspondeu. Apertou-lhe nos seios carinhosamente, e ela correspondeu. Voltou a beijá-la e ela sorriu de alegria. Ela penetrou o olhar nele, no Kota Maneco, apenas alguns anos mais velho que ela, e ficou encantada com o charme do Kota: era atraente, um fiscal diferente, até o suficiente para lhe convencer a não abdicar da sua formosura masculina, e tinha os óculos escuros que sempre lhe encantaram. Estava cheiroso. Ela apertou o cerco, passou a mão pela clavícula do soberbo homem e prendeu-o contra si, buscando-lhe o aconchego. E voltaram a beijar-se, mas desta vez sem o último pano, ela feita uma beleza, descoberta por instantes, até que ela se debruçou e recolheu o pano que lhe havia no quadril.

Completamente estupefacta com o perfil do fiscal, charmoso, cheiroso e afável, conquistador e meigo, quase cinquentão mas vigoroso e macho de verdade, era um

fiscal que qualquer mulher sonha encontrar nas corridas que se dão por aí na cidade.

Nem sempre elas têm essa sorte. Fiscal é sinónimo de brutalidade e arrogância. Tem fama de ladrão e mau. Não usa perfume apesar se saber que lida com mulheres. Fiscal hoje disparata zungueira.

Bate com pau e até esmaga fruta com os pés. Dá surra até a mulher mostrar as cuecas ao público que a zomba depois. Fiscal corre e dá baçula sem piedade. E o Kota Maneco ali estava diferente. Encantador. Peça de homem para mulherada e solteironas. Joaquinita ficou com água na boca. É nisso que dá ficar solteirona.

Já não foi necessário entregar a sacola pendurada noutra braço, onde havia mercadoria da nzunga. O Kota Maneco estava nas núvens, deliciando com os olhos e as mãos a sua zungueira, totalmente apaixonado. Indireitou a camisa e soltou a zungueira, apertou os botões deixando-lhe seguir em paz com a as castanhas. Fora um momento histórico. Nunca tinha visto um fiscal a beijar uma zungueira!

2.18 Lixo toma conta do mercado dos correios

Semanário Agora

22 de Janeiro de 2011

Os vendedores do mercado dos Correios, situado no Kilamba Kiayi estão insatisfeitos com a direcção, que até ao momento não consegue criar condições de saneamento básico no espaço.

Lixo, falta de escoamento das águas pútridas constituem o cartão de visita. A desorganização é de tal ordem que as sucatas de geradores são transformadas em bancadas. *Onde vamos parar?*

3 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

3.1 Orçamento respeita princípios modernos

Jornal de Angola
14 De Janeiro de 2011

O orçamento Geral do Estado (OGE) angolano tem melhorado de qualidade e respeita os princípios fundamentais de elaboração de um orçamento moderno, afirma o economista Alves da Rocha.

Apesar das melhorias, o economista disse haver ainda muitos aspectos em torno do orçamento que precisam ser discutidas e aperfeiçoadas. Durante a sua dissertação sobre “O Processo de orçamentação pública em Angola”, proferida ontem, na IV Semana Social Nacional sobre “Democracia e Participação”, promovida pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé, Alves da Rocha disse que o orçamento é a peça central na política económica de um país, tendo em conta que expõe o seu plano financeiro.

Através do orçamento Geral do Estado, explicou o economista, é possível saber quanto o Estado pretende retirar do rendimento do cidadão para aplicar em empreendimentos e projectos que ajudem a criar condições para desenvolver a economia privada e melhorar as condições de vida da população.

De acordo com Alves da Rocha, o orçamento é um mapa previsional de receitas que o Estado prevê arrecadar e de despesas que prevê realizar num determinado período de tempo, com a devida aprovação pelo Parlamento. O economista que é também professor universitário, disse que 75 por cento das receitas fiscais do país provêm do petróleo. A outra parte deriva dos impostos aduaneiros e do rendimento de trabalho e sobre o imposto de consumo.

Do seu ponto de vista, o Governo tem de dar provas de uma aplicação correcta das receitas, realizando obras que contribuam para satisfazer as necessidades colectivas. “Tenho dúvidas se a melhor maneira de atender às necessidades colectivas e satisfazer utilidades sociais é o Estado aparecer como investidor em sectores típicos na iniciativa privada”, admitiu.

Na África do Sul, Botswana e na Namíbia a parceria entre o Estado e o sector privado deu bons resultados, mas não

há garantia de que em Angola também resulte. “Essas parcerias têm resultado nos sectores de iniciativa privada, porque, como se sabe, a iniciativa privada em África é fraca por razões de natureza histórica, derivada do modelo colonial de exploração desses países, e por razões ideológicas”, afirmou. O Estado tem outras áreas de intervenção, razão pela qual não precisa de aparecer como investidor ou exercer as funções do investidor privado.

Controlo do orçamento

O economista defende a existência de uma Conta Geral de Estado, para que se possa saber com todo o rigor como foi executado o orçamento. Esclareceu que o relatório de execução orçamental que o Ministério das Finanças apresenta no final de cada ano não tem nada a ver com uma Conta Geral de Estado. “A última Conta Geral de Estado foi publicada em 1974, ainda durante a administração colonial”, referiu.

Nos países de economia de mercado e de liberdade económica, acrescentou, a Conta Geral de Estado é um documento que é julgado pelo Tribunal de Contas, cuja competência é avaliar a execução financeira, de acordo com os tramites legais da execução e realização do OGE.

O tema apresentado pelo economista Alves da Rocha constou do Painel de debate sobre “Orçamento público e participação”, onde também foram abordados outros sobre “Gestão e fiscalização pública em Angola”, “OGE e direitos humanos: passado, presente e futuro” e sobre “Garantias dos direitos económicos, sociais e culturais em Angola”.

3.2 Empréstimos Excessivos descontrolam finanças Angolanas

Jornal Agora
22 de Janeiro de 2011

O produto Interno Bruto do país é de 80 mil milhões de dólares e mais de 40% deste valor está comprometido com a dívida interna e externa do país caso interno, prende-se com os atrasados com empresas de construção civil e prestação de serviços.

Recentemente, o Executivo revelou o pagamento das dívidas do Estado às empresas, que em 2010 foram avaliadas em mais de E 3 mil milhões de dólares. Foi feito o pagamento da dívida certificada e validada, dentro dos critérios que foram anunciados aos credores.

A maior fatia

do montante diz respeito às construtoras, e as portuguesas eram mais afectadas, sendo de cerca de 2 mil milhões de dólares a dívida calculada em meados de 2010.

Os compromissos assumidos foram integralmente cumpridos, sendo que o Orçamento Geral do Estado (Oge) para 2011 prevê a cobertura financeira para, no primeiro trimestre, pagar o remanescente em falta, em dinheiro, ou ainda através de títulos.

Com as empresas que receberam parte do que tinham direito ficou acordado que, no primeiro trimestre deste ano, seria feito o pagamento da parte restante, sob a forma de títulos. Na programação financeira no Oge para 2011 está feita a devida cobertura para honrar os compromissos assumidos que preocupa o Governo neste momento é o limite da capacidade que o Estado tem de endividamento externo, uma vez que o stock da dívida em relação ao PIB é elevado. “Temos uma dívida externa de mais de 30 mil milhões de dólares e o que nos preocupa é o tratamento desta dívida no quadro da capacidade de endividamento do Estado”, reconheceu, Carlos Feijó, ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República.

3.3 Empréstimos excessivos descontrolam finanças angolanas

Semanário agora
22 de Janeiro de 2011

O caso interno, prende-se com os atrasados com empresas de construção civil e prestação de serviços.

Recentemente, o Executivo revelou o pagamento das dívidas do Estado às empresas, que em 2010 foram avaliadas em mais de 3 mil milhões de dólares.

Foi feito o pagamento da dívida certificada e validada, dentro dos critérios que foram anunciados aos credores. A maior fatia do montante diz respeito às construtoras, e as portuguesas eram as mais afectadas, sendo de cerca de 2 mil milhões de dólares a dívida calculada em meados de 2010.

Os compromissos assumidos foram integralmente cumpridos, sendo que o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2011 prevê a cobertura financeira para, no primeiro trimestre, pagar o remanescente em falta, em dinheiro, ou ainda através de títulos.

Com as empresas que receberam parte do que tinham direito ficou acordado que, no primeiro trimestre deste ano, seria feito o pagamento da parte restante, sob a forma de títulos. Na programação financeira no OGE para 2011 está feita a devida cobertura para honrar os compromissos assumidos.

Para aqueles que continuam a reclamar, há um procedimento de certificação e validação da dívida e que a que foi acordada está a ser honrada.

Além da dívida que o Estado tinha para com as empresas no último trimestre de 2010, foram regularizadas as dívidas de cerca de 3, 5 mil milhões de dólares para

com os bancos comerciais. Foi assinado um acordo para pagamento da parte a que tinham direito e o restante.

O que preocupa o Governo neste momento é o limite da capacidade que o Estado tem de endividamento externo, uma vez que o stock da dívida em relação, ao PIB é elevado. “Temos uma dívida externa de mais de 30 mil milhões de dólares e o que nos preocupa é o tratamento desta dívida no quadro da capacidade de endividamento do Estado”, reconheceu, Carlos Feijó, ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República.

3.4 Carlos Feijó Explica como governo chegou à proposta orçamental de 2011

Jornal Angolense
22 de Janeiro de 2011

O ministro de Estado chefe da Casa Civil da Presidência República, Carlos Feijó, explicou na Segunda-feira, 17, os pressupostos pelos quais o Governo adoptou a proposta de OGE que em Dezembro acabou aprovada pela Assembleia Nacional, o parlamento angolano.

Ao falar num encontro trimestral com a imprensa, instituído no quadro de uma iniciativa de transparência vigente desde Março do ano passado, Carlos Feijó apresentou o balanço da execução do OGE de 2009 e a elaboração e aprovação do relativo a 2011 como factos relevantes da política económica e financeira do Estado angolano durante ano passado.

Segundo o ministro chefe da Casa Civil, os pressupostos para a elaboração do orçamento geral do Estado para 2011, assentaram essencialmente na necessidade de se manter a inflação controlada a um determinado nível.

«Neste ano, um dos pressupostos para a elaboração do Orçamento Geral do Estado foi justamente que se definisse a inflação anual para 2011 em 12 por cento», revelou Carlos Feijó, acrescentando terem as autoridades considerado que «era realista apresentarmos este pressuposto, isto é, 12 por cento como meta para a inflação» e que foi a partir desta e outras metas que o Governo submeteu à Assembleia Nacional a sua proposta orçamental. Outros pressupostos que podem ser encontrados no estabelecimento do quadro macroeconómico do Orçamento Geral do Estado, indicou, estão relacionados com a expectativa da obtenção de uma taxa de crescimento do PIB de 7,5 por cento e de um excedente orçamental ordem dos 3,5 por cento.

De acordo com Carlos Feijó, um tal excedente pode vir a ser conseguido por via de uma redução das despesas orçamentais determinadas «muito em função» do facto de o Governo ter que «compatibilizar» os seus gastos com compromissos estabelecidos com o Fundo outras premissas para a previsão orçamental de 2011 estão

relacionadas com a conclusão de um estudo pelo qual o Governo pretendeu clarificar as questões ligadas à formação dos preços em Angola.

De acordo com o ministro chefe da Casa Civil, tal estudo procurou determinar por que razão os preços em Angola são demasiadamente altos se comparados com outros países.

Em adição a isso, anunciou, «fez-se um estudo completo e aprofundado» sobre as causas da inflação em Angola, em que se Uma inflação de demanda associada a criação de moeda, ou se estamos diante a uma inflação de custos ligados à oscilação ou volatilidade dos preços das principais mercadorias importadas ou até mesmo da guerra cambial entre o euro e o dólar.

O ministro chefe da Casa Civil disse que a conclusão a que se chegou e na base da qual assentou todo o trabalho de elaboração do Orçamento Geral do Estado e até de todo exercício macroeconómico, «apontou para o facto de, em Angola, estarmos a viver uma situação em que é Desenvolvimentos relativos à inflação foram influenciados pela esterilização dos impostos petrolíferos no sistema bancário e também «pelo uso adequado das reservas obrigatórias [dos bancos comerciais no banco central], que ajudaram como instrumentos de políticas monetárias, a combater a inflação».

«Nós, com este mecanismo de esterilização, vamos procurar fazer dele se não mesmo a pedra de toque de todo nosso exercício do combate a inflação, uma vez que a experiencia de Dezembro

Embaixada em França, além das representações comerciais na África do Sul e na Bélgica, respectivamente.

Para os próximos dias, o Tribunal de Contas propõe-se dar parecer à Conta Geral do Estado, assumido e, reafirmado pelo seu presidente, Julião António.

4 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

4.1 Governo quer gestão participativa

Jornal de Angola
4 de Janeiro de 2011

O governador de Benguela defendeu uma gestão participativa na província, porque “os cidadãos têm o direito de conhecer o desempenho da governação”. Armando Cruz Neto, que discursava na tradicional cerimónia de cumprimentos de fim de ano, afirmou que cada projecto ou acção do programa para 2011 “tem de ser realizado em tempo útil, com a qualidade requerida e dentro dos propósitos que presidem à sua concepção”.

O governador salientou a importância do rigor na gestão da despesa pública e o facto dos recursos financeiros terem condicionado a execução de alguns projectos previstos para 2011.

Coesão e dinamismo

Este ano, garantiu, o governo da província vai ter uma equipa mais coesa, forte e com potencial técnico, intelectual e politicamente comprometido com uma governação de proximidade ao cidadão.

Apesar de alguns constrangimentos verificados em 2010, disse, muita coisa foi feita, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população. O governador afirmou que, para este ano, o governo prevê a expansão da rede sanitária, o aumento do número de salas de aulas, de professores e a melhoria da qualidade de ensino.

O aumento da capacidade de distribuição de água potável e de energia eléctrica também está previsto para este ano e, nesse quadro, afirmou que se aguarda pela conclusão, em obras no quadro do programa “Água para todos”; Cruz Neto salientou, igualmente, a importância da construção e reabilitação de infra-estruturas produtivas e sociais que proporcionem mais empregos, a criação de habitações sociais e a melhoria das vias secundárias e terciárias.

“Vamos também consagrar grande parte da nossa função de liderança na organização do funcionamento dos serviços públicos, numa lógica de eficácia operacional que se traduza num serviço que melhor satisfaça o cidadão”, disse o governador de Benguela.

Armando da Cruz Neto acrescentando acreditar que 2011 é o ano de crescimento para o país e para a província e que os objectivos, prioridades e opções estratégicas de política económica apontam nesse sentido. **Reforço do poder local**

O reforço do poder local e a descentralização administrativa, frisou, vão permitir uma melhoria na gestão municipal. O governador Armando da Cruz Neto anunciou que a gestão municipal vai beneficiar de recursos autónomos para atender problemas de grande complexidade e de forte impacto social, como a pobreza, a desnutrição e a baixa produção e produtividade na agricultura.

4.2 Aprovada proposta de lei sobre taxas

Jornal de Economia
11 de Janeiro de 2011

O Executivo tem já preparado um diploma legal que visa regular a fixação das taxas a nível dos municípios, que serão estabelecidas de acordo com o estado de evolução económica social de cada província do país.

O facto foi revelado ontem, segunda-feira, pelo Ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, quando respondia às preocupações dos deputados durante a discussão na especialidade da proposta de Lei sobre o Regime Jurídico Geral das Taxas.

Na óptica dos parlamentares, a referida proposta de lei, em relação à fixação das taxas, deve respeitar o equilíbrio sócio económico de cada província, uma questão acautelada pelo ministro.

Carlos Lopes explicou que recentemente foi aprovado o regime financeiro local, na decorrência do qual o Executivo elaborou o diploma que vai regular as taxas municipais, que vai respeitar este pressuposto.

“Terão a oportunidade de ver que há uma perfeita diferenciação na atribuição dos diferentes valores para cada uma das províncias garantiu o governante em resposta à preocupação levantada pelos deputados.

Outra questão aclarada pelo ministro prende-se com a previsão do princípio utilizador -pagador na proposta de lei apreciada, assegurada no seu art 17º. De acordo com o artigo, disse Carlos Lopes, quando a contra prestação do pagamento da taxa não se realizar por causa inimputável ao sujeito passivo, a entidade beneficiária deve proceder à sua devolução.

No encontro, os deputados das comissões de Economia e Finanças e para os Assuntos Constitucionais e Jurídicos deram aval positivo para que a proposta de Lei sobre

o Regime Jurídico Geral das Taxas fosse remetida à votação final no parlamento, na reunião plenária do próximo dia 19.

Durante a discussão na especialidade, cujos trabalhos foram orientados pelo presidente da Comissão de Economia e Finanças do Parlamento, Diógenes de Oliveira, os deputados contaram igualmente com a presença da ministra da Justiça, Guilhermina Prata, que explicou os fundamentos legais do texto.

O diploma, que reúne toda a legislação avulsa sobre a matéria num único documento, estabelece o regime geral das taxas, enquanto meios de contraprestação que o utente dos serviços públicos está sujeito a pagar por beneficiar de um serviço directo ou de remoção de um obstáculo jurídico à actividade dos particulares.

O legislador entende que a dispersão em vários diplomas avulsos, gerando ineficiência dos órgãos de execução e dos fiscalizadores, constitui motivo bastante para a consagração do regime sobre o assunto num único diploma.

Em consequência, prevê a revogação gradual, num período de cinco anos, de todos os diplomas sobre a matéria, que estejam em desconformidade com a proposta de lei em apreciação.

O texto legal contém vinte e seis artigos, repartidos em quatro capítulos. O Regime Jurídico as Taxas visa normalizar o alargamento da base tributária.

A proposta de lei sobre o Regime Jurídico Geral das Taxas, aprovada, visa o alargamento da base tributária e, consequentemente, o aumento das receitas fiscais e melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

Este ponto de vista foi manifestado pelo presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Diógenes de Oliveira, em declarações à imprensa, após a discussão e aprovação da referida lei, pelas primeira e quinta comissões do parlamento. Segundo disse, este diploma permitirá uma maior intervenção do Executivo relativamente a muitos serviços, em relação aos quais não recebe qualquer contribuição de parte dos cidadãos.

O pagamento de taxas, lembrou o deputado, vai diversificar as fontes de arrecadação de receitas do Estado, grandemente dependentes dos impostos do petróleo e dos diamantes.

4.3 Municípios pedem exoneração do administrador do kilamba kiaxi

Semanário continente
14 De Janeiro de 2011

O administrador municipal do Kilamba Kiaxi está a ser acusado de dar destino desconhecido aos cerca de cinco milhões de dólares entregues pelos Executivo, à luz do Orçamento Geral do Estado, para a melhoria das condições básicas da população.

A acusação dos moradores surge na sequência do estado avançado de degradação em que se encontram as vias de comunicação, secundárias e terciárias, bem como a ausência de saneamento básico.

As vias mais afectadas são as de acesso aos bairros Popular, Palanca, Avó kumbi, Sanatório e da FTU, não se justificando devido aos investimentos milionários feitos pelo Executivo. Descontentes com a situação e não se vislumbrando uma saída, os municípios pedem a exoneração do administrador, alegadamente, para se evitar situações piores.

José Correia é, igualmente, acusado de ter exibido ao longo do seu consulado um certificado de incompetência, razão porque o município que ganhou o apelido do primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto, se encontra numa situação calamitosa.

As últimas chuvas que caíram sobre Luanda vieram agravar o cenário, deixando quase todas as ruas e ruelas intransitáveis.

Na ronda feita pelo município ficamos a saber, através de Samuel Marcelo, morador há 30 anos no bairro Palanca, que José Correia tem se revelado mau líder. “Ele não se preocupa com o saneamento básico do seu município, razão pela qual vemos estradas esburacadas, lama, águas estagnadas, lixo nas vias públicas e sucatas”, disse o nosso interlocutor, apontando o facto dos titulares de cargos públicos no país não terem a cultura de colocar os cargos à disposição quando se encontram em situações semelhantes ou outras.

“Mesmo reconhecendo as suas incompetências não se demitem”, disse Samuel Macedo, visivelmente desapontado.

A fonte lembrou que o quadro vigente no Kilamba Kiaxi não é novo, aconselhando que se de maior atenção para ser revertido.

“Se observarmos com atenção iremos notar que todas as ruas se encontram num autêntico caos”, desabafou.

No local apuramos, também, que muitas escolas têm sido fortemente atingidas pelas chuvas, ficando completamente inundadas, obrigando a suspensão das aulas.

Entre os estabelecimentos de ensino que se encontram nestas condições constam as escolas 6004 e 6009, localizadas na Rua F, no Palanca.

Pacheco Manuel acredita, também, no desvio de fundos públicos por parte do administrador para benefício próprio, tendo apontado o seu novo estilo de vida, contrastando com os seus rendimentos e o estado em que o município se encontra.

Julião Ndalú, taxista que faz as rotas Avó kumbi, Congolese, Sanatório e Quimbango disse por seu lado, que a especulação do preço da corrida dos táxis surge na sequência do estado degradante em que se encontram as vias. “Sabemos que aumentar o preço é crime, mas não temos outra saída porque todos os fins-de-semana temos de substituir peças nas viaturas danificadas pelas estradas”, contou o homem do “azul e branco”.

Os municípios apelaram ao governador provincial para que as suas visitas aos municípios não sejam apenas para animar a sua recém-nomeado, devendo tomar medidas aos seus colaboradores que não estão a altura das suas responsabilidades.

De acordo com Dona Fátima, moradora há muitos anos no Kilamba Kiaxi, o estado em que se encontra o município é motivo mais que suficiente para que o governador exonere o administrador o mais urgente possível, tendo apontado as zonas do hotel Almeida Monteiro, a famosa estrada nova, a ponte que liga o bairro Popular a escola Angola e Cuba e as ruas do Palanca, como sendo as mais críticas.

Já o Golfo I é apontado como a zona com maior número de valas contendo águas residuais, sendo um atentado à saúde pública.

Por detrás das instalações da secção municipal do Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social, junto a famosa escola do MPLA existe uma lagoa até agora ignorada pela administração municipal, apesar dos perigos que representa para a população, tendo se transformado em fonte de reprodução de mosquitos.

Os nossos esforços para contactar José Correia não tiveram sucesso porque os funcionários da secretaria da administração municipal, alegaram que o mesmo não estava disposto a receber-nos. Tentamos o contacto via telefónica, igualmente, se sucesso porque o seu telemó-

vel estava desligado, pelo menos, até ao fecho da presente edição.

4.4 Encontro promovido pelo Centro Cultural Mosaiko, durante o qual participaram vários especialistas, exortou à procura de caminhos para combater a pobreza

Jornal o País

14 de Janeiro de 2011

A semana Social Nacional, uma realização da Igreja Católica angolana encerra este sábado a sua quarta edição. Organizadas pelo Centro Cultural Mosaiko, as semanas reflectem os problemas do país na perspectiva social, sendo que o tema central da presente edição é “Democracia e Participação”.

A escolha do tema, “Democracia e Participação”, vem dar resposta à manifestada preocupação da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé, no sentido despertar e apelar a todos os cidadãos a participarem de forma activa e consciente, na construção de uma sociedade democrática de direito.

Nas vestes de presidente da Comissão Episcopal de Justiça e Paz, o bispo de Caxito, Dom António Jaca, no seu discurso de abertura, partiu do actual contexto de paz em Angola para apelar a que se encontrem os melhores caminhos para o desenvolvimento sócio económico do país, lutando contra a miséria e a pobreza, o cancro da corrupção, delapidação do erário público, contra a impunidade, violência e outros males que enfermam a sociedade.

Na menção que fez à carta pastoral dos Bispos da África Austral (sigla inglesa IMBISA), Dom António Jaka, lembra que a igreja deve exercer o papel de consciência da sociedade para que sejam os princípios verdadeiros e valores genuínos, justiça, liberdade, direitos humanos a orientar os partidos e os programas dos governos.

A liderança da Igreja Católica augura que a IV semana social Nacional, venha elucidar e ajudar a todos os cidadãos a tomarem consciência da sua responsabilidade na gestão da república (do latim coisa pública) “, não deixando em mãos alheias o seu próprio destino.

No entendimento da igreja, a participação dos cidadãos em todos os sectores da vida pública, vida socio-política, cultural e desportiva, ajudará o país a enveredar para os melhores caminhos da justiça social, reconciliação nacional e da paz, procura do multipartidarismo efectivo, com respeito pela alternância no exercício do poder político através de eleições livres e justas “que estão difíceis de aceitar na África de hoje”.

Aquilo que é de todos deve ser tratado por todos»

Na sua intervenção, o Presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe, Dom Gabriel Mbilingue, destaca o conceito de democracia representativa para lembrar que deve ser reconhecido ao cidadão o direito inerente e inalienável de continuamente exercer o seu poder.

A envolvência dos cidadãos, de forma singular, bem como colectiva - c mente, em todos os assuntos, espaços de análise a construção do ponto de vista social, político, cultural e económico, foram algumas das formas apontadas pelo prelado católico para se atingir este desiderato.

“Como cidadão, o indivíduo tem (parte na nação, por isso deve poder t falar, criticar, sugerir, enfim expressar-se. Mas também ser ouvido, atendido, consultado, enfim poder identificar nas decisões públicas o resultado das suas opiniões” disse Dom Gabriel Mbilingue.

A efectivação da participação democrática dos cidadãos não é, pois, somente o caminho para a paz e a harmonia social, mas é a mesma paz e harmonia social. Com esta razão São Cipriano, dizia, citado por D. Mbilingue: “Aquilo que diz respeito a todos deve ser tratado por todos”.

Corporativismo é risco para democracia participativa

Os problemas de uma comunidade devem ser resolvidos localmente por todos os membros da comunidade, não deve ser um poder próprio de alguém à margem da comunidade. Esta foi a nota dominante da concorrida apresentação do constitucionalista português, Jorge Miranda, que apresentou o tema de abertura da IV Semana Social Nacional.

Recorrendo ao passado constitucionalista português, na magna aula de sapiência, com uma grande plateia, disse que em todas as épocas históricas sempre houve democracia, simplesmente houve épocas complexas, devido a vários factores que levaram a séculos sem democracia até a chegada da fase actual, mais representativa e adequada à garantia e à promoção dos direitos fundamentais do homem.

A ideia básica da democracia representativa assenta em princípios como liberdade, pluralismo, sufrágio universal com alternância da responsabilidade política dos governantes. Dela, igualmente, emana a ideia que “o governante nunca governa por ideia própria mais como delegado da comunidade”.

Na sua abordagem histórica sobre a democracia, Jorge Miranda disse que a democracia participativa é um complemento que se afirma de enorme importância em relação aos direitos sociais que devem ser con-

cretizados não só pelo Estado, como também por outros interessados.

À medida que as pessoas resolverem os seus problemas, estas vão educando, aprendendo a participar, ter consciência dos direitos e deveres como pessoas e membros de uma • comunidade

O constitucionalista aponta que o grande risco da democracia participa deriva do facto dela poder estar ao serviço de grupos determinados, em várias situações concretas. Por exemplo, “há o caso de os agricultores organizarem -se para enfrentarem os seus problemas. De a comunidade local fazer uma creche ou escola.

Na verdade tem que ter em conta que na democracia participativa estão em causa interesses específicos, razão pela qual somente a democracia representativa é capaz de dar a ponderação do interesse geral”.

Pelos pressupostos avançados acima, Jorge Miranda considera que “a democracia participativa nunca substitui a representativa, mas a complementa”.

Na interacção que manteve com a plateia, em resposta às perguntas colocadas sobre o papel dos órgãos de comunicação social, este disse que: “na verdade, este não é o quarto poder, porém, o papel formativo que assume é importante para contribuição da cidadania”.

“No exercício da sua função o jornalista deve ser verdadeiro”, considerou o professor, apelando que os 5 jornalistas não devem contribuir para exaltar a violência, e formas de subversão de estruturas fundamentais s da sociedade, pelo contrário, “devem denunciar com objectividade e com sentido de verdade”.

4.5 CEASt promove democracia e participação

Agora

15 de Janeiro de 2011

O presidente da Comissão Episcopal, Justiça e Paz defendeu que o país deve procurar os melhores caminhos para o seu crescimento sócio económico.

D. António Jaca falava na abertura da IV Semana Social Nacional sobre “Democracia e Participação”, que decorrem esta semana no Seminário Maior, em Luanda, promovida pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (Ceast), através do Centro Cultural Mosaiko, manifestando a disponibilidade em ajudar os fiéis e cidadãos a participar, de forma activa, na construção de uma sociedade democrática e de direito.

“Há necessidade de lutar contra a miséria e a pobreza, corrupção, lapidação do erário público, impunidade,

violência e tantos outros males que prejudicam a sociedade”, alertou Q bispo.

A participação activa dos cidadãos em todos os sectores da vida pública vai ajudar o país a enveredar por outros caminhos da justiça social, da paz e reconciliação nacional, dó multipartidarismo efectivo e do -respeito pelo princípio de alternância do exercício do poder político, através de eleições regulares, periódicas, livres e justas, sendo os leigos católicos, chamados a intervir de uma forma concreta.

“Os membros da Igreja, enquanto integrantes da sociedade civil, têm o direito e o dever de procurar o bem comum, como os demais cidadãos e devem desempenhar as suas tarefas temporais com fidelidade e competência e operar como fermento no mundo, na sua vida social, familiar, cultural e política”, sublinhou

D. Jaca, destacando que o crente tem o direito e o dever de levar a sua fé à vida política, para que os programas públicos sejam sempre inspirados numa visão ética cristã, além do que a igreja, no âmbito da sua missão evangelizadora, tem a obrigação de proclamar a justiça, bem como de denunciar situações de injustiça.

Por essa razão, a construção de uma verdadeira sociedade democrática passa, também, pela moralização da sociedade. “Uma democracia só é viável quando a sociedade cultiva uma vida virtuosa. Se assim não acontece o progresso económico fica afectado pelo egoísmo, levando à desigualdade e injustiça social”,contrariando que o objectivo é “criar uma sociedade não exclusivista, impositiva e repressiva, mas aberta, dialogante e tolerante”.

Entretanto, o constitucionalista português Jorge Miranda disse, em Luanda, ser importante os países democráticos encontrarem um equilíbrio para os partidos não dominarem totalmente a vida política.

Falando sobre “Democracia representativa e participativa”, destacou que o papel dos partidos na sociedade é indispensável, pois são eles que apresentam os candidatos às eleições e programas políticos e de Governo.

Mas este papel, como frisou, pode tomar-se absorvente porque os partidos querem sempre substituir-se aos cidadãos, aos grupos e às forças organizadas da sociedade civil na orientação da vida política.

“Não há democracia representativa em monolitismo político ou ideológico”, elucidou alertando que “Só há democracia representativa quando há reconhecimento da pluralidade de ideologias, crenças, opiniões e de formações sociais, económicas e político-partidárias”.

Participação e cidadania. As práticas de participação e cidadania têm contribuído de forma significativa no processo de democratização do país, bem como na gestão pública, identificando alternativas para a reforma

do Estado e da redefinição das relações com a sociedade. Esta afirmação é do representante do Programa de Luta contra Pobreza Urbana (Lupp), Willy Piasa, que dissertou sob o tema “Experiências de Democracia Participativa em Angola”, durante a quarta semana social nacional.

A dinâmica política e social em curso no país exige uma gestão descentralizada, mais participativa, criativa e flexível, incluindo o acesso à informação, diálogo e transparência na tomada de decisões.

Num contexto de reformas políticas e administrativas, o orador salientou que é importante que as estruturas administrativas sejam capazes de providenciar serviços, bem como o potencial para o desenvolvimento, aumentando o diálogo entre as estruturas estatais e a sociedade civil.

O Lupp é uma parceria entre a Care Internacional, Development Workshop, Save the Children UK e a One World Vision que trabalham em colaboração com o Governo. •

4.6 Cristãos defendem criação do poder local

Jornal de Angola

16 de Janeiro de 2011

Os participantes na quarta Semana Social Nacional sobre “Democracia e Participação” solicitam à Assembleia Nacional e ao Executivo a criação, a curto prazo, das condições necessárias para a instalação das autarquias locais, a fim de permitir que as comunidades participem de forma mais activa no desenvolvimento do país.

A Semana Social Nacional, que ontem terminou incluiu vários debates e os participantes recomendaram que as localidades mais recônditas devem ter prioridade na realização de estudos para a execução de programas sociais. Os participantes consideram críticas as condições sócio-financeiras da maioria da população, particularmente do interior do país. Referem que por este motivo, as autoridades tradicionais muitas vezes são influenciadas pelos partidos políticos devido à sua vulnerabilidade resultante da pobreza.

No documento elaborado no final dos trabalhos, é recomendada a criação e a divulgação ampla de mecanismos de participação efectiva dos cidadãos no processo de elaboração e fiscalização do Orçamento Geral do Estado nas diferentes regiões do país.

Os participantes nos trabalhos concluíram que a transparência na gestão dos bens públicos é fundamental para a participação do cidadão no desenvolvimento do país. Por isso, recomendam a publicação, de forma regular, da Conta Geral do Estado.

A criação de instituições democráticas fortes para a consolidação da democracia em Angola foi outra necessidade apontada pelos participantes, que também defendem apoio às associações da sociedade civil no seu trabalho nas comunidades para melhor identificação dos problemas e respectivas soluções.

Os participantes recomendaram, igualmente, o Executivo no sentido de encontrar formas mais eficazes de combater as causas dos fenómenos da feitiçaria, porque violam os direitos fundamentais dos cidadãos. Pediram ainda a criação de instituições democráticas fortes para a consolidação da democracia.

Temas discutidos

A quarta Semana Social Nacional, que decorreu desde o dia 11 até ontem, permitiu a discussão de vários temas ligados à democracia e participação do cidadão nas tarefas do país.

A democracia é o princípio legitimador de uma Constituição, afirmou em Luanda, o docente universitário Marcolino Moço, quando dissertava sobre o tema “Relação Directa entre Justiça, Constituição e Democracia” durante a quarta Semana Social Nacional. Marcolino Moço explicou que a relação entre democracia e justiça, no plano da filosofia política, resulta na instauração de instituições justas, do ponto de vista das ideias, que contribuam para a felicidade de todos, respeitando os seus direitos fundamentais e salvaguardando os interesses das futuras gerações. “Temos, assim, a relação completa da justiça, como pilar da felicidade individual e colectiva numa sociedade, dada com a instauração de instituições democráticas accionadas pela actividade consciente e livre dos componentes da mesma e, a garantia desse modelo ideal, por uma Constituição respeitada por todos”, sublinhou o professor universitário.

Marcolino Moço lembrou que a Constituição da República é um texto fundamental que regula os direitos e garantias dos cidadãos e a organização política de um Estado. O texto, disse, pode ser formalmente concentrado num único documento ou em vários documentos. A sistemática análise crítica realizada aos postulados do Direito permite saber, em cada momento do desenvolvimento da sociedade, se o instrumento de política de Estado está a ser utilizado para a realização da manutenção de uma ordem social justa, afirmou o jurista Hermenegildo Cachimbombo durante a sua intervenção na “Semana Social Nacional”.

O jurista apresentou o tema “A dimensão social e política como um marco civilizacional: o princípio da certeza e da segurança do Direito” durante a quarta Semana Social Nacional, organizada pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), em parceria com o Centro Cultural Mosaiko.

Hermenegildo Cachimbombo defendeu que para assegurar a ordem social, é necessário que, ao criar o Direito,

o Estado previamente reconheça a existência da ordem, porque a ideia e a necessidade de justiça pré-existe ao Estado enquanto instituição. Afirma que “a justiça é sobretudo um estado de espírito ou sentimento partilhado pela humanidade, cuja concretização obedece às especificidades da comunidade que dela reclama”.

Hermenegildo Cachimbombo acrescentou que “partindo do princípio de que o Estado no processo criativo do Direito deve reconhecer previamente os valores e referências de uma ordem social justa, é importante evitar o risco de confundir justiça com o mero cumprimento de soluções impostas pela ordem jurídica positiva, entendida como conjunto de normas jurídicas de criação estadual em vigor”, frisou.

A quarta Semana Social Nacional foi promovida pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Centro Cultural Mosaiko.

4.7 Ministro da administração do território garante atenção especial aos municípios

Jornal de Angola

18 De Janeiro de 2011

O Executivo vai prestar este ano uma atenção especial à proximidade dos serviços do Estado aos cidadãos, à promoção da qualidade de vida das populações e vai dar mais importância aos municípios, afirmou ontem, em Luanda, o ministro da Administração do Território.

Bornito Sousa, que falava na abertura do ano escolar no Instituto de Formação da Administração Local, disse que é neste quadro que tem lugar hoje, em Luanda, o fórum nacional sobre os programas municipais de desenvolvimento rural e de combate à pobreza.

O ministro da Administração do Território realçou que o fórum nacional vai ser seguido de fóruns provinciais e municipais para transmitir aos vários níveis a metodologia e as prioridades de execução dos programas que têm como objectivo melhorar a qualidade de vida das populações.

Bornito de Sousa sublinhou que em paralelo vão também ser realizados seminários nacionais e provinciais sobre matérias fundamentais com destaque para a gestão do Orçamento Geral do Estado, o Sistema de Planeamento Nacional e o Sistema de Estatística.

“Neste quadro, o Instituto de Formação da Administração local tem uma responsabilidade adicional para tomar realidade a importância dos municípios particularmente no que toca aos funcionários da administração local do Estado e num futuro próximo e aos trabalhadores das autarquias”

Bornito de Sousa lembrou que desde 2002, o Executivo presta uma atenção prioritária à construção de infra-estruturas que já permitem a circulação de pessoas e bens em todo o território nacional e reconheceu que há ainda um esforço a fazer particularmente nas áreas do Leste e do Norte do país “que estão a merecer também uma atenção prioritária”.

Combate à pobreza

O fórum nacional sobre o desenvolvimento rural e o combate à pobreza realiza-se de hoje até quarta-feira, no Centro de Conferência de Belas e é organizado pela Casa Civil da Presidência da República.

Sob o lema “Combate à Pobreza um compromisso do Executivo angolano”, o fórum vai contar com a participação de deputados à assembleia Nacional, membros do Executivo, governadores provinciais, administradores municipais, delegados provinciais das Finanças e representantes de Organizações Não Governamentais nacionais.

O fórum está dividido em três painéis: “combate à pobreza, o desenvolvimento rural, comércio rural, numa perspectiva integrada em Angola”, “Os programas municipais integrados, o programa Agua para Todos, a estratégia para segurança alimentar e nutricional e a municipalização dos serviços de saúde” e “Mecanismos de planificação e financiamento dos programas municipais integrados e reestruturação das parcerias”.

Administração Local

O Instituto de Formação da Administração Local (IFAI) lançou ontem uma colectânea de legislação Sobre a administração Local e a paginado “website” da instituição. O Ministro Bornito de Sousa considerou a colectânea “muito importante”, porque se trata de um manual de trabalho dos governos províncias e administrações municipais e todas as pessoas interessadas na administração local, incluindo os estudantes do ensino médio e instituições públicas e privadas.

O ministro da Administração do Território disse que a colectânea tem documentos importantes, tendo destacado a Lei sobre a Organização e o Funcionamento da Administração Local, o Decreto Presidencial sobre a Delimitação de Competências entre a Administração Central e a Local, o Regime de Financiamento da Administração Local, Normas sobre o Investimento e Património Público, a Lei da Probidade Pública, referências legislativas sobre o Orçamento Geral do Estado e sobre a Contratação Pública.

O ministro pediu o empenho dos governos provinciais e das administrações municipais na cooperação com o

Instituto de Formação da administração Local, para que a médio prazo sejam resolvidas as dificuldades a nível da administração local e do país. O director do Instituto de Formação da Administração Local (IF AL), Ismael Mateus, disse que o “website” é um instrumento de comunicação entre a instituição e os seus utentes.

A colectânea de legislação sobre a Administração Local é uma produção do Instituto de Formação da Administração Local e do Ministério da Administração do Território que pretendem reunir toda legislação saída depois da entrada em vigor da Constituição.

4.8 Finalmente, os municípios

Novo jornal

21 de Janeiro de 2011

Esta não é a conversa que estava prevista para este mês. Em início de ano, é meu costume dedicá-la a outros temas, mais adequados à época. A realização do Fórum sobre os Programas Municipais de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza fez-me mudar de ideia.

O Executivo tem enviado à sociedade nos últimos tempos alguns sinais de mudança no estilo de governação. Um deles é a tentativa de aproximação aos cidadãos. O facto agora anunciado de que a actividade governativa deverá concentrar-se nos municípios é claramente um bom indício de mudança.

A cultura política em Angola é autoritária e de concentração e centralização de poder a todos os níveis. Em Maio de 2003, o Presidente da República fez um importante discurso onde “decretou” o fim do centralismo democrático de triste memória. Infelizmente, o discurso não teve a ressonância nos meios de comunicação social públicos que outros discursos mais circunstanciais habitualmente têm. Em Dezembro de 2009, na sua mensagem de Ano Novo, o Presidente disse que “um processo participativo e inclusivo de consolidação da paz, de reconciliação nacional e desenvolvimento sustentável, em que cada um possa encontrar um lugar de intervenção deve ser começado”. Foi do mesmo modo praticamente ignorado.

Não sou ingénuo, e sei que os políticos, em todo o mundo, dizem muitas vezes aquilo que convém numa determinada circunstância. Mas nas condições de Angola e não preciso de explicar porquê - deveria ter sido uma obrigação da oposição e das organizações da sociedade civil fazerem a ampliação desse tipo de discurso para “forçarem” o poder a aplicar aquilo que se poderia considerar uma “orientação estratégica” de largo alcance. Aproxima-me de dizer que a ADRA foi uma das poucas excep-

ções. Porque já vinha adoptando desde há muito a estratégia de concentração do seu trabalho nos municípios, decidiu aproveitar a oportunidade para aprofundá-la e facilitar a aproximação das Administrações do Estado às comunidades e às populações em geral, e os resultados estão à vista, só não os vendo quem não quer ver por má fé, ou por desconhecimento. A ADRA foi, sem qualquer dúvida, a primeira organização angolana a colocar o município no coração do desenvolvimento - e disso deve orgulhar-se - contribuindo, com isso, para influenciar outros desenvolvimentos da estratégia governamental de desconcentração e descentralização.

É certo que houve tentativas anteriores. Do ponto de vista teórico, o Programa de Reabilitação Comunitária e Reconstrução Nacional.

Pelos vistos, o Presidente decidiu retomar, por iniciativa própria, a ideia e passá-la à prática. Os primeiros sinais vieram em 2010 com a decisão de se avançar um pouco mais no processo de desconcentração. O novo regime financeiro e os Programas Integrados Municipais de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PIM) foram dois passos concretos. A revisão do OGE de 2010 previu as primeiras verbas para tais Programas, o que é fundamental para se dar corpo à estratégia. Mas igualmente importante foi considerar nos PIM que o combate à pobreza não se faz apenas com intervenções nas áreas da saúde e da educação, como perigosamente se estava a pensar. Com efeito, na linha do indiano Amartya Senn, Prémio Nobel da Economia, e do senador brasileiro Cristóvão Buarque, defendendo que o combate à pobreza exige um maior acesso aos serviços por parte da população, e tais serviços não podem ser apenas de carácter social, mas também de carácter económico. No nosso caso, responsabilizar os municípios pela agricultura e pelo comércio locais constitui um progresso que considero crucial para o desenvolvimento do país. Por outro lado, a linha de crédito de campanha poderá ser, tanto ou . mais do que as verbas do OGE, um precioso instrumento para alavancar, como agora se diz, um melhor combate à pobreza através da agricultura familiar e do comércio de produtos agrícolas.

O meu elogio a este processo não deve ser entendido como um cheque em branco. Há muitos pontos fracos. Desde logo, a metodologia usada na concepção dos Programas, de cima para baixo, está hoje ultrapassada no mundo moderno ao qual Angola quer pertencer e contraria a própria abordagem participativa enunciada pelo Presidente. A metodologia do Fórum, com base na dissertação de ministros e outros conferencistas, sem grupos de trabalho, está igualmente ultrapassada. A ausência das mais interventivas organizações da socie-

dade civil e de partidos sem assento parlamentar, fez pensar que o “processo participativo e inclusivo em que cada um possa encontrar um lugar de intervenção”, afinal ainda não começou. A própria ADRA, a organização angolana com mais experiência na matéria, tenho de dizer e é reconhecido unanimemente por todas as Administrações dos municípios onde trabalha, teve de lutar para conseguir estar presente apenas a partir do segundo dia, talvez por “esquecimento”. A comunicação social pública mais uma vez foi igual a si própria. Ao contrário do que acontece com outros eventos sociais e desportivos, transmitidos integralmente em directo, limitou-se a dar pequenos espaços a um assunto desta natureza, mostrando bem que o combate à pobreza não está nas suas prioridades, o que é mau, pois desta maneira não está a cumprir uma orientação superior.

5 URBANISMO E HABITAÇÃO

5.1 Menos dinheiro para adquirir casa própria

Jornal de Economia
11 de Janeiro de 2011

O sector imobiliário e de construção civil em Angola é o que mais cresce em todos os domínios em Angola, segundo o especialista Cléber Correia. O também director-geral da Proimóveis (promoção e gestão de imóveis), disse que as empresas ligadas ao ramo têm desenvolvido diferentes projectos habitacionais com elevados padrões de qualidade, utilizando níveis aceitáveis de instrumentos tecnológicos. A Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), como órgão que controla e monitoriza a actividade de construção civil no país, tem envidado esforços para que no sector da indústria imobiliária prevaleça a competitividade, aliada ao desenvolvimento sustentável, bem como apresente soluções que vão de encontro às necessidades do mercado.

Cléber Correia salientou que as empresas de construção civil e o mercado angolano já começam a se estabilizar, ficando para trás o período em que a especulação dos preços para a aquisição de uma habitação condigna era uma prática constante.

“O mercado imobiliário em Angola já não é especulativo. Os preços cairão de 40 por cento para 50.

Agora, estamos numa economia de mercado, quer dizer que vende aquele que tiver mais qualidade nos seus imóveis”, frisou.

Segundo o responsável, as firmas têm desenvolvido projectos financeiramente fiáveis que facilitam a sua aquisição por qualquer pessoa, dependendo da sua condição financeira.

“Como associação, temos procurado orientar as empresas promotoras imobiliárias para construírem casas de qualidade”, afirmou.

O especialista em mercado imobiliário disse que os avultados investimentos que as empresas do sector. têm vindo a aplicar constituem um importante instrumento para a diversificação da economia angolana, e, desta forma, contribuem para o combate ao desemprego, uma vez que o ramo é o que mais tem disponibilizado emprego, principalmente para a camada jovem.

Como exemplo, destacou a construtora imobiliária Genea Angola, que, na sua opinião, tem desenvolvido projectos competitivos de grande dimensão, bem como tem garantido um atendimento personalizado aos seus clientes, dando-lhes, logo à partida, a documentação do imóvel adquirido.

“As pessoas em Angola dão muito pouco valor a documentação da casa. Elas querem primeiro o imóvel, depois o documento, o que não é aconselhável”, atesta Cléber . Correia, para acrescentar que a Genea Angola, sendo uma empresa idónea no sector imobiliário, não lança um projecto sem a documentação devida.

“Nós, da APIMA, temos aconselhado o Governo que crie uma lei específica para proteger o consumidor”, afirmou.

Em relação às expectativas para 2011, o especialista sublinhou que o surgimento de várias empresas no sector, assim como os vários mecanismos que estão a ser levados a cabo pelo Executivo para a melhoria da habitação das populações também vai contribuir para que no próximo ano os preços para a aquisição de material de construção civil baixem consideravelmente.

Com cerca de 38 associados na província de Luanda, a APIMA abriu recentemente a sua delegação na província de Benguela, onde conta com 16 associados. A principal função desta organização é de dar formação e apoiar os promotores e o Estado em políticas habitacionais.

Especulação de terrenos

Recentemente, em entrevista ao Jornal de Economia & Finanças, o director do Instituto Nacional de Habitação, Eugénio Correia, garantiu que no mercado não haverá especulação na venda de terrenos. O responsável disse que a situação habitacional do país não é das melhores.

“Há um défice muito grande na relação oferta e procura, também há necessidade de se melhorar substancialmente a qualidade das habitações para a nossa população”, disse. Para Eugénio Correia, a capital do país tem a maior concentração da população e o défice habitacional é maior, “já que também em termos de oferta não se vê quase nada”

“Não digo que não se faça, mas ainda é inexpressivo relativamente à procura. Assim, entrando um pouco no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de um milhão de casas, cada província tem a sua quota em termos de habitações”, disse. Em relação ao programa em si, da construção de um milhão de casas, o director do INH referiu que do grosso, cerca de 70 por cento é do sistema de auto construção dirigida. “Significa que compete a nós, Governo, através de parceiros privados ou cooperativas, parcerias público privadas no domínio infra-estrutural, preparar os espaços para a implantação das casas.

5.2 Habitação arrecada mais receita

Jornal de Angola

13 De Janeiro de 2011

O departamento provincial da Habitação arrecadou 2,14 milhões de kwanzas em 2010, valor que já se encontra na conta do Tesouro, informou o chefe de departamento provincial do Instituto Nacional de Habitação, Aurélio Cayumbuca.

O responsável da Habitação no Huambo referiu que durante o ano transacto foram realizados levantamentos relativamente aos imóveis existentes na cidade do Huambo e respectivos municípios. Aurélio Cayumbuca adiantou que o seu sector fiscaliza as residências cujos inquilinos não pagam renda há muito tempo, dado que a mesma deve ser paga até ao dia 8 de cada mês, junto do balcão do Banco de Poupança e Crédito.

“Apesar do valor irrisório que se cobra por cada imóvel, menos de 100 kwanzas, ainda há muita gente que não paga e tem sido necessário enviar fiscais para as cobranças”.

Cayumbuca manifestou preocupação com as pessoas que insistem em construir moradias nos terraços dos edifícios, situação que se verifica nas avenidas da Independência e Craveiro Lopes, e ainda no Bairro Académico, devido ao risco que pode causar.

Em 2010, segundo Aurélio Cayumbuca, o departamento de Habitação emitiu um total de 192 contratos, cuja vigência é de dois anos renovável, de acordo com as orientações do Executivo. Questionado sobre a existência de casos de cessação de contratos, Aurélio Cayumbuca disse que é do seu conhecimento que inquilinos que, por alguma razão, mudam de casa não cessam o contrato, mas fazem trespasses, vendendo a chave a uma determinada pessoa, o que é uma situação ilegal.

Emitir e renovar contratos é a actividade diária do departamento provincial da Habitação, que é assegurado por 20 trabalhadores que, por falta de instalações próprias, funciona no edifício da direcção provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.

Aurélio Cayumbuca que é também secretário executivo da comissão provincial para a venda do património habitacional do Estado, disse, por outro lado, que a comissão procedeu à alienação de 102 imóveis, sendo 73 vivendas e 29 apartamentos que compreendem processos remetidos em anos anteriores a 2010. Como resultado do processo de alienação das aprovações anteriores e do ano transacto, foi arrecadado um montante de 66,7 milhões de kwanzas, valor depositado à ordem, na Conta do Tesouro.

5.3 Associação angolana estuda modelo namibiano

Semanário Angolense
22 De Janeiro de 2011

Com o objectivo de encontrar um mecanismo que permita ao Estado diminuir consideravelmente os gastos que tem tido no

Capítulo da Urbanização em Angola, o conselho de direcção da Associação Nacional de Apoio aos Projectos de Urbanização e Loteamento de Angola (ANAPULA), encontra-se em Windhoek, capital namibiana, em visita de trabalho.

A ANA PULA, uma organização não-governamental, tem como objecto social a implementação de estratégias e acções que concorram para a requalificação de novos bairros a nível nacional, assim como apoiar as iniciativas de urbanização e loteamento para fins habitacionais, além de promover o desenvolvimento da nova cultura urbanística.

Para tal, e de acordo com António Domingos de Sousa, porta-voz da delegação, o conselho de direcção reúne-se na Namíbia, por ser um país vizinho e onde foi encontrado um modelo de urbanização bastante estruturado, sendo um grande desafio implementá-lo em Angola.

Disse ser intenção da Associação, em perfeita sintonia com o Governo, estabelecer estratégias que visam evitar o nascimento de bairros desordenados, sendo, entretanto, «necessário que adoptemos as experiências positivas do ponto de vista técnico, como esta que é usado na República da Namíbia».

Ainda de acordo com o nosso interlocutor, a agenda da delegação esteve muito preenchida, incluindo-se entre as actividades visitas a várias cidades com modelos urbanísticos «impressionantes e possíveis de implementar em Angola. A urbanização é feita. Em função das tipologias de moradias destinadas para a área de intervenção, logo permite ao Estado colocar sistemas de abastecimento de energia eléctrica, água e saneamento básico num quadro bastante estruturado, em que todos os sectores do país intervêm no sentido de evitar lacunas.

Para ele, os membros que compõem a Associação já possuem uma longa experiência no que toca ao seu objecto social, pelo que, recusa categoricamente um possível fracasso devido ao sistema burocrático existente no país.

Adiantou que o Estado verá reduzido drasticamente os custos, com essa actividade que, podendo tê-lo a custo zero. «A Associação optará por um trabalho de urbanização e loteamento em projectos auto sustentados, devendo o estado investir em infra-estruturas básicas. Por outro lado, essas infra-estruturas poderão ser construídas com recursos que o Estado pode arrecadar com

a legalização dos referidos espaços. Logo, o Estado só tem a ganhar com esta Associação e não vemos como as autoridades se possam recusar a cooperar connosco», adiantou.

Questionado sobre a capacidade da ANAPULA de preparar espaços para a construção de edifícios de grande e médio porte, António Domingos de Sousa disse que a Associação está preparada, uma vez que os seus associados são basicamente técnicos ligados às áreas de topografia, geologia, arquitectura, direito e a vários outros ramos do saber, o que permite, na sua óptica, «uma capacidade de execução de trabalhos urbanísticos de perfeita qualidade».

Ainda na Namíbia, os dirigentes associativos irão beneficiar de uma formação técnica, a ser ministrada por renomados técnicos sul-africanos, que se baseará em temas como requalificação de zonas degradadas, métodos de criação de infra-estruturas básicas em zonas habitadas, urbanização de espaços livres e espaços complexos. Após a formação, que durará dois dias, a delegação irá visitar as cidades de Rehoboth e Windhoek.

Criada no ano passado, a ANAPULA será proclamada em Março próximo, em Luanda, em acto solene que, segundo soubemos, está a ser pormenorizada mente preparado, sendo a resposta dos patrocinadores nota de realce nestes primeiros meses de actividade. O porta-voz declarou que a Associação encontra-se aberta a novos associados que queiram, com o seu saber, contribuir para o melhoramento da estrutura urbanística do país.

5.4 Governo atira imobiliários para o “fogo habitacional”

Angolense
De 22 a 29 de Janeiro

Quando tiver de prestar contas ao povo sobre o seu desempenho ao longo do quadriénio 2008/12, seguramente dentro de um ano e alguns meses, já diante de movimentações à volta das terceiras eleições legislativas, o Governo do MPLA dirá, tudo indica, que prometeu criar condições para 1 milhão de casas, não construídas na totalidade, contrariando, além dos discursos proferidos por dirigentes seus espalhados pelo país, o «Manifesto Eleitoral» que utilizou na caça ao voto de há três anos. Já se sabia, mesmo que nunca objectivamente assumido, que esta cifra foi esquecida no tempo, mas o encontro de concertação entre o Governo de Benguela e promotores imobiliários, há uma semana, não podia ter sido mais contundente.

Impõe-se, hoje mais do que nunca, uma retrospectiva dos tempos em que vários especialistas, apoiados na “falta de empresas com arcabouço e de materiais de construção», diziam que tudo não passava de uma conversa

eleitoralista. Perante empresários que apresentavam dúvidas ligadas ao acesso a áreas que beneficiarão de infra-estruturas técnicas o director provincial ao Urbanismo e Habitação, o arquitecto Zacarias Kamwenho, começou por reiterar a construção de 135 mil fogos habitacionais (casas sociais) em toda a extensão da província. Ao Estado, informou. Caberá erguer um total de 12 mil fogos, ficando a maior parte por conta dos promotores imobiliários e da população, que é chamada, como se sabe, a dar corpo ao programa de autoconstrução dirigida. Aqui chegado, Zacarias Kamwenho afirmou, categórico, que «o Estado tem o compromisso com as condições para a construção de um milhão de casas».

Tratou-se, verdade seja dita, de uma declaração contrária à estratégia apresentada ao eleitorado na altura em que, se calhar, ninguém estava à espera do agora muito apregoado programa de autoconstrução dirigida, ao abrigo do qual o Governo promete colocar infra-estruturas (arruamentos, água, energia e redes técnicas) nas reservas fundiárias. Ora, é precisamente o acesso a áreas infra-estruturadas que inquieta promotores imobiliários, tal como fez saber Jaime Madaleno, membro da Associação dos Profissionais do ramo, recentemente criada em nome de uma parceria que se quer sólida. E uma de várias dúvidas que traduzem o atraso que caracteriza o programa habitacional, até ao momento sem um balanço que apresente o número de casas sociais construídas, tanto pelo Estado como pelo sector privado, quando estamos a pouco mais de um ano para o final do mandato do executivo saído das legislativas de 2008. «Há muita indefinição, pretendemos mais explicações», resumiu o empresário. Se ainda existirem dúvidas quanto à estagnação, o que parece improvável, basta dizer que Jaime Madaleno afirmou que os promotores imobiliários não vêem o prometido «empurrão» do Estado em direcção à banca, a fonte de financiamento para a sua empreitada. «Registamos indefinições no que toca a motivações financeiras, uma vez que não temos o apoio junto dos bancos», sintetizou.

Outra vez no uso da palavra, a equipa do Governo de Benguela, também integrada pelo arquitecto Lobão, esclareceu que a aquisição de terrenos deve ser feita por via do administrador municipal, do governador e do Ministro do Urbanismo e da Construção variando conforme a dimensão da parcela. «O importante, até pelo que está definido á três anos, é que seja nas áreas onde têm sido elaborados planos. Fora disso, o negócio é nulo, deve ser denunciado pelos cidadãos.

5.5 ATÉ AO PRÓXIMO ANO Mais de um milhão de cidadãos recebem habitações condignas

Jornal de Angola

22 de Janeiro de 2011.

Até ao próximo ano, mais de um milhão de angolanos vão passar a ter habitação, de acordo com o programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

O facto foi avançado, na quarta-feira, em Luanda, pelo secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre António, durante o Fórum Nacional para a Implementação dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza. Acrescentou que as casas serão construídas em diversas províncias do território nacional.

“O Executivo está a mobilizar instituições públicas e agentes privados afins, assim como a sociedade em geral, no sentido de participarem de forma activa e sustentada na concretização das políticas e estratégias públicas nos domínios do Urbanismo e Habitação para o horizonte de 2009-2012”, disse Joaquim Silvestre.

O Programa Nacional de Habitação Social e o Desenvolvimento de Aldeamentos Rurais pretende reduzir, gradualmente, o défice habitacional no país. Em face disso, acrescentou, o Executivo pretende vencer desafios de monta, como a regulação do fenómeno migratório e do desenvolvimento do sistema urbano nacional, melhorar as condições de habitação nos bairros e dinamizar a participação concorrencial da estrutura empresarial nos sectores de produção de materiais de construção civil.

Incentivar o sector bancário e instituições financeiras a promoverem o sector habitacional e social, além de medidas de política públicas complementares, como fundiárias, crédito habitacional, aduaneiras, ambiental e dos preços de construção civil, são também desafios que constam da agenda do Executivo.

Ainda em relação ao Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre lembrou que o mesmo foi reajustado em Agosto do ano passado, tendo sido reorientado para a habitação social, destacando-se a integração da em presa SONIP, para acompanhar as intervenções de construção de 70 mil fogos em 13 províncias. Neste processo, conta-se também com a integração da empresa LR Group, responsável pela elaboração de projectos para a construção de 40 mil fogos em seis províncias. Foram elaborados critérios e parâmetros urbanos para as novas urbanizações, estabelecendo indicadores gerais para 150 habitações, com destaque para a habitação social a ser implementada pelo sector público.

Para a concretização dos aldeamentos rurais, foi realizada uma visita à Cabinda, com o objectivo de identificar e seleccionar três aldeias auto-susten-

táveis, onde vão I ser executados projectos-piloto de r desenvolvimento económico e social, para que venham a garantir a JI auto-suficiência das famílias do d meio rural. As aldeias de Loango Pequeno, os municípios de Cacongo, de Chimbeta (Bucu Zau), e de c Caio Gumbo (Belize), são as regiões onde vão decorrer, brevemente os projectos-piloto.

5.6 HABITAÇÃO SOCIAL Milhares de casas este ano Sumbe

Jornal de Angola
23 de Janeiro de 2011

Mais de cinco mil casas sociais vão ser construí das, este ano, em quatro municípios do Kwanza-Sul, por iniciativa do governo local, disse, na quinta-feira, à Angop, a directora provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.

Madalena Bernardo afirmou que as casas, na maioria T3, com quintal, vão ser construídas nos municípios do Sumbe, Amboim, Cela e Porto Amboim.

As casas, referiu, podem ser compradas ou arrendados em moldes a serem definidos em colaboração com as administrações municipais.

A Gasa modelo está a ser construída na reserva fundiária do ex-Carvalho, no município do Sumbe.

5.7 Província do Bengo Casas sociais para os jovens são entregues em Fevereiro

Jornal de Angola
28 de Janeiro de 2011

O governo Provincial do Bengo recomendou, na segunda-feira, na sua primeira reunião ordinária, que as casas do bairro social da juventude do Caxito sejam entregues durante a semana de comemorações do 4 de Fevereiro, Dia do Início da Luta de Libertação Nacional.

De acordo com o director provincial da Juventude e Desportos do Bengo, António Augusto João “Manga”, a entrega oficial das Habitações será feita pelo ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, no dia 3 de Fevereiro.

O responsável lamentou o facto de existir pouca adesão por parte dos jovens do Caxito ao processo de candidaturas para as casas sociais, tendo salientado que a prioridade é para os residentes no município do Dande.

Um total de 90 residências do tipo T3· fazem parte do programa “Angola Jovem”, afecto ao Ministério da Juventude e Desportos, que prevê a edificação de mais

de duas mil residências sociais para a juventude em todo o país.

As casas custam o equivalente em kwanzas a 45 mil dólares, devendo os seleccionados no sorteio, a ser realizado hoje, pagar uma renda de 25 mil kwanzas por mês. Os seleccionados já não serão obrigados a pagar um valor como entrada, factor apontado anteriormente por muitos candidatos como um impedimento para a adesão ao projecto.

Entre os requisitos para os candidatos, constam uma declaração de e salários, atestado de residência, n carta dirigida ao director da Juventude e Desportos, possuir conta no e Banco de Poupança e Crédito e cópia do Bilhete de Identidade.

Durante a primeira reunião ordinária, os membros do executivo local aprovaram o programa de trabalho para 2011 as actividades comemorativas do Dia do Início da Luta a Armada, tendo sido também informados sobre o Fórum Nacional de Combate à Fome e à Pobreza. Para efectivação deste evento, o governo orientou a realização de um seminário, entre os dias 31 de Janeiro e 4 de Fevereiro, no qual devem participar os directores provinciais, administradores municipais e seus adjuntos, entre outros.

Os participantes tomaram ainda conhecimento do percurso da meia maratona denominada “Fuga para a resistência”, que visa recordar os antigos combatentes da primeira região político-militar.

5.8 O assunto está a ser estudado”

Novo Jornal
28 de Janeiro de 2011

Contactada a administração comunal, o administrador Esteves Machado confirmou a informação dos moradores, mas disse que o assunto está a ser estudado “porque a situação já transcende o domínio da administração comunal e municipal. sendo da competência do Governo da Província de Luanda - GPL”.

“São as casas de famílias que fizeram puxadas e construíram dentro dos quintais que pretendemos demolir e o governo tem a responsabilidade de arranjar residências para acomodar esta população”, informou o administrador, admitindo que as habitações serão mesmo deitadas abaixo para dar lugar à construção da estrada. Esteves Machado, que disse não haver ainda um horizonte temporal para o início das demolições, garantiu, por outro lado, que o processo será realizado de forma transparente, tão logo haja um pronunciamento das instâncias superiores, no caso o Governo da Província de Luanda. “Nós apenas temos orientado os serviços de fiscalização a proceder ao levantamento das residências que se encontram na linha traçada.

Ainda não se tomou nenhuma decisão. Pretendemos regressar ao contacto com a população para informar sobre o procedimento a ser dado às pessoas que construíram os anexos dentro das puxadas do quintal”, esclareceu o interlocutor, negando ‘categoricamente as acusações dos moradores.

“Não é verdade que eles não foram informados. Eu, na qualidade de administrador, na companhia dos membros da fiscalização e do empreiteiro chinês, já me desloquei lá várias vezes. É normal que a população se sinta apreensiva em situações do género, mas devo assegurar que só iniciaremos as obras tão logo haja condições para o desalojamento e alojamento da população”, asseverou.

O administrador, que não precisou com exactidão o número de residências a demolir, admitiu serem mais de 20 casas.

O interlocutor apelou à calma aos moradores e reafirmou ser missão do governo proteger os seus governados. “O governo não faria isto sem informar as populações e sem criar as condições para desalojar e alojar com comodidade”, sentenciou. Quanto à pretensão dos moradores da rua do 8ucuzau, em ver a reposição da estada obedecendo ao figurino anterior, aquele governante respondeu que “os quintais da parte exterior foram feitos por meio de puxadas”. O governante lembrou aos residentes que o governo “é soberano e se entender fazer um bem público, poderá fazê-lo sem problemas nenhuns”. E garantiu ter havido cadastramento das residências abrangidas”. Facto desmentido pela população.

A administração pretende com esta empreitada alargar a sete metros a rua do 8uco-Zau, para permitir a passagem da estrada que vai ligar à avenida da Macambira, junto à cidadela desportiva.

6 TERRA

6.1 Ocupação das reservas fundiárias exige actuação dos órgãos policiais

Jornal de Angola
2 de Janeiro de 2011

A invasão e ocupação das reservas fundiárias, que tem vindo a acontecer no município do Cacuaco, em Luanda, deve ser combatida pelos órgãos de polícia, defesa e serviços de segurança, para serem proteger os interesses supremos do Estado, afirmou o governador provincial de Luanda.

O governador José Maria dos Santos, que falava durante uma visita ao município, lembrou que a terra é propriedade originária do Estado e é importante proteger todas as áreas delimitadas como reservas fundiárias.

“A política de protecção das reservas fundiárias preocupa-nos e é fundamental que no Cacuaco sejam tomadas medidas”, afirmou o governador de Luanda, que está preocupado com a questão do saneamento básico e a prestação das empresas contratadas para a recolha do lixo, que, de forma geral, não tem sido deficiente. Em Luanda, disse, os valores gastos com as operadoras de recolha de lixo estão próximos dos 20 milhões de dólares por mês. A falta de cultura ambiental e o não cumprimento do horário de deposição de lixo por parte dos moradores nos locais indicados fazem parte das dificuldades que foram apontadas.

“Temos de ter alguma atenção com os recursos do Estado e verificar se a intervenção dos parceiros privados corresponde também ao desempenho das empresas a favor da população”, disse José Maria dos Santos, que prometeu agir para que haja maior integração das estruturas administrativas na fase final da aprovação dos contratos com as empresas privadas de recolha do lixo.

Insuficiências na recolha

O administrador municipal do Cacuaco, Carlos Cavuquilha, explicou que as duas empresas que operam no município do Cacuaco são insuficientes diante da vasta extensão territorial e que a qualidade de trabalho é deficiente. Carlos Cavuquilha disse que os constrangimentos na recolha do lixo estão ligados à operacionalidade, situação que resulta em descoordenação porque as administrações municipais não intervêm no processo de contratação. Cavuquilha admitiu que já não existem montanhas de lixo, mas que se observam casos de permanência de lixo durante vários dias por insuficiência de meios para a recolha. “É necessário que daqui para o futuro, sempre que houver contratação, as administrações sejam chamadas para dar sugestões”, disse.

No Cacuaco, o governador José Maria dos Santos e a sua equipa percorreram as obras de construção do hospital municipal e da morgue, o projecto de abastecimento de água e a passagem hidráulica do Bairro Paraíso, Bairro dos Pescadores e a Avenida Ngola Kiluanji, no desvio da Cimangola, e as zonas de risco do bairro Balumuka e da Boa Esperança.

6.2 Fazendas á espera do divórcio com a letargia (I)

Sociedade

De 05 a 12 de Janeiro de 2011

Qualquer que seja a análise, mesmo com a velha questão ligada á falta de incentivos direccionados aos produtores ainda em voga, é incontornável o papel do estado, a entidade dinamizadora de todas as transformações. Os moribundos complexos agro-pecuários espalhados pelo interior de Benguela começam, agora mais do que nunca, a pedir as aldeias rurais, com infra-estruturas coo escolas, acessos, serviços de saúde, e, como não podia deixar de ser, meios para a produção de bens e serviços.

A estreia de um empresário estrangeiro nas picadas de acesso a gralldes fazendas agro-pecuárias, acompanhada ao pormenor pelo Angolense, produziu elementos mais do que elucidativos sobre a campanha que pretende apresentar dados concretos em relação ao número de empreendimentos para agricultura e pecuária existentes na província de Benguela.

O processo de recadastramento de fazendas confiscadas pelo Estado depois de 1975, cujos resultados deverão servir de bússola para um amanhã divorciado da sonolência, é o testemunho de que o sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural tenciona colocar as potencialidades ao serviço do combate à pobreza, da redução das importações e da segurança alimentar. Uma viagem ao complexo do “Utalala” (Cubal), longe do asfalto que esconde milhares de campos agrícolas por desbravar, acabou, dizíamos, por fornecer dados que justificam a iniciativa do MINADER. Antes da chegada ao “Utalala”, um dos poucos exemplos a ter em conta, mas nem por isso isento de deficiências, fomos divisando sobras de um passado auspicioso ao longo dos quase 150 quilómetros percorridos. Aparentemente abandonadas, várias fazendas com infra-estruturas destruídas – moradias e armazéns -, todas recheadas de vestígios da produção de sisal, algodão e outras culturas tradicionais na Benguela de ontem, deixaram boquiaberto o empresário estrangeiro.

Guiada pelo presidente da Associação dos Agricultores, Manuel Monteiro, a nossa reportagem constatou que

áreas d anteriormente utilizadas ré para a agricultura e a pecuária estão transformadas em palcos de d queimadas. O semblante do d visitante traduzia, segurada mente, o espanto de quem d se encontrava num país em relação ao qual existem, para lá do crescimento económico, referências como fome, pobreza, fraca produção e produtividade e outras não menos abonatórias.

Isto, claro, se for analisado o que observava e o conjunto de informações que recebia de quem conhece a realidade como ninguém. Basta dizer que Nelito Monteiro tem vindo a alertar as autoridades para a necessidade de um ordenamento rural que defina as áreas de actuação para as classes empresarial, e camponesa, ambas de extrema importância na luta pela segurança alimentar. Aliás, um dos motivos da nossa deslocação foi ouvir representantes de uma certa comunidade, protagonistas de um conflito de terra que os opunha a um empresário. “Situações destas ocorrem porque não existe ordenamento, a tal delimitação de espaços. Ninguém, óbvio, aceitará investir nestas condições”, resumiu a fonte, ciente de que a descapitalização do sector privado constitui outro problema. Como que na mesma linha de pensamento, alguns camponeses disseram que se encontravam na área da discórdia” há vários anos, mas não souberam indicar o ponto que separa o espaço de cada um. Este semanário pôde observar a prática de agricultura familiar a um palmo de dezenas de cabeças de gado bovino, pertencentes ao empresário em causa, que terão devorado bens agrícolas produzidos por camponeses.

Diante deste quadro, Manuel Monteiro, uma vez mais confrontado pelo jornal Angolense, voltou a bater na mesma tecla: “tal como venho defendendo, é necessário que chegue o ordenamento rural, tarefa para a qual o Estado é chamado a intervir. Certamente a pensar neste projecto, o sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural quer saber o número de fazendas existentes e o ponto de situação das mesmas, segundo informou o seu titular, o Engenheiro Abrantes Carlos. O responsável adiantou que as estimativas apontam para mais de duas mil, sendo que a maior parte está em situação d e subaproveitamento. “Apenas vinte fazendas ou pouco mais estarão a funcionar, mas com muitas dificuldades, por isso é que vamos retirar aos menos capazes e conceder o direito de exploração a agricultores que se mostrem aptos, com vontade de trabalhar em prol das comunidades”, ressaltou.

6.3 Governo de Luanda anuncia intervenção contra as construções anárquicas na Ilha

Jornal de Angola

10 de Janeiro de 2011

O vice-governador de Luanda para área de Organização Administrativa anunciou, no sábado, que o governo provincial vai actuar contra as construções anárquicas em alguns pontos na comuna da Ilha do Cabo.

Graciano Domingos, que fazia o balanço da visita de uma delegação do governo provincial chefiada pelo governador, ao município da Ingombota, lembrou que há um número elevado de construções anárquicas, especialmente na Chicala- II.

“Na Chicala-II há uma progressão de ocupações anárquicas, que é necessário conter e restabelecer a autoridade administrativa, quer fazendo cessar as ocupações, quer elaborando programas de realojamento das populações”, disse.

O vice-governador referiu-se também à situação de cerca de 50 famílias que vivem, na floresta da Ilha do Cabo, em casebres feitos de papelão, carcaças de barcos e de chapas de zinco.

As medidas, anunciou, incluem realojamento de pessoas que vivem em zonas de risco, como a encosta da Boavista, na comuna do Patrício Lumumba, junto ao centro de reserva de gás da Sonangol.

Na zona dos bairros da Coreia e da Praia do Bispo, na comuna da Kinanga, disse, foram identificados graves problemas de saneamento básico, verificando-se a necessidade de requalificação urbana.

O vice-governador referiu ser necessária uma intervenção integrada e planeada, pois, frisou, não é possível cada município solucionar os seus problemas sem uma visão ampla, definindo níveis de intervenção do Executivo, do governo provincial e das administrações municipais e comunais.

Requalificação urbana

A administradora municipal da Ingombota defendeu a requalificação urbana dos bairros da Boavista, Chicala e Quilombo, nas

comunas de Patrice Lumumba e da Ilha do Cabo.

Susana de Meio, que falava no final da mesma visita da delegação do governo provincial ao município da Ingombota, garantiu que aquelas zonas são críticas de ponto de vista habitacional. Na Boavista, afirmou, cerca de cem famílias vivem em zonas consideradas perigosas, com a iminência de desabamento quando chove, por as casas, onde vivem, estarem a escassos metros dos reservatórios de gás da Sonangol.

Quanto à Chicala II mencionou as calemas como o maior perigo e a falta de saneamento básico. O município da Ingombota, que ocupa mais de 50 por cento da zona urbana da cidade de Luanda, tem cerca de 600 mil habitantes.

6.4 Autoridades averiguam cedência de alguns terrenos da Ilha do Cabo

Jornal de Angola

12 de Janeiro de 2011

As autoridades administrativas -da Ingombota, em Luanda, vão realizar, nos próximos dias, um trabalho de averiguação da legalidade da cedência de terrenos e de licenças de construção civil na comuna da Ilha do Cabo, com realce para a área da Chicala-I.

A administradora municipal, Suzana de Melo, disse ontem à Angop que a competência dada à administração não permite a autorização de obras de construção na Ilha do Cabo.

“Por esse facto, vamos fazer um trabalho intenso para saber, junto dos proprietários das obras, quem de facto cedeu os terrenos, mas pelo nosso lado não fizemos qualquer cedência, até porque a nossa competência não o permite”, sublinhou.

O vice-governador de Luanda para a área da Organização Administrativa, Graciano Domingos, prometeu uma intervenção do governo provincial contra as construções anárquicas em alguns pontos na comuna da Ilha do Cabo, município da Ingombota.

O responsável, que fazia no sábado o balanço da visita de campo de uma delegação multi-sectorial do Governo Provincial de Luanda (GPL), chefiada pelo governador, José Maria Ferraz dos Santos, ao município da Ingombota, disse existir um grau acentuado de construções anárquicas, com realce para o bairro da Chicala-I. Durante a visita, foi verificada a execução de obras diversas de particulares, incluindo edifícios de até três andares junto à orla marítima, numa zona entulhada para o efeito.

A Ilha do Cabo, ou Ilha de Luanda, é uma estreita língua de terra com sete quilómetros de comprimento que, separando-a do Oceano Atlântico, cria a Baía de Luanda, em Angola.

A Ilha, como a chamam os habitantes de Luanda, é uma península ligada à cidade por um pequeno rompimento no sopé da ex-Fortaleza de São Miguel. É o local de divertimento e lazer por excelência dos luandenses, podendo aqui encontrar-se uma grande variedade de equipamentos turísticos, dos bares aos restaurantes junto ao mar e das discotecas aos hotéis, sem esquecer os mercados de rua e as inevitáveis praias.

6.5 Distribuição de Terrenos começa este mês

Jornal de Angola
12 de Janeiro de 2011

O ordenamento dos terrenos para o projecto de auto construção dirigida no Zaire começa este mês, afirmou, na sexta-feira, ao Jornal de Angola, governador provincial.

Pedro Sebastião disse que a preparação dos lotes está em fase de conclusão, que a distribuição à população é para breve e que foi aprovado o plano de ordenamento da reserva fundiária do projecto Soyo II, estando em preparação os concursos para os restantes municípios.

O governo provincial, referiu, dedicou, no ano passado, especial atenção à construção e reabilitação de infra-estruturas para o desenvolvimento da região.

O governador falou da construção e reabilitação de 497 quilómetros do troço entre Mbanza Congo e o município do Nzeto, que facilita a circulação de pessoas e bens entre a capital da província e Luanda.

“Continuamos a procurar soluções técnicas e financeiras para a reabilitação ou construção de outros troços e pontes que compõem a rede rodoviária da província”, garantiu. O governador afirmou que a província continua a registar “avanços assinaláveis” nas áreas de energia e água, com a expansão da rede eléctrica em alguns municípios, comunas e aldeias.

Outros projectos, lembrou, estão enquadrados no programa “Água para Todos”. Para este ano, prometeu a continuação dos projectos para minimizar as dificuldades na aquisição de bens essenciais básicos.

Ainda em relação a 2010, recordou a conclusão das obras desportivas e as circunstâncias difíceis em que foram acolhidos os compatriotas expulsos da República Democrática do Congo.

“Foi necessário um grande esforço para receber de forma condigna os nossos concidadãos e empenhá-los no processo de integração”, disse.

Para facilitar a inserção social dos regressados, o governo promoveu acções de formação de língua portuguesa, o que proporcionou o enquadramento profissional de todos os quadros qualificados nos ramos da educação e saúde.

Além disso, referiu, distribuiu lotes de terrenos às famílias.

Mais trabalho

Pedro Sebastião pediu mais trabalho aos elementos do governo provincial, tendo em conta as eleições previstas para 2011.

“Este vai ser um ano que requer maior responsabilidade, determinação, visão de futuro e espírito de missão porque temos de estar preparados para as eleições que se avizinham”, alertou.

O ano passado, sublinhou, foi difícil devido às consequências da crise financeira internacional, cujo impacto em Angola se verificou na redução das receitas provenientes do petróleo. Em função da crise, disse, o Executivo foi obrigado a reajustar, em baixa o Orçamento Geral do Estado, o que acabou por alterar alguns programas. “Tivemos de privilegiar os investimentos indispensáveis, aqueles que do ponto de vista do governo local são inadiáveis para prevenir o descalabro social na região”, esclareceu.

Ganhos para as províncias

Um dos maiores ganhos para a província deuses no ensino superior, com a entrada em funcionamento da escola a superior politécnica de Mbanza Congo. Em construção está outra escola superior no município do Soyo.

O sector da saúde também registou progressos, com a construção de centros e postos de saúde, o que contribuiu para a melhoria da assistência médica e medicamentosa.

Além disso, congratulou-se, foi reforçado o número de especialistas com a contratação de médicos angolanos e estrangeiros. Pedro Sebastião referiu, igualmente, a construção de um centro de acolhimento para crianças vulneráveis, no quadro dos compromissos assumido pelo Executivo, de melhoria das condições da criança.

6.6 Administração demole casas dos transferidos para o zango

Jornal de Angola
13 De Janeiro de 2011

A administração municipal do Cazenga, em Luanda, vai, nos próximos dias, demolir as casas das famílias transferidas para o Zango, em Viana, para ninguém as ocupar, noticiou, ontem, a Angop.

Na área onde se encontra as casas vão ser plantadas árvores, como eucaliptos, e bambus.

Numa primeira fase, 50 famílias vão ser transferidas para zonas com maior segurança, para a administração poder retirar o lixo e escoar as águas do local onde vão

plantadas árvores e melhorar o controlo policial. No município do Cazenga, lembra o despacho da Angop, publicado ontem, há um bairro construído sobre uma cacimba.

A administração local não tem, actualmente, capacidade para retirar todas as famílias, situação que vai ser resolvida nos próximos tempos.

6.7 Demolições minimizaram estragos da chuva

Novo jornal

14 De Janeiro de 2011

O serviço de protecção civil e Bombeiros da Huíla admitiu que as demolições de residências ocorridas em 2010 ao longo do rio Mukufi, que rasga parte da cidade do Lubango, estão a contribuir para o quase nulo registo de desabamentos de casas como consequência das fortes chuvas que têm caído sobre a província nos últimos dias.

Segundo o porta-voz daquele organismo na região, João Saldanha, apesar da intensidade das chuvas nenhuma situação grave que obrigasse à intervenção do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros ocorreu até ao momento, facto que, afirmou, não põe relaxada a corporação, porque o risco “é sempre iminente”.

Como consequência das chuvas há a registar o desabamento da ponte sobre o rio Banjo, no troço que liga os municípios de Cabinda e Caduquem, no norte da Huíla, que neste momento está a merecer a intervenção do Instituto de Estradas de Angola, INEA. A solução deverá passar pela colocação de uma ponte metálica para facilitar a comunicação entre as duas localidades e, por esta via, entre as províncias da Quilha e Huambo.

João Saldanha anunciou, na ocasião, o início de um levantamento sobre as zonas consideradas de risco em toda extensão da província. Processo que, de acordo com as suas palavras, poderá ficar concluído durante o primeiro trimestre de 2011. O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros conta neste processo de levantamento das zonas de risco como apoio das administrações municipais que, para o efeito, já foram notificadas a prestar toda a informação indispensável sobre o assunto. João Saldanha anunciou também a previsão de abertura em 2011 dos novos núcleos dos serviços de protecção civil e bombeiros nos demais municípios. Até aqui os bombeiros estão apenas em três dos 14 municípios que compõem a província, nomeadamente, na cidade capital, Lubango, Mata-la e Jamba.

A densidade populacional e o nível de desenvolvimento das localidades irão determinar a prioridade de instalação dos núcleos, esclareceu o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros da Huíla, João Saldanha.

6.8 O Luanda com nova fiscalização

Novo jornal

14 De Janeiro de 2011

O governador de Luanda, José Maria dos Santos, investiu na última quarta-feira, no Palácio Nobre do Governo Provincial de Luanda, Victor Manuel Mascarenhas, no cargo de director provincial dos Serviços de Fiscalização de Luanda.

Na cerimónia, José Maria disse que o desempenho dos serviços de fiscalização é aquele que se vê a olho nu. As palavras do governador de Luanda demonstravam, com ironia, que o sector pouco tem trabalhado para acabar com a anarquia que se regista na fiscalização das obras, e não só, em Luanda.

“Gostaria que a nomeação e tomada de posse do novo director pudesse inaugurar uma nova era na relação entre os Serviços de Fiscalização e os cidadãos. Queremos que trabalhem na identificação de posturas que possam incorporar a reformulação que está imposta, no regulamento dos serviços de fiscalização.” Frisou o governador.

Maria dos Santos, considerou, por outro lado, a dispersão dos serviços de fiscalização, tem servido como factor de estrangulamento de algumas instituições.

Por seu turno Victor Mascarenhas, admitiu não conhecer a casa mas, alertou que a exigência vai ser a arma principal nesta batalha.

O novo director dos Serviços de Fiscalização de Luanda como necessária realização de um estudo, que vai fazer com que os trabalhos sejam feitos, no sentido de defender a imagem, não só de Luanda, mas do próprio país.

“Acho que tem de haver uma comunhão entre este órgão e a população, isto no sentido do respeito. Assim teremos êxito. Fora disso vou demonstrar a estrangulação aquilo que pretendem levar a cabo. A exigência vai ser o ponto principal desta reacção”, garantiu o empossado Victor Mascarenhas deixou claro que aqueles que não cumprirem com os regulamentos de inspecção serão punidos.

O actual director dos Serviços de Fiscalização de Luanda trabalha durante muito tempo no Comarca da Polícia de Luanda.

Na cerimónia de posse, foram vestidos David Puto no cargo de ministro do Centro 4 de Fevereiro, no Cazenga; Joseth Rita Conceição, como directora do Centro de Saúde 4 de Fevereiro, e Paula Almeida Ribeiro como superintendente do referido centro.

6.9 Ocupações ilegais em Luanda sul prejudicam urbanização prevista

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2011

O governador provincial de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, visitou ontem as instalações da Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDURB) para constatar (j funcionamento e as dificuldades que enfrenta.

José Maria recebeu explicações de como foi concebida urbanização de Luanda Sul e visitou a subestação da EPAL do Benfica e áreas urbanizadas que foram invadidas na zona de Talatona.

A vice-governadora de Luanda para a Área Técnica, Carla Leitão, em nome do Governo Provincial de Luanda, disse que a visita serviu para verificar o andamento do projecto de Luanda Sul, particularmente no que diz respeito à fiscalização e às perspectivas de desenvolvimento futuro.

Carla Leitão disse que o Governo Provincial de Luanda vai retomar o processo, perspectivar novas áreas de desenvolvimento e revitalizar o órgão criado para a gestão das reservas e dos projectos imobiliários.

Carla Leitão disse que Governo da Província de Luanda vai levar a Tribunal todos os que participaram na invasão dos terrenos da Empresa de Desenvolvimento Urbano. Admitiu também a abertura de negociações para o seu realojamento.

Paulo Nogueira, director-geral da Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDURB), disse que o Programa Luanda Sul vive o momento mais crítico da sua existência devido às invasões das áreas de desenvolvimento por parte dos população, o que tem inviabilizado a sua missão de promover o desenvolvimento urbano.

Paulo Nogueira disse que na área de Talatona as ocupações ilegais provocam o caos e impossibilitam a construção de infra-estruturas. “Sem área de expansão para o desenvolvimento, não é possível realizar infra-estruturas”, disse.

Visitas de surpresa

O governador de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, realizou quinta-feira visitas de surpresa à Maternidade Augusto Ngangula, aos Hospitais dos Cajueiros e do Kilamba Kiaxi e ao Centro de Saúde da Terra Nova.

Na Maternidade Augusto Ngangula, no município da Ingombota, o governador percorreu as salas de internamento da pediatria, enfermarias, bloco operatório, a morgue, refeitório e outras áreas da instituição. No Hospital dos Cajueiros, no município do Cazenga, o governador visitou a maternidade, o banco de urgência, a pediatria, a sala de reanimação e constatou que “a assistência é péssima porque os pacientes esperam mais de três horas para serem atendidos por um enfermeiro”. Quanto ao centro de saúde de Terra Nova, o quadro é idêntico ao do Cazenga. Depois de visitar o banco de urgência e as áreas de medicina e pediatria, o governador foi informado das dificuldades existentes.

No hospital especializado do Kilamba Kiaxi, além da falta de médicos, a instituição não tem água nem energia eléctrica.

6.10 Moradores encontraram um lar no zango

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2011

Pedro Morais, de 63 anos, era um dos moradores do prédio da lagoa do Kinaxi, cuja construção, iniciada na década de 70, nunca foi concluída. Estava a preparar a viagem para o Zango, onde, desde ontem, vivem 122 famílias que saíram do edifício. Foram todos alojados em moradias com condições de habitabilidade e segurança.

Pedro Morais ficou surpreendido com a mudança porque os moradores não foram avisados de que a desocupação do imóvel, de 17 andares, tinha de ser feita ontem.

O prédio ainda em “esqueleto” foi ocupado em 1993 e entre os moradores estavam famílias que fugiram da guerra e não encontraram habitação na capital do país.

Um dos primeiros ocupantes do edifício, em 1993, depois de ter saído de Malange, Pedro Morais disse á nossa reportagem. Que ficou surpreendido quando “às cinco da manhã me apercebi do aparato policial em baixo do prédio. Uma hora depois fomos confrontados com equipas do Governo Provincial de Luanda e da Protecção Civil e Bombeiros, que nos informaram de que íamos ser transferidos para o Zango”.

Um elemento dos bombeiros informou que a chegada das autoridades às cinco da manhã serviu para impedir que pessoas estranhas, que nunca habitaram o imóvel, pudessem infiltrar-se entre as 122 famílias registadas para o realojamento.

A desocupação dos moradores do prédio começou por volta das sete horas sem qualquer problema, embora não tivessem sido avisados do dia nem da hora, como nos confirmou o coordenador da Comissão de Moradores, Eliseu Laurindo.

“Estamos a abandonar o edifício com muita calma e tranquilidade, até porque vamos ser realojados em locais com melhores condições de habitabilidade”, sublinhou a moradora Luzia Manuel, uma septuagenária que vivia um misto de satisfação e tristeza, por se deslocar para uma área segura e por abandonar o casco urbano de Luanda onde viveu nos últimos anos.

Sentada debaixo do prédio, junto dos seus bens, aguardando os filhos que subiam e desciam incansavelmente, para transportarem mais haveres, Luzia Manuel estava inquieta por não saber onde iam ser realojados.

Viver com o perigo

“São 11 horas, mas ainda não sabemos para onde vamos. Não sabemos de nada. Devíamos ser alertados sobre a data e hora do despejo e o local em que vamos viver. Agora é só esperar pela boa fé de Deus e das autoridades para que possamos estar bem alojados”, disse Luzia Manuel, que reconheceu que “vivíamos em condições precárias e onde o perigo estava sempre à espreita”. Recordou as mortes por queda de pessoas, sobretudo crianças, ao longo dos anos que o prédio foi habitado.

Uma vizinha que acompanhava a conversa entre o repórter e a anciã interveio para dizer que a grande preocupação dos moradores é a vida académica das crianças e a distância entre o novo bairro e o centro urbano de Luanda.

Desocupação sem percalços

“A distância vai complicar a vida de muitos moradores. Ainda estou a tentar acordar porque os primeiros meses vão ser de muita luta, já que não tenho uma viatura própria”, disse a estudante Aida de Almeida, que espera superar o problema com o recurso aos meios de transportes públicos.

O coordenador do prédio, Eliseu Laurindo, afirmou que a falta de aviso prévio não criou dificuldades ao processo de desalojamento das 122 famílias.

As pessoas, disse, sempre tiveram conhecimento de que um dia iam abandonar o local, porque os técnicos do governo provincial de Luanda actualizavam o registo, manualmente.

«A lista de moradores, elaborada em 2006, foi actualizada pela última vez em Dezembro passado e não há margem para erros e muito menos a possibilidade de aparecerem moradores fantasmas», garantiu Eliseu Laurindo.

Embora a transferência para o bairro zango tivesse sido feita sem aviso prévio o ambiente vivido ontem no interior e exterior do prédio foi tranquilo, muito por conta das forças policiais e dos serviços de protecção civil e bombeiros que bloquearam a rua de acesso ao prédio, para permitir que o processo de realojamento se realizasse sem incómodos nem infiltrações de oportunistas.

Surgimento do prédio

O prédio foi construído no início da década de 70 numa área em que havia uma lagoa, aterrada para dar lugar ao edifício. Havia muitos acidentes de trabalho, razão pela qual a obra era constantemente embargada. Relatos da época dizem que a lagoa voltou a aparecer, o que comprometeu o avanço das obras.

Há já alguns anos que as autoridades diziam que o edifício ia ser demolido por razões de segurança, pelo facto das suas estruturas estarem comprometidas por terem sido erguidas em cima de uma lagoa e não tiveram o tratamento de engenharia adequado, além de que a água se infiltrou nas fundações e havia o risco de uma tragédia.

6.11 Ocupação anárquica e ilegal de terrenos

Jornal de economia e finanças
18 De Janeiro de 2011

A ocupação anárquica e ilegal dos terrenos pela população, com particular incidência na província de Luanda, é um problema antigo que, na actualidade, ganha dimensões assustadoras e contornos bastante preocupantes.

A queixa que chega da Empresa de Desenvolvimento Urbano (Edurb) de que cerca de 300 hectares da sua reserva para o programa de urbanização de Luanda Sul estão comprometidos, devido à sua ocupação ilegal por parte da população, espelha bem a situação que se vive num sector de per si sensível.

Em virtude desta situação, a Edurb, segundo os seus gestores, vive o momento mais crítico da sua existência, com uma luz amarela a anunciar uma situação de quase

falência técnica, o que, diga-se, poderia ter sido evitado se os distintos actores responsáveis pela distribuição legal dos terrenos tivessem jogado preventivamente.

Se é verdade que a sede de ocupação ilegal de terrenos por parte da população caminha de mãos dadas com a ânsia de enriquecimento fácil, através de negociatas ilegais, também é verdade que a população tem agido assim, precisamente porque as entidades que deveriam velar pela ordem simplesmente não o fazem, ou, pior ainda, embarcam elas próprias em esquemas de distribuição ilegal dos terrenos.

Dir-se-á que a Edurb, criada em 1994, precisamente para tomar conta do crescimento da cidade de Luanda, através da melhoria da qualidade da vida da população, mergulhou num lamaçal de onde será difícil sair.

É que, como o provam várias ocorrências, para que a população saia desses espaços sem nenhum tipo de embaraços, será necessário que se distribuam outros terrenos.

É, de resto, um ciclo vicioso que poderia ter sido evitado, nesta e em várias outras situações, se, de facto, os fiscais do Governo Provincial de Luanda, que cuidam dos terrenos pertença da edilidade, tivessem jogado preventivamente, ou seja, que evitassem a ocupação.

6.12 Chefes de bandos de marginais detidos em Cabinda

Jornal de Angola
19 De Janeiro de 2011

A Polícia Nacional em Cabinda deteve os cidadãos Nguilema Ekombola, antigo militar do ex zaire, actual República Democrática do Congo, e Fernando Cheneca, primeiro cabo das Forças Armadas Angolanas, acusados de crimes diversos, revelou ontem o chefe do Gabinete de Informação e análise da corporação, superintendente José Mónica.

Durante a conferência de imprensa na qual foi feito o balanço da “Operação Relâmpago”, explicou que o primeiro cabo das Forças Armadas angolanas Fernando Cheneca era líder de um grupo de marginais denominado “Rotina” que se dedicava a fazer assaltos à mão armada nos bairros Cabassango, Buço-Ngoio e Simulambuco.

Nguilema Ekombola, também conhecido por F AA, é um antigo militar do regime do falecido presidente do ex-Zaire, actual República Democrática do Congo, Mobutu Sesseko, e era líder do grupo “Sambizanga”,

composto por cinco elementos considerados altamente perigosos, que se dedicava a assaltos à mão armada e furtos em residências e estabelecimentos comerciais nos bairros Amílcar Cabral, Comandante Gika, a Luta Continua e 4 de Fevereiro. O congolês disse que se encontrava a residir há quatro meses em Cabinda e a ideia de criar o grupo de bandidos surgiu entre amigos que já praticavam actos semelhantes em vários estabelecimentos comerciais.

Durante esta operação, foram também desmantelados os grupos de marginais “terror relâmpago”, “Atanásio” e “Tchizo”, que se dedicavam à prática de crimes de roubo e assaltos à mão armada na calada da noite em várias residências de particulares.

“Os cinco grupos desmantelados e cujos elementos se encontram detidos praticavam acções de assalto à mão armada, roubos em residências e estabelecimentos comerciais na calada da noite”, frisou o superintendente José Mónica. O grupo “Terror relâmpago”, composto por três elementos e liderado por Luís Bungo, assaltava residências nos bairros Luvassa Sul, 1º de Maio e Chiueca.

Composto por cinco elementos liderados por Atanásio Tembo Béua Simba, o “Atanásio” praticava roubo qualificado a cidadãos estrangeiros, maioritariamente chineses. O “Tchizo”, composto por três indivíduos e chefiado por Pambo Poba, dedicava-se a roubos em várias artérias da cidade de Cabinda. Refira-se que no âmbito da “Operação relâmpago”, a Polícia Nacional efectuou 15 buscas dirigidas e apreendeu diversos bens domésticos, entre aparelhos de som, roupa usada, calçado e géneros alimentares.

6.13 Continua o realojamento do cazenga para o zango

Jornal de Angola
19 De Janeiro de 2011

A administração municipal do Cazenga, em Luanda, continua a transferir para o Zango (Viana) famílias residentes na rua da Lama, Fortuna e Cacimbas, afectadas pela chuva, no quadro da melhoria das condições básicas da população.

De acordo com o administrador municipal, Victor Nataniel Narciso, pelo menos 50 famílias que viviam em situação crítica tinham, até ontem, sido transferidas para o Zango.

O administrador adiantou que falta apenas desalojar algumas famílias para se terminar o projecto de realo-

jamento, o que vai permitir a abertura de vias que vão possibilitar o escoamento das águas. Os moradores que ainda não foram transferidos para zonas seguras continuam a ter dificuldades, devido às águas estagnadas nas ruas.

Victor Narciso afirmou que ainda há muito por fazer, mas a intervenção que está a ser levada a cabo pela administração municipal para o escoamento das águas está a surtir efeitos.

Houve a necessidade de se fazer uma avaliação do projecto elaborado na rua da Fortuna, Lama, Cacimba e Mazambi, e na sua opinião a estratégia está a resultar. Foram montadas no terreno cinco moto-bombas para facilitar o escoamento das águas para a vala de drenagem do Cariango.

6.14 Detectadas obras ilegais

Jornal de Angola
19 De Janeiro de 2011

Mais de 40 obras de construção civil de particulares em condição ilegal foram detectadas, nos últimos dias, pela Administração Municipal da Ingombota, em Luanda, na comuna da Ilha do Cabo. As autoridades não revelaram se entre as construções ilegais se encontram os prédios de vários andares que entram em conflito com o tecido urbano da zona.

A administradora municipal, Susana Augusto de Melo disse ontem que as obras ilegais, estão na sua maioria localizadas nos bairros da Chicala-I, Salga, Lelo e em algumas zonas da orla marítima. Alguns edifícios construídos em altura estão na lista detectada pelos agentes da fiscalização e foram construídos sem licença e sem respeito pela tradição urbanística da Ilha do Cabo

Das obras constam casas, alguns edifícios com mais de três pisos e unidades hoteleiras de pequeno escalão. Nesta primeira fase os fiscais detectaram 40 construções ilegais e que põem em causa o equilíbrio urbanístico da Ilha do Cabo e a sua função de agente catalizador do turismo em Luanda.

A Administração Municipal da Ingombota, numa segunda fase, vai ao “fundo do problema” porque a sua administradora quer averiguar em que condições foram concedidas licenças de construção para alguns edifícios que chocam claramente com o tecido urbano da Ilha de Luanda.

“Em outras ocasiões vamos ver quem emitiu as licenças, se são órgãos competentes ou não, até porque a adminis-

tração Municipal, de acordo com a Lei, só pode autorizar edifícios até três pisos, fora disto não pode licenciar, com vista ao reordenamento da em curso na Ilha. Por isso, os que fizeram obras sem a devida autorização vão ser responsabilizados”, frisou Susana Augusto de Melo.

As autoridades administrativas da Ingombota iniciaram, quinta-feira, a reavaliação da documentação dos alegados proprietários de espaços públicos e de licenças de obras de construção civil, na Ilha do Cabo.

Desde a ponte até ao farol, todo o espaço tem grandes potencialidades turísticas e já foi o maior cartaz turístico de Angola. Para preservar as comunidades de pescadores e as características únicas da Ilha, as licenças de construção obedeceram a regras “apertadas” e as construções em altura eram proibidas.

No auge do mercado turístico, foram construídos “ateliers” para artesãos que além da oficina tinham um espaço para venda das suas obras. A pressão humana sobre a Ilha deitou por terra todas as “protecções” e hoje a degradação ambiental é visível.

O processo de detecção de construções ilegais está a ser feito por uma equipa da Administração municipal da Ingombota, composta por especialistas do gabinete técnico, secções do comércio, serviços comunitários e espaços verdes, turismo e fiscalização, em conjunto com a Capitania do Porto de Luanda, que tem toda a orla marítima da Ilha sob sua jurisdição e a quem cabe impedir construções no domínio público marítimo.

A administradora Susana de Melo disse que o processo de fiscalização em curso visa determinar a condição legal de cada um, uma vez que são evidentes as ocupações desordenadas e as construções anárquicas que fizeram da Ilha de Luanda um espaço poluído.

Susana augusta de Melo garantiu que após as peritagens as autoridades vão proceder ao enquadramento das construções à luz das normas, regulamentos e das leis que regem a ocupação de espaços públicos ou com capacidade construtiva.

As construções particulares e a ocupação de espaços públicos, lembrou Susana de Meio, devem obedecer às normas urbanísticas e de ordenamento que o Governo Provincial determinou.

6.15 Não fomos tidos nem achados

Novo jornal
21 de Janeiro de 2011

O coordenador da Comissão de Moradores do prédio da Lagoa, Eliseu Laurindo, disse ao Novo Jornal que a sua coordenação não foi tida nem achada no processo. O coordenador explicou que o processo decorreu sem sobressaltos até ao momento em que foi entregue a casa do último proprietário de um apartamento no prédio. “Depois, a comissão de alojamento, na pessoa do senhor Martins, decidiu também dar casas às pessoas que viviam em regime de aluguer, neste caso os inquilinos. Foi aí que tudo ficou baralhado”, explicou Eliseu.

A fonte contou que, durante a atribuição de casas aos inquilinos, a comissão de alojamento, optou por fazer listas no local, ignorando a presença da comissão de moradores.

“No sábado, o senhor Martins e o senhor Miguel, quando chegaram cá, não contactaram a comissão de moradores e fizeram a Listagem.

Foram dando casas a alguns inquilinos”, explicou o coordenador, acrescentando que no mesmo processo foram incluídas pessoas provenientes de outras áreas.

“São pessoas que vieram da Boa Vista, Rocha Pinto e Cacucaco, que também beneficiaram de casas. E assim, nem todos os inquilinos do prédio foram atendidos, o que provocou a revolta”, sentenciou o coordenador, aventando mesmo a possibilidade do prédio ter sido vendido. “O senhor Martinho disse ser o empresário que comprou as residências para o realojamento dos moradores do prédio e não o governo”.

“Então - continuou - pedi ao senhor para vir resolver a situação que ele próprio criou. Mas, este, simplesmente disse que apenas tinha as 20 casas que entregou aos inquilinos e que já não poderia fazer mais nada”, afirmou o coordenador, admitindo, mais adiante, que a sua família foi contemplada com duas residências pelo facto da sua mulher ser uma antiga residente do edifício, antes dos dois decidirem juntar os trapos. O entrevistado aproveitou para desmentir as acusações de estar envolvido na venda de casas.

“Não vendi casa nenhuma. A comissão de moradores não esteve directamente ligada a este processo. Eu recebi apenas uma casa e a minha mulher também recebeu a sua, porque ela já era moradora do prédio antes de se juntar a mim. Então, é justo que ela recebesse também a sua casa. Até porque muitas famílias receberam mais de duas residências”, finalizou Eliseu.

6.16 Proprietários dos restaurantes contra ordem de expulsão

Novo Jornal
21 de Janeiro de 2011

Os PROPRIETÁRIOS dos restaurantes no espaço que vai do Farol Velho (ex_escola de Hotelaria) ao Ponto Final, e que estão delimitados pela avenida Murtala Mohamed e a Baía de Luanda, têm de fechar os estabelecimentos até terça-feira, dia 25. O ultimato não agradou aos proprietários que exigem indemnizações por parte do Governo da Província de Luanda.

O despacho nº 001/2011 do GPL, a que o Novo Jornal teve acesso, diz que os utentes deverão retirar todos os pertences até ao dia 25 de Janeiro de 2011.

O mesmo documento diz ainda que, a partir daquela data, a área será vedada ao público e a todo tipo de utilização que não esteja integrado no plano de requalificação e revitalização da zona. Diz também que as reclamações só serão resolvidas a posteriori, a partir do dia 10 de Fevereiro de 2011. Os proprietários não acreditam na história e querem respostas já.

O coordenador da comissão da explanada do Ponto Final, Justo António Capitão, disse ao Novo Jornal que foram surpreendidos com a informação que os restaurantes também tinham de sair da Ilha de Luanda. “Não estamos a entender o que se está a passar. Primeiro recebemos um documento da administração comunal a informar que tínhamos oito dias para deixar o local, porque a zona seria requalificada. Depois de um encontro com o administrador comunal, Cyrus Cordeiro da Marta, fomos informados que o documento foi anulado por ordens superiores e que poderíamos ficar sossegados”, afirma.

Segundo a fonte, no ano passado, tiveram um encontro com a ex-governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, onde a governante garantiu que as aéreas a requalificar seriam a partir da administração até à casa dos desportistas. No Ponto Final apenas seria retirado o restaurante que está junto ao Farol. “Nós ficámos calmos. Como é que agora estão a dizer que temos de abandonar a zona. Nós temos várias pessoas que trabalham aqui, o que será destas famílias?” questionou a fonte. Segundo os proprietários, os responsáveis do GPL não dizem o que é que vão fazer no espaço, nem dizem se vão indemnizar as pessoas. “Nós queremos saber o que é que vão fazer aqui e exigimos que nos indemnizem, porque temos documentos das Finanças, que comprovam que nós pagávamos, e alguém tem de se responsabilizar por isso”, insistiu.

O Novo Jornal apurou que os restaurantes do Tamariz e Miami Beach não vão ser retirados do local.

Suzana Augusto de Melo, administradora municipal, disse à imprensa que esta decisão foi tomada no final da reunião de uma equipa multi-sectorial, liderada pelo governador provincial, José Maria Ferraz dos Santos, e a administração municipal. O objectivo é acabar com a anarquia que se verifica na Ilha do Cabo..

De acordo com a responsável, ficou igualmente decidido acabar-se com os mercados informais, incluindo as barracas de comes e bebes localizadas no ponto final na Chicala I. Referiu que esta medida visa disciplinar a construção de infra-estruturas hoteleiras, a retirada das cabanas de pescadores, de espaços vedados, das rouletes, das carcaças de viaturas e de barcos, ao longo da orla marítima da Ilha de Luanda.

“As praias são espaços de lazer para o público e não podem ser vedados de forma deliberada”, sublinhou.

A Ilha do Cabo ou Ilha de Luanda é uma estreita língua de terra com sete quilómetros de comprimento que, separando-a do Oceano Atlântico, cria a Baía de Luanda. É um local de divertimento e de prazer para os habitantes da cidade, no qual se encontram bares, restaurantes, discotecas, hotéis, mercados de rua e praias.

6.17 Morar na lagoa

Semanário Agora

22 De Janeiro de 2011

O exêdo populacional devido à guerra teve em Luanda o principal porto de abrigo. Numa cidade sem construção habitacional ordenada, a saída para muitos foi a ocupação de edifícios inacabados desde 75. a “Prédio da Lagoa” é um deles.

António, um jovem, foi para lá mora, há 12 anos, só o rés-do chão, o primeiro e segundo andares eram habitados. “Ninguém estava interessado em subir mais uns degraus”. Considerando-se um veterano, António viu-se surpreendido, na década de 90, quando começam a chegar mais inquilinos, na sua maioria deslocados de guerra. “O prédio começou a ser propriamente ocupado por volta de 1993”, acrescenta.

Só que hoje deixou de ser “propriedade” de deslocados. “Está aqui muita boa gente”, segreda-nos o nosso guia. Feitas contas, lá foram parar juristas, médicos, jornalistas, engenheiros e detentores de outras profissões de “top”. É o velho problema habitacional que tem unido, poucas vezes, e separado, na maior parte, muitas famílias angolanas. a Agora tentou falar com alguns dos quadros superiores que lá vivem, mas todos furtaram-se a fazê-lo.

Mas deu para ver que estes inquilinos trataram de acabar a construção do prédio à sua maneira. “Cada um procurou um meio de construir a sua casa e mais nada”, disse ainda o nosso informante. a material de construção utilizado no seu interior confirma este dado.

Só que uma coisa terá passado despercebido a estes cidadãos.

Os problemas de canalização e das instalações eléctricas mantêm-se. A água tem de se ir buscar ao rés-do-chão, onde há uma torneira, felizmente deixada pelos portugueses.

É um “Deus nos acuda” para aqueles que moram mais perto de céu. E como na vida o hábito faz lei, só resta galgar sem problemas aqueles andares várias vezes ao dia. “Já estamos habituados a isto. A principio passávamos mal, mas agora já não é nenhum problema” disse um jovem por nós abordado quando ia buscar o precioso liquido. Talvez por medo, não sabemos se da falta de corrimão ou da lagoa ao lado, não revelou o seu nome.

E quanto a energia eléctrica? Esta vem da melhor maneira possível os fios que se cruzam na área testemunham os esforços envidados para se ter um mínimo de iluminação ou para se ligar a geleira e o televisor.

O jovem que falou sob o anonimato disse ainda que “a energia vem dos prédios vizinhos. Basta conversar com um amigo e puxa-se fio”, frisou.

Perigos e temores. É assim que pode ser caracterizada a vida diária de muitos dos inquilinos daquele prédio. Apenas o rés-do-chão e o entre -piso gabam-se de ter um corrimão. A falta destes é a razão para os temores dos pais de filhos de tenra idade.

Mas, curiosamente, enquanto subíamos, uma criança no sexto piso brincava na maior das calmas com umas amigas. Quando repórter a perguntou se não tinha medo de brincar ali, a resposta foi pronta: Não.

Uma senhora que passava na altura apenas atirou-nos esta:

“Vamos fazer mais como?”. De outros moradores soubemos que são raros os casos de quedas!

De noite, sem iluminação, fácil é de imaginar quais podem ser os perigos para quem circula por aqueles degraus e escadarias. Mas neste caso também fomos confortados com mais uma resposta de rajada:

“Não há problemas. Estamos habituados à escuridão”. Só que a senhora que nos forneceu tal informação também disse que prefere entregar “ao Deus Todo-Poderoso” o cuidado dos seus filhos que brincam naquelas escadas.

Quanto ao facto de crianças morrerem na lagoa ao lado do prédio, vários cidadãos disseram ao Agora ser um caso que acontece apenas “com os meninos de rua que

normalmente vão brincar ali ao lado”. “Nunca aconteceu caso idêntico com as crianças aqui do prédio”, disse Um dos interpelados.

Outra jovem acrescentou ainda que se trata de um mito de que as crianças que ali caem moram necessariamente no prédio, o que, segundo ela, constitui “um grande equívoco”.

Outro problema que preocupa seriamente as pessoas é os direitos de propriedade. Um habitante assegurou-nos que existe documentação municipal da Ingombota.

“Temos documentos que provam os nossos direitos e provam os nossos direitos de propriedade na administração. Por isso nunca tivemos qualquer problema com aquele órgão”, acrescenta o jovem que só falou sob garantia de mantermos o anonimato.

Em busca da verdade, o Agora procurou o coordenador da comissão de moradores daquele edifício, mas foram infrutíferas todas as tentativas por nós feitas.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Operadora é responsabilizada pelo acumular de lixo no bairro

Jornal de Angola
2 de Janeiro de 2011

A operadora “Kiaxi Waste”, que recolhe resíduos sólidos no município do Kilamba Kiaxi, está sem capacidade para retirar o lixo produzido na quadra natalícia, deu a conhecer ontem à Angop, um funcionário da administração municipal local.

Manuel Francisco, da Unidade Técnica Municipal, informou que a “Kiaxi Waste não consegue recolher o lixo e isso é notável porque vários bairros do município estão com grandes aglomerados de lixo há muito tempo. Segundo Manuel Francisco, a ELISAL orienta que o lixo deve ser recolhido por tractores e outros veículos não pesados, “mas os meios que a operadora possui são escassos para este trabalho”, observou.

Uma ronda efectuada pela Angop constatou a existência de inúmeros focos de lixo nos principais locais de depósito de resíduos sólidos, degradando o meio ambiente e constituindo um perigo para a saúde pública.

campanha na Samba

As autoridades administrativas do município da Samba realizam uma campanha de limpeza no bairro da Corimba, coordenada pelo administrador Pedro dos Reis Façonny.

A campanha visa proporcionar aos munícipes um ambiente salutar durante a quadra festiva e compreende a eliminação de charcos de água, recolha de lixo, tapa buracos e limpeza das ruas do bairro.

De acordo com o chefe municipal dos serviços comunitários, Dorlito Follongo, participam na campanha integrantes da Brigada Comunitária de Apoio aos Municípios (BRICO), criada pelo governo de Luanda e agentes comunitários da Samba.

Dorlito Follongo disse ter constatado a mesma rotina nas operadoras que trabalharam na recolha dos resíduos sólidos durante o Natal, que apesar do aumento de lixo, não alteraram o tempo de permanência dos contentores, nem o reforço do pessoal das empresas.

O responsável dos serviços comunitários da Samba assegurou que para a limpeza do Mussulo está destacada uma equipa da Elisal. As comunas da Corimba e Futungo são limpas pela operadora Vista, enquanto a Erisol cuida da parte do Futungo, Benfica e Ramiro.

7.2 Operadora é responsabilizada pelo acumular de lixo no bairro

Jornal de Angola
2 De Janeiro de 2011

A operadora “Kiaxi Waste”, que recolhe resíduos sólidos no município do Kilamba Kiaxi, está sem capacidade para retirar o lixo produzido na quadra natalícia, deu a conhecer ontem à Angop, um funcionário da administração municipal local.

Manuel Francisco, da Unidade Técnica Municipal, informou que a “Kiaxi Waste não consegue recolher o lixo e isso é notável porque vários bairros do município estão com grandes aglomerados de lixo há muito tempo.

Segundo Manuel Francisco, a ELISAL orienta que o lixo deve ser recolhido por tractores e outros veículos não pesados, “mas os meios que a operadora possui são escassos para este trabalho”, observou.

Uma ronda efectuada pela Angop constatou a existência de inúmeros focos de lixo nos principais locais de depósito de resíduos sólidos, degradando o meio ambiente e constituindo um perigo para a saúde pública. campanha na Samba

As autoridades administrativas do município da Samba realizam uma campanha de limpeza no Bairro da Corimba, coordenada pelo administrador Pedro dos Reis Fançony.

A campanha visa proporcionar aos munícipes um ambiente salutar durante a quadra festiva e compreende a eliminação de charcos de água, recolha de lixo, tapa buracos e limpeza das ruas do bairro.

De acordo com o chefe municipal dos serviços comunitários, Dorlito Follongo, participam na campanha integrantes da Brigada Comunitária de Apoio aos Municípios (BRICO), criada pelo governo de Luanda e agentes comunitários da Samba.

Dorlito Follongo disse ter constatado a mesma rotina nas operadoras que trabalharam na recolha dos resíduos sólidos durante o Natal, que apesar do aumento de lixo, não alteraram o tempo de permanência dos contentores, nem o reforço do pessoal das empresas.

O responsável dos serviços comunitários da Samba assegurou que para a limpeza do Mussulo está destacada uma equipa da Elisal. As comunas da Corimba e Futungo são limpas pela operadora Vista, enquanto a Erisol cuida da parte do Futungo, Benfica e Ramiro.

7.3 Chuva provoca mortes e deixa famílias desalojadas

Jornal de Angola
5 de Janeiro de 2011

A cidade de Luanda não resistiu, uma vez mais, às chuvas que se abateram intensamente durante toda a madrugada de ontem, deixando um saldo de quatro pessoas mortas, residências desabadas e ruas intransitáveis.

A chuva, que começou a cair por volta das 19h00 de segunda-feira, causou a morte de pelo menos quatro pessoas no município do Cazenga, de acordo com dados do Corpo Nacional de Bombeiros. As vítimas são duas crianças de quatro e dez anos que perderam a vida quando a parede da residência onde viviam com os pais, no bairro da Terra Vermelha, nos Munlevos, desabou sobre eles. No bairro Caluenda, a vítima foi uma senhora de 25 anos, que morreu electrocutada em consequências das chuvas. A quarta vítima foi registada no Tunga Ngó.

A reportagem do Jornal de Angola constatou o ambiente de tristeza e profunda aflição em que estavam mergulhadas as famílias que perderam os seus entes queridos.

Ainda no Cazenga, as ruas do Funchal, da Borracheira do Porto Santo, do Antigo Depósito de Medicamentos, os troços Embondeiro do Cazenga/ Asa Branca/ Congolonses e as ruas interior do bairro Hoji ya Henda, estavam ontem totalmente inundadas sem possibilidades de nelas se transitar.

No município mais populoso de Luanda as chuvas não pouparam algumas escolas, como a 7012, 7015, 7018, 7020 e 7035, que viram as entradas e os pátios completamente inundados.

A água, que invadiu várias residências e estabelecimentos comerciais, deixou igualmente intransitáveis as ruas e travessas do Hoji ya Henda, Cuca, Tunga Ngó e das comissões do Cazenga e do Rangel.

Lucrécia José, inconformada com a chuva, disse que não conseguiu dormir porque a sua casa ficou totalmente alagada. “As pessoas que têm as casas junto à estrada foram as que ficaram mais prejudicadas, porque as residências impedem o escoamento das águas e, como consequência, ficam todas inundadas”, explicou.

Paula Francisco, também moradora naquele bairro da Mabor, disse que este só fica inundado por falta de saneamento básico e por culpa da empresa que está a construir a estrada da sétima Avenida.

No Cantinton, muitas residências desabaram e ficaram

inundadas devido à grande corrente de que transbordou da vala e muitas famílias que viram as suas casas inundadas foram alojadas em casas de familiares e vizinhos. No município do Kilamba Kiaxi, especificamente no bairro do Palanca, a situação era preocupante. As casas estavam totalmente inundadas e as principais vias de acesso ao bairro também se encontravam intransitáveis. Ainda no Palanca, era notório o desespero das pessoas que retiravam as águas das suas residências.

Na paragem da Avó Kumbi, grandes quantidades de lixo foram arrastadas até àquele local. Cenário idêntico aconteceu no mercado do Golfe, onde o lixo e a água tomaram conta do mercado fazendo com que os vendedores não pudessem comercializar os seus produtos.

No Neves Bendinha, as chuvas provocaram estragos nos haveres de moradores que acabaram por ter uma noite de vigília, devido às enxurradas que não paravam de enviar água para as suas residências.

No município do Cacucaco, no bairro do Kikolo, a rua Ngola Kiluanje desde a rotunda da Cuca, passando pelo Embondeiro da Mabor e até ao entroncamento da Cimangola, a circulação era difícil devido ao péssimo estado da estrada. Água, buracos, lixo e engarrafamento era o cenário que ontem se vivia naquela via.

Ainda no Kikolo, mais concretamente no bairro Paraíso, existe uma vala que separa os dois bairros e onde a administração comunal colocou no local uma passagem hidráulica que não está a suportar o volume da água, deixando os moradores preocupados.

Em Viana, algumas ruas ficaram inundadas, principalmente a 11 de Novembro, no bairro dos Seis, várias residências e ruas também ficaram inundadas em consequência das chuvas.

Instituições submersas

Os Centros de Saúde do Hoji ya Henda e do Asa Branca, a Conservatória do Registo Civil, o Mercado do Asa Branca e várias instituições de ensino, no Cazenga, estavam ontem totalmente submersos.

No Centro de Saúde do Hoji ya Henda estavam três camiões da empresa CIMEL a fazer a sucção da água. No local, não se notava a presença dos funcionários ligados à saúde. No centro de saúde do Asa Branca a situação era mais caótica e nem a água era sugada, obrigando os pacientes a fazerem travessias para serem atendidos. Idêntico cenário era visível na Conservatória e no mercado do Asa Branca.

Recolha de lixo

Na área do São Paulo, mesmo com a chuva que caía, os trabalhadores da operadora de limpeza Rangol aparece-

ram às primeiras horas para recolher o lixo ao longo das avenidas Ngola Kiluanje e Cónego Manuel das Neves e do interior do município do Sambizanga.

O cenário era o mesmo na 5ª Avenida e na Rua do Comércio município do Cazenga, onde também se viam os trabalhadores da operadora Solisac a recolher os resíduos sólidos. Durante a nossa reportagem, notámos, em algumas áreas do Cazenga e Kilamba Kiaxi, a existência de grandes quantidade de lixo ao longo das principais ruas.

7.4 Chuva provoca mortes e deixa famílias desalojadas

Jornal de Angola
5 De Janeiro de 2011

A cidade de Luanda não resistiu, uma vez mais, às chuvas que se abateram intensamente durante toda a madrugada de ontem, deixando um saldo de quatro pessoas mortas, residências desabadas e ruas intransitáveis.

A chuva, que começou a cair por volta das 19h00 de segunda-feira, causou a morte de pelo menos quatro pessoas no município do Cazenga, de acordo com dados do Corpo Nacional de Bombeiros.

As vítimas são duas crianças de quatro e dez anos que perderam a vida quando a parede da residência onde viviam com os pais, no bairro da Terra Vermelha, nos Mulenvos, desabou sobre eles. No bairro Caluenda, a vítima foi uma senhora de 25 anos, que morreu electrocutada em consequências das chuvas. A quarta vítima foi registada no Tunga Ngó.

A reportagem do Jornal de Angola constatou o ambiente de tristeza e profunda aflição em que estavam mergulhadas as famílias que perderam os seus entes queridos.

Ainda no Cazenga, as ruas do Funchal, da Borracheira, do Porto Santo, do Antigo Depósito de Medicamentos, os troços Embondeiro do Cazenga / Asa Branca / Congolenses e as ruas interior do bairro Hoji Ya Henda, estavam ontem totalmente inundadas sem

No município mais populoso de Luanda as chuvas não pouparam algumas escolas, como a 7012, 7015, 7018, 7020 e a 7035, que viram as entradas e os pátios completamente inundados.

A água, que invadiu várias residências e estabelecimentos comerciais, deixou igualmente intransitáveis as ruas e travessas do Hoji ya Henda, Cuca, Tunga Ngó e das comissões do Cazenga e do Rangel “Lucrécia José,

inconformada com a chuva, disse que não conseguiu dormir porque a sua casa ficou totalmente alagada. “As pessoas que têm as casas junto à estrada foram as que ficaram mais prejudicadas, porque as residências impedem o escoamento das águas e, como consequência, ficam todas inundadas”, explicou.

Paula Francisco, também moradora naquele bairro da Mabor, disse que este só fica inundado por falta de saneamento básico e por culpa da empresa que está a construir a estrada da sétima Avenida.

No Cantinton, muitas residências desabaram e ficaram inundadas devido à grande corrente de água que transbordou da vala e muitas famílias que viram as suas casas inundadas foram alojadas em casas de familiares e vizinhos.

No município do Kilamba Kiaxi, especificamente no bairro do, Palanca, a situação era preocupante. As casas estavam totalmente inundadas e as principais vias de acesso ao bairro também se encontravam intransitáveis. Ainda no Palanca, era notório o desespero das pessoas que retiravam as águas das suas residências.

Na paragem da Avó Kumbi, grandes quantidades de lixo foram arrastadas até àquele local. Cenário idêntico aconteceu no mercado do Golfe, onde o lixo e a água tomaram conta do mercado fazendo com que os vendedores não pudessem comercializar os seus produtos.

No Neves Bendinha, as chuvas provocaram estragos nos haveres de moradores que acabaram por ter uma noite de vigília, devido às enxurradas que não paravam de enviar água para as suas residências.

No município do Cacuaco, no bairro do Kikolo, a rua Ngola Kiluanje desde a rotunda da Cuca, passando pelo Embondeiro da Mabor e até ao entroncamento da Cimangola, a circulação era difícil devido ao péssimo estado da estrada. Água, buracos, lixo e engarrafamento era o cenário que ontem se vivia naquela via.

Ainda no Kikolo, mais concretamente no bairro Paraíso, existe uma vala que separa os dois bairros e onde a administração comunal colocou no local uma passagem hidráulica que não está a suportar o volume da água, deixando os moradores preocupados.

Em Viana, algumas ruas ficaram inundadas, principalmente a 11 de Novembro, no bairro do Seis, várias residências e ruas também ficaram inundadas em consequência das chuvas.

Instituições submersas

Os Centros de Saúde do Hoji ya Henda e do Asa Branca, a Conservatória do Registo Civil, Mercado do Asa Branca e várias instituições de ensino, no Cazenga, estavam ontem totalmente submersos.

No Centro de Saúde do Hoji ya Henda estavam três camiões da empresa CIMEL a fazer a sucção da água. No local, não se notava a presença dos funcionários ligados à saúde. No centro de saúde do Asa Branca a situação era mais caótica e nem a água era sugada, obrigando os pacientes a fazerem travessias para serem atendidos. Idêntico cenário era visível na Conservatória e no mercado do Asa Branca.

Recolha de lixo

Na área do São Paulo, mesmo com a chuva que caía, os trabalhadores da operadora de limpeza Rangel apareceram às primeiras horas para recolher o lixo ao longo das avenidas Ngola Kiluanje e Cónego Manuel das Neves e do interior do município do Sambizanga.

O cenário era o mesmo na Avenida e na Rua do Comércio, município do Cazenga, onde também se viam os trabalhadores da operadora Solisac a recolher os resíduos sólidos. Durante a nossa reportagem, notámos, em algumas áreas do Cazenga e Kilamba Kiaxi, a existência de grandes quantidade de lixo ao longo das principais ruas.

7.5 O problema do lixo em Luanda

*Novo Jornal
7 de Janeiro*

Luanda hoje é uma cidade que rebenta pelas costuras. É por isso um excelente desafio a capacidade dos nossos arquitectos, engenheiros civis, urbanistas e outros que devem ser postos em campo para repensar a cidade. Sobre os problemas de Luanda estou convencido que todas as almas angolanas teriam alguma coisa a dizer, algum contributo a dar.

A responsabilidade maior, o gizador da estratégia terá de ser o executivo do novo governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, que recentemente adiantou uma despesa dos cofres de Estado no valor de 20 milhões de dólares pagos mensalmente às operadoras de lixo da capital do país, com o fito de fazerem a recolha dos resíduos, um quadro que deve ser invertido.

O dado é espantoso. E não é espantoso simplesmente pelo volume de dinheiro em questão. Mas o espantoso aqui, no país dos milhões como é o nosso, é que não há, não se sente nas ruas e em toda a parte, qualquer efici-

ência no sistema de recolha de resíduos e de saneamento da cidade de Luanda. Passamos por várias experiências, já tivemos várias parcerias e até agora não conseguimos encontrar um método certo para a recolha e tratamento, melhor dizendo para lidar com este problema, numa cidade onde o crescimento populacional está incontrollado e é fomentado pelas muito faladas assimetrias regionais.

Mas esta questão do lixo é um problema sério. É também uma boa fonte de rendimentos para muitos empresários até mesmo em países do chamado primeiro mundo, sendo o caso mais sonante o da Itália onde o lixo gera crise e instabilidade política no país. Felizmente não estamos neste estágio. Entre nós, as repercussões deste problema são principalmente sociais com o lixo e a falta de saneamento a serem dos principais empecilhos para a melhoria do sistema de saúde pública, sendo portanto causadores da maior parte das doenças que se registam entre nós, principalmente, da malária e consequentemente da taxa de mortalidade.

Postas as coisas nos termos em que o novo governador de Luanda o fez, parece-nos dar o que concentrou a questão ao negócio do lixo, virando-se contra os afortunados. Mas o problema de uma cidade como Luanda, não tanto pelo seu tamanho geográfico, mas principalmente pelo seu urbanismo (ou falta dele?), para além do tamanho da sua população, dizíamos, o lixo em Luanda é um problema de educação, de boa educação, de higiene, de consciencialização das pessoas sobre a forma como devem lidar com esta questão.

Não basta colocarmos ou retirarmos os contentares. Não basta que as empresas aumentem as suas frotas de “calabrese”.

Para além do trabalho pedagógico que os media devem ter nesta matéria, principalmente a imprensa pública, e aqui não defendo a mera difusão de anúncios publicitários, mas de conteúdos propositadamente elaborados, apelativos, nos programas e vários espaços disponíveis na media, usando tecnologia e muita imaginação para cativar as pessoas e levá-las a mudarem de atitude.

Outro factor de mudança, são as crianças. Este trabalho com elas deve ser feito a partir da escola. O sistema de ensino tem de estar em condições de potenciar os mais novos sobre a forma como devem lidar com o lixo, ou melhor, com a higiene pessoal e do meio. E não se faz este exercício com mera retórica, é no quotidiano, na vida da escola que se encontram estas práticas exemplares que depois serão adaptadas e reproduzidas pelos petizes.

Finalmente, e embora ainda não lhes soubemos dar o devido valor, está o trabalho que pode ser desenvolvido pelos assistentes sociais (do Estado ou das ONG). Este é um trabalho mais direccionado para as comunidades concretas, com a população dos bairros, seja dos mais nobres como dos periféricos, para que as pessoas saibam como lidar com o lixo. E porque não pensarmos num método para punir as pessoas que prevaricam nesta matéria? É que em muitos Estados, principalmente nos do chamado primeiro mundo, colocar restos de comida no balde de lixo reciclável pode dar direito a uma multa severa. *E porque não encontrar formas para que o cidadão participe nestes 20 milhões de dólares ou quanto for necessário para mantermos a nossa Luanda bem cheirosa?*

Ademais, o nosso empresariado tem de perceber que o negócio do lixo não se reduz ao trabalho de recolha. Há uma industria e negócios que se geram a volta do lixo do qual será necessário tirarmos melhores dividendos, para bem da nossa economia.

Vamos ver então como o pelouro de José Maria dos Santos lida com esta matéria uma vez que os seus antecessores falharam. Sem dúvidas, trata-se de um trabalho árduo, mas estamos crentes que os beneficiários serão maiores.

7.6 Saneamento básico tira “sono” ao MPLA em Luanda

Novo jornal

14 De Janeiro de 2011

Os CERCA DE 903 MIL e 860 militantes que o comité provincial do MPLA controla em Luanda estão mobilizados para ajudar o novo governador da província, José Maria a ultrapassar alguns problemas que a urbe enfrenta.

Essa garantia foi dada terça-feira, pelo primeiro secretário provincial de Luanda do MPLA, Bento Bento, quando falava na cerimónia de cumprimentos de início do ano.

Bento Bento, mostrou-se “bastante preocupado” com o débil saneamento básico da cidade capital, mas prometeu que os militantes com a ajuda do governo tudo farão para transformar Luanda numa cidade limpa.

“Os actuais problemas da sociedade luandense estão vinculados directa ou indirectamente à estruturação da “família referiu.

Segundo ele, as famílias estão ligadas a valores fundamentais que quando violados trazem danos incalculáveis A sociedade.

O militante do MPLA, António Ramos, disse ao NJ que o saneamento básico é um conjunto de procedimentos adoptados numa determinada região que visa proporcionar uma situação higiénica saudável para os habitantes.

Na qualidade de militantes do MPLA que governa o país, temos a obrigação de ajudar o governo de Luanda no tratamento de esgotos, limpeza pública de ruas e avenidas”, referiu. Para esse militante de Kilamba Kiwi, com estas medidas de saneamento básico, é possível garantir melhores condições de saúde para as pessoas, evitando a contaminação e proliferação de doenças. “Isso garante ao mesmo tempo a preservação do meio ambiente”, resumiu.

O militante Pedro de Almeida defende um plano sobre o saneamento básico, considerando que “é essencial para estabelecer a forma de actuação”.

“Com o crescimento acentuado da nossa cidade, torna-se cada vez mais importante e urgente a universalização do saneamento básico pelos benefícios que propiciam ao desenvolvimento social, cultural e económico”, disse. Por isso, acrescentou “as políticas de saneamento devem ser articuladas às outras políticas públicas, como: desenvolvimento urbano, habitacional, ambiental, combate a pobreza, saúde, dentre outras”.

Dados oficiais que o NJ teve acesso, indicam que o comité provincial do MPLA controla 903 mil. E 860 militantes, dos quais 476 mil e 73 homens e 427 mil e 787 mulheres, para além de outros 331 mil e 552 filiados na Organização da Mulher Angolana (OMA) e 719 mil e 300 na JMPLA.

Estão enquadrados em 1.343 comités de acção do partido, sendo 168 com instalações próprias.

7.7 EPAL com prejuízo de 500mil dólares em 2009

Novo jornal

14 de Janeiro de 2011

Ao contrario do que tem sido habitual, a Empresa pública de Agua de Luanda, E.P publicou durante a semana passada, no único jornal diário do país (o Jornal de Angola), as suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2008 e 2009, isto apesar de já termos entrado em 2011. No documento, constata-se que a empresa apresenta um balanço operacional negativo.

Nos documentos divulgados estão incluídos também dados relativos ao ano de 2008, num trabalho assinado pelos auditores da Ernst & Young, empresa multinacional

contratada pelo Estado para assessorar as contas públicas. Para além do resultado líquido registar um prejuízo de cerca de 500 mil dólares (ou 49.381.752 kwanzas), em 2009, é de realçar que os prejuízos diminuíram significativamente, quando comparados com o exercício anterior que apresentou um saldo negativo de cerca de 13 milhões de dólares (ou 1.258.339.105 kwanzas). Alarmante é a situação operacional da empresa consecutivos prejuízos e que parece não encontrar caminho de volta. Por exemplo; a rubrica “Recebimento de Clientes” apresenta uma quebra de quase 50% entre 2008 e 2009 passou de 60 milhões dólares (5.955.344.896 sanzalas) para cerca de 24 milhões. (2.356.968.149), respectivamente. Este cenário reflecte-se depois no “Fluxo de Caixa das Actividades Operacionais” que, em 2009, foi negativo em 19 milhões de dólares (1.944.605.891 sanzalas). Em 2008, a mesma rubrica demonstrava um prejuízo de “apenas” 3 milhões de dólares (296.414.455 kwanzas).

Os dados em análise sugerem que a capacidade de arrecadação de novos clientes e de cobrar dividas decresceu de 2008 para 2009. O facto pode também estar associado à contínua evangelização da rede de abastecimento de água na cidade de Luanda e pela proliferação de bairros sem infra-estrutura básica que assim estão afastados do serviço canalizado formal. Neste caso, é importante destacar que a EPAL tem sentido dificuldades em fazer cobranças dos “consumos de água aos organismos públicos” como se pode ler no ponto 3 do parecer do Conselho Fiscal da empresa. Auditores não garantem fiabilidade operacional

O relatório dos auditores, também publicado em anexo no Jornal de Angola, é de certa forma um alerta para a administração da EPAL. A Ernest & Young admite que determinadas situações “não permitiram” que a auditoria fosse “integralmente realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria”. Levantam também algumas reservas: “Apesar das medidas de correcção postas em prática nos últimos anos, o sistema de controlo interno da Empresa ainda não é garante de que todas as operações e lançamentos contabilístico em documentos válidos, assim como ainda não foram implementados procedimentos adequados e suficientes de forma a garantir um correcto exercícios de operações do exercício”.

A empresa de auditoria assume ainda que “não é pratica corrente na empresa “identificar e corrigir as diferenças entre informações oriundas dos os extra-contabilísticos. Este facto dá depois origem

Segundo a Ernest & Young, “a divergências nem sempre justificadas na contabilidade”. Assim, não é possível “tirar garantias de que os sistemas de informação e de

controlo produzem demonstrações financeiras isentas de distorções materialmente relevantes”, segundo o relatório.

Em jeito de conclusão, os auditores assumem não estar em “condições de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras” da EPAL. O relatório, entretanto, foi aprovado pelo Conselho Fiscal da empresa ao 18 de Junho de 2010.

A EPAL serve os nove municípios de Luanda e o abastecimento é assegurado pela exploração de quatro sistemas de produção: dois a norte, a partir do benzo do rio Benzo, que são o sistema 1 (ou ETA Candelabro), com uma capacidade de 60.000 metros cúbicos de água/ dia e o Sistema 2 (ou ETA Difamando) com uma capacidade de 140.000 metros cúbicos / dia.

Dois sistemas estão a sul, a partir do rio Kwanza - o Sistema 3, também conhecido por ETA Luanda Sudeste, com uma capacidade de 216.000 metros cúbicos e o sistema Kicuxi, com uma capacidade de 17.200 metros cúbicos. Estas unidades de produção transferem água para os centros de distribuição de Viana, Benfica, Palanca, Marçal, Maianga, Cazenga e Palácio.

7.8 Programa de água potável chega a todos os municípios

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2011

Helena Chitata e Kelina Nonjamba são duas jovens moradoras na cidade de Menongue. A primeira vive no bairro Cunha e a segunda no S. Pedro. Ambas confessaram à reportagem do Jornal de Angola que se sentem felizes pelo facto de estarem a consumir água tratada, mercê da instalação, nos bairros, de chafarizes comunitários, no quadro do programa governamental Água para Todos.

Quelina Nojamba, com um balde de água à cabeça, disse à nossa reportagem que acções do género devem continuar “para que mais pessoas beneficiem do precioso líquido com saúde”. Lamentou o facto de existirem no seu bairro, que fica à margem do rio Kwebe, elementos que defecam e deitam lixo no rio.

“Deve haver uma mudança de mentalidade das pessoas. No final das contas, acabamos por nos prejudicar a nós próprios e às nossas famílias. Por essa razão, peço ao Governo e aos seus parceiros sociais a realização de campanhas de sensibilização, para que as pessoas abandonem tais práticas”, frisou.

“Anteriormente, as pessoas tinham de percorrer longas

distâncias para acarretar a água do rio, imprópria para o consumo humano. Mas agora o cenário é outro, o que é muito bom porque vão, certamente, diminuir os casos de doenças provocadas pela água de má qualidade”, acrescentou Helena Chitata.

O chefe do Departamento Provincial de Aguas, Rodrigues Iyilalengue, afirmou que o programa Água para

todos começaram a ser executado na província do Kuando-Kubango a partir de 2009. Até agora, já beneficiou pouco mais de 11.600 pessoas, nos municípios de Menongue, Cuito Cuanavale e Cuangar. Foram efectuados um total de 25 furos e construído igual número de chafarizes equipados com sistemas de captação e tratamento da água.

“Este ano, a execução do programa vai estender-se aos municípios de Nancova, Mavinga, Rivungo, Cuchi, Calai e Dirico, abrangendo até mesmo as zonas mas recônditas, onde pensamos que mais de 21 mil pessoas terão acesso a água potável”, revelou Rodrigues Malengue.

Em Menongue, Cuangar e Cuito Cuanavale estão a decorrer trabalhos de abertura de furos, num total de 42, ao passo que na comuna de Mucusso, no município de Dirico, está a ser construída, em ritmo acelerado, uma estação de captação junto ao rio Kubango.

Nesta última empreitada está a ser aplicada uma verba de 184 milhões de kwanzas, disponibilizada, na totalidade, pelo Ministério da Energia e Aguas. “Se não acontecer algo contrário, grande parte dos projectos serão inaugurados no próximo dia 4 de Fevereiro”, disse.

Rodrigues Malengue esclareceu que a maioria dos furos está a ser construída nos municípios de Menongue, Cuito Cuanavale e Cuangar devido à facilidade de transporte do equipamento técnico. “Mas estão a ser feitos estudos para se encontrarem formas de transportar os equipamentos para o leste da província, onde há problemas muito sérios relacionados com os acessos”.

De acordo com o responsável pelas águas na província do Kuando-Kubango, o programa Água para Todos tem como meta atingir 80 por cento da população rural, até finais de 2012. “A crise económica internacional, que atingiu também o nosso país, provocou um abrandamento na execução dos mais variados projectos”, referiu.

Com vista a conferir maior celeridade à execução dos projectos, o Governo incluiu o Água para Todos no programa mais vasto de desenvolvimento rural e combate

à pobreza em todos os municípios. Em última instância, pretende-se com isto “uma maior articulação na sua efectivação e que sirva os verdadeiros anseios que determinaram a sua idealização”.

Lavandarias comunitárias

Nas localidades onde forem construídos furos, serão igualmente erguidas lavandarias comunitárias, “para que a população não lave a roupa directamente no rio, uma acção que, para além de evitar a contaminação das águas, tem também como objectivo acabar com os ataques de jacarés”.

No Kuando-Kubango os ataques destes animais a seres humanos são muito frequentes. As vítimas, quando não perdem a vida, acabam por ficar traumatizadas para sempre.

Rodrigues Malengue afirmou que o sector das Águas vai contar com a colaboração da Associação de Conservação do Ambiente e Desenvolvimento Integrado Rural (ACADIR), que de algum tempo a esta parte tem trabalhado na mobilização e sensibilização das comunidades ribeirinhas, no âmbito do projecto Okavango/Zambeze. O responsável esclareceu que as lavandarias comunitárias deviam ter sido implantadas em todas as localidades que já beneficiaram do programa Agua para Todos, “mas, devido à crise financeira, preferimos avançar primeiro com a abertura dos furos”.

Mais água para Menongue

Até agora, o município de Menongue foi aquele que teve mais benefícios com o programa Agua para Todos. Foi recuperado 90 por cento do antigo sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável. Desde a sua reparação, o sistema passou a ter uma capacidade instalada de 150 metros cúbicos por hora.

Desde 1980 e até 2007, a central de água de Menongue não funcionava na plenitude, por avaria de um dos reservatórios. Estava muito longe de satisfazer as necessidades de uma população crescente.

“Por essa razão, em 2008 direccionámos as nossas principais linhas de força para a recuperação do reservatório número dois e a substituição de 14 mil metros da antiga rede de distribuição, construída nos anos 60 pela administração colonial. Esses trabalhos custaram aos cofres do Estado o montante de 1,2 milhões de dólares norte-americanos”, informou. Na cidade e Menongue foram feitas cerca de 500 ligações domiciliárias, das duas mil previstas. “Desconhecemos por que razão até agora o empreiteiro não concluiu os trabalhos, uma vez que o

pagamento foi efectuado na ordem dos cem por cento”. Para Rodrigues Malengue, face ao crescimento demográfico e urbano da cidade, “urge a necessidade de se construir uma outra, de maior dimensão”.

Por isso, explicou, no quadro do plano director, o Governo vai construir, em breve, uma nova central de captação, a sete quilómetros da cidade, que vai substituir a actual, que tem o inconveniente de estar localizada a escassos metros do Hospital Central. Os doentes banham-se e chegam a deitar ao rio algum lixo hospitalar, o que constitui um sério atentado à saúde pública.

No entanto, Rodrigues Malengue referiu que apesar da central de captação de água se situar alguns metros abaixo do hospital, o facto não constitui um grande perigo, “porque no local foi instalado um sistema de coagulação e filtração que impede qualquer partícula ou micróbio de entrar na tubagem do sistema de captação”.

A futura central vai ocupar uma área total de 1.046 hectares e contará com uma estação de tratamento de água residuais. Segundo o responsável provincial do sector, a qualidade da água tratada “estará de acordo com os parâmetros internacionais”.

7.9 Lixo e construções anárquicas dão uma má imagem à cidade

Jornal de Angola
16 de Janeiro de 2011

o secretário para a Informação da organização ambiental Juventude Ecológica Angolana (JEA), José Silva, afirmou ontem, em Luanda, que o excesso de resíduos sólidos, além de poluir os solos e a água, provoca poluição visual por degradar a imagem da cidade.

Em declarações ao Jornal de Angola, José Silva reconheceu que a poluição visual é um assunto muito pouco falado e o elevado número de bairros construídos de forma desordenada provoca poluição visual.

“Temos bairros em Luanda completamente desordenados. A poluição do meio ambiente tem sido a causadora de várias doenças, como o paludismo”, lembrou.

José Silva disse que é difícil definir os níveis de poluição e o que mais prejudica o Ambiente, uma vez que não existem estudos pormenorizados. O ambientalista frisou que, se existem estudos no país, nunca foram divulgados. Em seu entender, Luanda é a província com, mais poluição ambiental.

“É preciso dizer que temos muitos problemas de poluição do ar, sobretudo com as obras existentes por todo o

lado,” disse José Silva.

Sobre a poluição sonora, sublinhou que a quantidade de carros continuam a poluir o ar por causa da libertação de gases, embora o país tenha aderido, em 2005, à gasolina sem chumbo, a menos prejudicial ao ambiente. José Silva afirmou que a medida do Executivo em proibir a entrada de viaturas com ano de fabrico superior a três anos é positiva para o ambiente, mas devia ser acompanhada por um reforço dos transportes públicos.

Ao afirmar que um ambiente saudável representa uma boa saúde dos seres vivos, informou que a Juventude Ecológica de Angola participa num projecto do Ministério da Agricultura, coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (ID F), virada para a nova política sobre áreas de conservação da fauna selvagem.

Segundo o secretário da JEA, a organização precisa de patrocínio para continuar a implementar o seu projecto “Olimpíadas do Ambiente” e realizar palestras de sensibilização nas comunidades.

AJEA é uma organização fundada há 20 anos e que se dedica, essencialmente, à educação ambiental nas comunidades. Ainda este mês, prevê realizar a sua quinta Assembleia-Geral para eleger novos responsáveis.

7.10 Recolha de lixo melhora na província de Cabinda

Jornal de Angola

16 de Janeiro de 2011

O saneamento básico da cidade de Cabinda e bairros periféricos vai ganhar outro impulso nos próximos dias, com a recuperação de equipamentos avariados de recolha de lixo disse o administrador municipal Francisco Tando. Dos equipamentos recuperados, Francisco Tando destacou os compactadores, que estão a ser utilizados na recolha de lixo concentrado em vários pontos da cidade e bairros periféricos. Francisco Tando reiterou que “os equipamentos estão a garantir a recolha satisfatória das elevadas quantidades de lixo que se acumularam em algumas zonas da cidade. Se formos circular por todas as vias da cidade e bairros periféricos vão notar que o lixo diminuiu consideravelmente” disse Francisco Tando para quem, mesmo com a recuperação dos equipamentos “o problema de saneamento básico não fica resolvido na sua totalidade”.

Para Francisco Tando, as autoridades do município estão empenhadas em retirar as elevadas quantidades de lixo nas ruas, mas defende a privatização dos serviços de recolha de lixo por ser a via mais adequada para normalizar o saneamento básico.

O director do Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística (GEPE) Tomás Mabiala, anunciou que o

Governo Provincial importou equipamentos modernos de recolha de resíduos sólidos, meios que são distribuídos às empresas vocacionadas para o ramo de saneamento básico que forem apuradas no concurso público a ser realizado em breve.

Tomás Mabiala referiu que o Governo Provincial apenas vai seleccionar as quatro empresas que revelarem capacidade técnica e apresentarem um orçamento compatível.

7.11 Novos directores nas águas

Agora

15 de Janeiro de 2011

O governador provincial Armando da Cruz Neto prepara-se para nomear brevemente as novas direcções, acabando assim com a comissão provisória de gestão.

O inquérito instaurado às empresas de águas e saneamento de Benguela e Lobito ordenado pelo governo provincial o ano passado terá precipitado, segundo fontes do AGORA a necessidade de se separar a gestão e a nomeação das respectivas novas direcções para o seu normal funcionamento.

As duas empresas contarão com novos responsáveis, sendo dado como certo o afastamento do actual coordenador provisório Alberto Jaime e do seu financeiro Zacarias Maciala.

A não ascensão destes dois elementos estará relacionada com as últimas revelações segundo as quais os mesmos estarão envolvidos em processos crimes de desvios de fundos entre 1990 e 2000, que corre os seus trâmites no tribunal do Lobito. Além disso, terão se revelado maus gestores durante os cerca de quatro meses em que estão à frente da comissão e gestão.

Contra Alberto Jaime pesa ainda o facto de ter efectuado uma remodelação dos quadros intermédios da empresa fora dos preceitos legais. Trata-se de um acto apontado pelos trabalhadores como forma de criar uma equipa fiel e que respeitasse o sigilo sobretudo quanto aos canais por onde passam os dinheiros.

Apercebendo-se da sua eventual exoneração enveredou por exercícios aparentemente mais saudáveis de gestão, incluindo mesmo mudanças no relacionamento com os subordinados.

Contudo, a nomeação recente do assessor para a área financeira e comercial, Humberto Lourenço (Kadaffi) que neste momento executa as competências do seu responsável Zacarias Maciala, está a ser encarada como primeiro passo do seu plano, tendo já como primeiro sinal a aquisição de uma viatura de luxo orçada em mais de 100 mil dólares, restando saber se por esta altura a mesma está em nome da empresa ou em seu nome pessoal.

Os nomes das figuras que vão dirigir as novas direcções das empresas de águas do Lobito e de Benguela estão

ainda em segredo. Comenta-se apenas a existência de um rastreio junto dos quadros superiores com competência e militância reconhecidas para se encontrar os ideais já que o executivo de Armando da Cruz Neto entende que a gestão técnica deverá ser confiada a especialistas.

Os resultados da comissão de inquérito já na posse do governo provincial desde o fim do ano transacto será submetido a uma apreciação técnica junto da direcção nacional de inspecção do Ministério das Finanças, um passo e gesto que não colheu simpatias no seio de alguns sectores locais.

De acordo ainda com as mesmas fontes, os referidos sectores temem que a sua apreciação ao mais alto nível seja passível a identificação de irregularidades ou não na condução da sua instrução que possam alterar a sua base inicial por motivos considerados como “possíveis” quando se trata de dinheiro.

O regresso dos membros da anterior comissão de gestão liderada por Francisco Paulo, suspensa em Setembro último ao novo formato orgânico das empresas, está a ser aventada em alguns círculos locais, mas uma fonte assegurou que está fora de hipótese independentemente dos resultados da comissão de inquérito. •

7.12 Lixo toma conta do mercado dos correios

Jornal Agora

22 de Janeiro de 2011

Os vendedores do mercado dos Correios, situado no Kilamba Kiaxi estão insatisfeitos com a direcção, que até ao momento não consegue criar condições de saneamento básico no espaço. I Lixo, falta de escoamento das águas pútridas constituem o cartão de visita. A desorganização é de tal ordem que as sucatas de geradores são transformadas I em bancadas. Onde vamos parar?

7.13 Sem corrimão, água canalizada e electricidade, mais de uma centena de famílias vivem num prédio de 17 andares, no Kinaxixe, ao lado de uma lagoa

Semanário Agora

22 de Janeiro de 2011

O exêdo populacional devido à guerra teve em Luanda o principal porto de abrigo. Numa cidade sem construção habitacional ordenada, a saída para muitos foi a ocupação de edifícios inacabados desde 75. O “Prédio da Lagoa” é um deles.

António, um jovem, foi para lá mora, há 12 anos, só o rés-do-chão, o primeiro e segundo andares eram habi-

tados. “Ninguém estava interessado em subir mais uns degraus”.

Considerando-se um veterano, António viu-se surpreendido, na década de 90, quando começam chegar mais inquilinos, na sua maioria deslocados de guerra. “O prédio começou a ser propriamente ocupado por volta de 1993”, acrescenta.

Só que hoje deixou de ser “propriedade” de deslocados. “Está aqui muita boa gente”, segredanos o nosso guia. Feitas contas, lá foram parar juristas, médicos, jornalistas, engenheiros e detentores de outras profissões de “top”. É o velho problema habitacional que tem unido, poucas vezes, e separado, na maior parte, muitas famílias angolanas. O Agora tentou falar com alguns dos quadros superiores que lá vivem, mas todos furta-ram-se a fazê-lo.

Mas deu para ver que estes inquilinos trataram de acabar a construção do prédio à sua maneira. “Cada um procurou um meio de construir a sua casa e mais nada”, disse ainda o nosso informante. O material de construção utilizado no seu interior confirma este dado.

Só que uma coisa terá passado despercebido a estes cidadãos. Os problemas de canalização e das instalações eléctricas mantêm-se. A água tem de se ir buscar ao rés-do-chão, onde há uma torneira, felizmente deixada pelos portugueses.

É um “Deus nos acuda” para aqueles que moram mais perto de céu. E como na vida o hábito faz lei, só resta galgar sem problemas aqueles andares várias vezes ao dia. “Já estamos habituados a isto. A princípio passávamos mal, mas agora já não é nenhum problema” disse um jovem por nós abordado quando ia buscar o precioso líquido. Talvez por medo, não sabemos se da falta de corrimão ou da lagoa ao lado, não revelou o seu nome.

E quanto a energia eléctrica? Esta vem da melhor maneira possível. Os fios que se cruzam na área testemunham os esforços envidados para se ter um mínimo de iluminação ou para se ligar a geleira e o televisor.

A jovem que falou sob o anonimato disse ainda que lia energia vem dos prédios vizinhos. Basta conversar com um amigo e puxa-se fio”, frisou.

Perigos e temores. É assim que pode ser caracterizada a vida diária de muitos dos inquilinos daquele prédio. Apenas o rés-do-chão e o entre-piso gabam-se de ter um corrimão. A falta destes é a razão para os temores dos pais de filhos de tenra idade.

Mas, curiosamente, enquanto subíamos, uma criança no sexto piso brincava na maior das calmas com umas amigas. Quando repórter a perguntou se não tinha medo de brincar ali, a resposta foi pronta: Não.

Uma senhora que passava na altura apenas atirou-nos esta: “Vamos fazer mais como?”. De outros moradores soubemos que são raros os casos de quedas!

De noite, sem iluminação, fácil é de imaginar quais podem ser os perigos para quem circula por aqueles

degraus e escadarias. Mas neste caso também fomos confortados com mais uma resposta de rajada:

“Não há problemas. Estamos habituados à escuridão”. Só que a senhora que nos forneceu tal informação também disse que prefere entregar “ao Deus Todo-Poderoso” o cuidado dos seus filhos que brincam naquelas escadas.

Quanto ao facto de crianças morrerem na lagoa ao lado do prédio, vários cidadãos disseram ao Agora ser um caso que acontece apenas “com os meninos de rua que normalmente vão brincar ali ao lado”. “Nunca aconteceu caso idêntico com as crianças aqui do prédio”, disse um dos interpelados.

Outra jovem “acrescentou ainda que se trata de um mito de que as crianças que ali caem moram necessariamente no prédio, o que, segundo ela, constitui “um grande equívoco”.

Outro problema que preocupa seriamente as pessoas são os direitos de propriedade. Um habitante assegurou-nos que existe documentação municipal da Ingombota.

“Temos documentos que provam os nossos direitos e provam os nossos direitos de propriedade na administração. Por isso nunca tivemos qualquer problema com aquele órgão”, acrescenta o jovem que só falou sob garantia de mantermos o anonimato.

Em busca da verdade, o Agora procurou o coordenador da comissão de moradores daquele edifício, mas foram infrutíferas todas as tentativas por nós feitas.

7.14 Moradores reclamam de falta de água

Jornal de Angola
23 de Janeiro de 2011

Benfica é um dos mais novos bairros de Luanda. Está localizado a Sul da cidade e é uma comuna da Samba. Alguém se apropriou do nome de outro “Benfica”, este na estrada do Cacucaco, onde nasce refinaria.

O bairro surgiu com as primeiras construções urbanizadas erguidas pela Brigada de Construção Militar (BRICOMIL). No início estava “tudo no lugar”. Mas rapidamente surgiram as ocupações ilegais e a urbanização desapareceu no caos. Em poucos anos a pressão humana, sem regras, destruiu aquilo que parecia ser uma zona de crescimento da cidade, moderna e com o território ordenado.

A empresa Transporte Colectivo Urbano de Luanda (TCUL) abriu uma linha para o bairro mas os “benfiquistas” consideram que a cidade fica demasiado longe. Como há cada vez mais habitantes, os transportes públicos são sempre deficientes.

Na zona de Benfica nasceram as urbanizações de Talatona, que levaram ao crescimento da população mas também ao nascimento de equipamentos sociais importantes, como hospitais, universidades, centros comer-

ciais e empresas de serviços. As construções anárquicas e sem as mínimas condições vão aparecendo timidamente ao lado dos condomínios de luxo, mas por enquanto ainda não é grave.

A reportagem do Jornal de Angola foi ouvir os moradores dos bairros improvisados onde reina o caos. Quase todos construíram em terrenos que são do Estado, logo de todos nós. Com umas chapas de zinco, adobes ou tábuas, o que é de todos rapidamente passa a ser de um ocupante, que depois exige uma casa de verdade para abandonar o local. Este é um dos negócios mais rentáveis de Luanda e é comandado por pessoas e organizações que se fazem passar por beneméritos dos pobres.

“Estamos a passar mal porque não há fornecimento de energia eléctrica pública nem de água potável. Aqui cada um tem o seu pequeno gerador ou não tem luz. A água compramos nas cisternas”, disse Samuel Cristóvão, morador no bairro há cinco anos.

Mas o bairro é democrático. As barracas dos “pobres” e as mansões têm os mesmos problemas. Grandes casas, construídas sem projecto, sem licença e sem título de propriedade do terreno, recebem energia dos geradores e compram água em cisterna.

Cada de Sousa vive no bairro Benfica há cinco anos. “No início tínhamos aqui uma vida muito calma mas ultimamente o bairro está a crescer desordenadamente”. Reconhece que a falta de água e energia é um problema sério para todos os moradores, mesmo os que vivem em casas legais. Mas tem esperança: “mais cedo do que tarde a Administração Municipal da Samba vai servir os moradores desta área. Quanto ao transporte já passamos mal, agora é assim-assim”.

Outros moradores no bairro Benfica, como António Cruz e Vanda Filomena Miguel, reconhecem que os transportes públicos são agora mais eficazes.

Posto de Saúde

O bairro Benfica tem um único posto de saúde público. Presta assistência diariamente a mais de 200 pacientes, em várias especialidades. Pedro Viegas é o administrador do posto. Disse à nossa reportagem que “temos apenas três médicos e 34 enfermeiros”.

A única escola pública do primeiro ciclo do ensino secundário é manifestamente insuficiente para a população estudantil do bairro. O director da escola 1.008, João José Helena, reconheceu que “as constantes falhas de energia eléctrica no bairro Benfica têm afectado o cumprimento do programa previsto pelo Ministério da Educação aos alunos do período nocturno”.

João Helena diz que o ensino q nocturno depende de um gerador J, que até hoje nunca apareceu. Mas não é só a falta de gerador p que atrapalha o funcionamento da escola pública número 1.008. Si

“Como uma desgraça nunca vem só, a escola, que tem 12 salas com x, capacidade para albergar 50 alunos CI

nos dois períodos, debateu-se no ano lectivo passado com falta de professores Língua Portuguesa e Educação Física. Este ano, estamos a contar suprir essas faltas”.

Mercado do artesanato

o maior mercado de artesanato de Luanda está localizado na comuna de Benfica. É um ponto de referência na cidade. Diariamente ocorrem ali centenas de clientes para comprar artesanato.

Quando Luanda recebe uma actividade internacional, os guias turísticos dos hotéis conduzem os visitantes ao mercado.

Gaby do Bate Pau, um artesão que faz esculturas em madeira diz que “ultimamente temos todos os dias em Luanda encontros internacionais e o mercado está sempre cheio de turistas, o negócio está a correr bem”. Mas o mercado não tem as mínimas condições, faltam infra-estruturas de apoio, há locais que vendem comida ao lado do lixo e nem sequer existem instalações sanitárias.

Cassuli André é um artesão natural da província do Uíge. Chegou a Luanda em 1997 e foi trabalhar para o mercado. Para Cassuli, “a arte não tem um preço fixo. Cada um fi-aopreço”.

Segurança melhorada

Uma fonte da Esquadra de Benfica esclareceu à nossa reportagem que devido ao crescimento do bairro se têm registado vários crimes, principalmente furto de material de construção em obras. A esquadra, que mudou para a Avenida 21 de Janeiro há dois meses, tem afugentado muitos delinquentes, principalmente aqueles que praticavam violações, roubo de viaturas e assaltos à mão armada.

“Ainda recebemos muitas queixas devido ao crescimento populacional do bairro mas não são casos alarmantes.

7.15 Lei da violência doméstica volta ao parlamento

Jornal de Angola

31 de Janeiro de 2010

O projecto de Lei Contra a Violência Doméstica volta hoje a dominar o debate na Assembleia Nacional, com a análise da proposta na especialidade. O documento foi retirado da agenda de debates da última sessão ordinária do Parlamento, depois dos deputados terem concluído que carecia de mais contribuições da Assembleia Nacional e da sociedade civil.

Os membros das comissões de Saúde, Ambiente, Acção Social, Emprego, Antigos Combatentes, Família e Promoção da Mulher dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos e dos Direitos Humanos e Petições dos Cidadãos do Parlamento decidiram prolongar o período de debate para melhor reflexão.

A proposta tem como objectivo a criação de mecanismos

legais que protejam a vítima do crime de violência praticado no âmbito familiar. O documento não propõe a revogação de nenhuma Lei, apenas o reforço do Código Penal, num aspecto que o diploma não contempla, que é a especificação do crime.

No primeiro debate na especialidade, a deputada do MPLA Ana Maria de Oliveira, ao apresentar o relatório elaborado pela primeira, sétima e nona comissões de especialidade da Assembleia Nacional, recordou que com a provação de urna lei específica, o Executivo pretende alterar a situação de violência doméstica no país. Ontem, Idalina Vieira, jurista do Ministério da Família e Promoção da Mulher, em declarações à Rádio Nacional de Angola, disse que o projecto envolveu especialistas de diversas áreas e que, ao ser aprovado, o país passa a contar com um instrumento de grande valor na estruturação das famílias angolanas.

De acordo com a proposta de Lei à qual o Jornal de Angola teve acesso, o Executivo pretende dar maior celeridade processual ao tratamento de situações de violência doméstica. O documento realça ainda que o número de casos de violência no seio das famílias angolanas, obriga a encarar o problema como um “caso nacional urgente”, mercê dos vem reforçar o Código Penal, debruçando-se sobre aspectos que este não contém, nomeadamente, a especificação do crime de violência doméstica.

A proposta de lei alarga o número de pessoas que podem denunciar e tornar público o crime de violência doméstica, protegendo a vítima das desistências que têm ocorrido por pressões do agressor, da família e até do instructor que a desincentiva da queixa.

Um relatório do Ministério da Família e Promoção da Mulher entregue à Assembleia Nacional, revela que, desde a criação da Secretaria de Estado para a Promoção da Mulher, o combate à violência contra a mulher, constitui uma grande preocupação.

No relatório, o ministério de tutela esclarece também, que a então Secretaria de Estado para a Promoção da Mulher, reforçou o seu trabalho, criando centros de aconselhamento em todo o país.

No documento refere-se que, apesar da violência doméstica ser ainda hoje um “crime oculto”, constituindo tabu para muita gente, cresce o número de pessoas que rompem as barreiras psicológicas, denunciando os maus-tratos a que são sujeitas.

Para o Ministério da Família e Promoção da Mulher é também grande preocupação o surgimento de fenómenos como o da feitiçaria, em que as crianças e os idosos são acusados de serem porta dores de grandes males e desgraças para a família.

7.16 Água vai chegar às populações de todos os municípios do Bié

Jornal de Angola

29 de Janeiro de 2011

o sector das Águas na província do Bié está a multiplicar esforços para garantir o aumento da produção e distribuição de água potável, durante 24 horas, às populações residentes nas zonas periféricas.

Para alcançar este objectivo, que visa igualmente diminuir as doenças causadas pelo consumo de água imprópria, foi recentemente lançado um concurso público no sentido de se encontrarem instituições que efectuem os trabalhos na rede de distribuição da cidade do Cito, disse o director da Energia e Aguas, Abel Guerra.

De acordo com o responsável, a rede de distribuição de água será ampliada, nos próximos dias, de duas mil para seis mil ligações domiciliárias, com uma produção média de 3.500 metros cúbicos por dia, a partir da actual central de captação, tratamento e distribuição.

As autoridades estão a trabalhar para ampliar a rede a todos os bairros periféricos do Cuito e restantes localidades da província, no âmbito do programa “Água para todos”. Por isso, garantem a melhoria e o aumento dos níveis de abastecimento de água às populações de todos os municípios.

O director da Energia e Aguas afirmou que existem progressos significativos nas sedes municipais e comunais, onde estão a ser construídos pequenos sistemas de captação de água, a partir das fontes existentes. Abel Guerra adiantou que a extensão da rede de distribuição está igualmente integrada no quadro de um programa co-financiado, no sentido de abastecer populações das zonas rurais. O programa

“Água para todos” prevê uma cobertura de 80 por cento, até 2012, e tudo está a ser feito para alcançar essa meta. As zonas urbanas estão com projectos integrados e a cobertura será total ainda este ano, mas as áreas rurais e suburbanas estão a merecer alguma prioridade nesta altura.

Muitas localidades beneficiam actualmente de água através de sistemas alternativos, tendo em conta a situação técnica ligada à população existente e às formas adoptados em diferentes localidades. Algumas delas beneficiam de pontos de água independentes, furos e equipamentos de bombas.

O director provincial explicou que as nove sedes municipais e as 30 comunais, que compõem a região, estarão cobertas, na totalidade, com sistemas integrados de abastecimento de água potável até à data programada. Os municípios de Katabola, Chinguar, incluindo as comunas de Somakuanza, Malengue, Mutumbo, Lúbia, Dando e Luando, são as localidades que possuem sis-

temas de água deficitários e que necessitam de ser ampliados.

Abel Guerra justificou que, tendo em conta as dificuldades existentes devido às condições das estradas que dão acesso a estas localidades, estes municípios estão incluídos no projecto deste ano.

Respeitando os padrões recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), garantiu que este projecto do programa será estendido aos municípios do Chitembo, Chinguar, Nhârea e Camacupa.

8 Género / violência

8.1 Igreja Metodista realiza marcha

Jornal de Angola
3 de Janeiro de 2011

Uma marcha de apoio à aprovação da Lei contra a Violência Doméstica realiza-se no próximo sábado, em Luanda, por iniciativa da Igreja Metodista Unida.

De acordo com um comunicado citado pela a Angop, a marcha que decorre sob o lema “Igreja Metodista Unida diz não a todas as formas de violência” visa desencorajar os cidadãos que praticam tais actos.

A Lei contra a Violência Doméstica foi aprovada na generalidade a 14 de Dezembro pela Assembleia Nacional.

Decorrem neste momento estudos para o seu aprofundamento nas comissões de especialidade do Parlamento.

A Lei contra a Violência Doméstica confere celeridade processual no tratamento de situações de violência doméstica.

A marcha vai ser encabeçada pelo bispo Gaspar João Domingos e contar com a participação de fiéis das igrejas Metodista Unida de Luanda e Bengo.

O desfile parte da rua Revendo Agostinho Neto, à frente da Igreja Metodista Unida Central de Luanda, e termina na sede do Ministério da Família e Promoção da Mulher.

8.2 Promovido encontro sobre violência domestica em Cabinda

Semanario Sociedade
De 05 a 12 de Janeiro de 2011

A violência contra menores, fuga á paternidade, poligamia, consumo excessivo de álcool e a partilha em caso da morte do conjugue são as principais causas de conflitos identificados na comunidade de Tando Zenze, província de Cabinda, no âmbito do encontro comunitário sobre “ a violência domestica” ocorrido recentemente na referida localidade.

Promovida pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género (FMJIG), o encontro contou com cerca de 70 participantes, entre autoridades tradicionais, representantes locais da Organização da Mulher Angolana (OMA), das Forças Armadas Angolanas, Polícia, líderes religiosos, jornalistas e do administrador comunal de Tando Zenze, Ndimba Tati. Destaque para a participação de advogados tradicionais, que transmi-

tiram a sua experiência no tratamento dos casos registados na comuna tendo como base o direito costumeiro. Na ocasião, o regedor do Cacala, Lourenço Chimpolo, frisou que a falta de educação tradicional e secular dificulta o convívio harmonioso nos lares, contribuindo para o elevado casos de violência doméstica nas sociedades, tendo realçado que os casamentos devem ser preservados pela sociedade, autoridades tradicionais, igrejas, dentre outros parceiros sociais.

A comuna de Tando Zenze, que possui quatro regedorias e quarenta e cinco aldeias, tem sido profundamente afectada pelo problema, segundo o relato dos moradores presentes no encontro. Durante a actividade, as autoridades tradicionais informaram sobre os mecanismos de tratamento dos casos com destaque para a aplicação de multas aos prevaricadores.

Nos casos de partilha de bens após a morte do marido, referiram, fazendo fé em crenças e elementos da tradição, sempre que da parte da família do defunto se notar resistência na entrega dos bens do malogrado a viúva, estes preferem não insistir. Mas, recomendam que, da parte destes, se Indique um familiar, que se encarregará da educação dos filhos e acompanhamento da mulher do finado.

Outro problema facada prende-se com a negação de prestação de alimentos aos filhos menores.

Nestes casos os advogados tradicionais têm limitado o seu papel ao aconselhamento do casal, incentivando o privilégio ao diálogo, ao invés ao recurso a formas de pressão.

Tendo em conta os problemas facadas, os participantes recomendaram, dentre outros pontos, que as organizações femininas e não só devem trabalhar mais com as comunidades, atribuindo ferramentas que lhes possam ajudar a torna-se agentes multiplicadores de boas práticas, ao mesmo tempo pediram que “as mulheres vítimas de qualquer tipo de violência denunciem o caso as autoridades competentes para que estas possam dar o devido tratamento”. Segundo Maria Guedes, membro da direcção do FMJIG, as conclusões do encontro de Tando Zenze serão discutidas numa mesa redonda a ser promovida em Cabinda e servirão de base para trabalho da organização que pretende ter uma ideia das práticas costumeiras que chocam com o direito positivo e incentivar as boas regras comunitárias de combate ao problema.

Importa realçar que o FMJIG promove desde Dezembro de 2008 a campanha “Desafiando o silêncio: os meios de comunicação contra a violência sobre a mulher”, com o objectivo de contribuir, através do trabalho dos meios

de comunicação social, para a diminuição dos índices de violência doméstica no país.

Segundo nota de imprensa emitida pela organização, encontros do género foram já realizados nas Provinciais de Luanda, Benguela, Malange, visando recolher experiências sobre a resolução das questões ligadas à violência doméstica nas localidades. •

8.3 Unidos contra a violência

Jornal de Angola

10 de Janeiro de 2011

A sociedade está a mobilizar-se cada vez mais para a luta contra a violência doméstica. Sábado último, milhares de pessoas participaram numa marcha contra a violência doméstica, organizada pela Igreja Metodista Unida, em parceria com o Ministério da Família e Promoção da Mulher.

A violência doméstica atingiu no nosso país proporções tais que levou nosso legislador ordinário a produzir uma lei específica contra a violência doméstica, na perspectiva de se diminuírem os conflitos nos lares, de que têm resultado problemas de vária ordem e que põem em causa a estabilidade da família.

A estabilidade da família tem sido hoje telha de muitos debates na sociedade, pois ela é essencial para que tenhamos uma sociedade harmoniosa.

Só com harmonia poderemos construir uma sociedade próspera. A solidez das famílias é garantia de termos lares sem conflitos e bem estruturados.

Não foi por acaso que o Presidente da República deu ênfase ao papel da família na nossa sociedade, na sua mensagem de fim de ano. Disse o Chefe de Estado angolano que “é no seio da família que temos de encontrar, em primeiro lugar, as motivações essenciais para a conquista do que queremos para melhorarmos as nossas vidas amanhã”.

José Eduardo dos Santos usou na referida mensagem palavras sugestivas, ao referir-se à família, as quais vale a pena reter: “A família é o centro da vida em sociedade. E na família que se deve ensinar aos mais, novos os valores fundamentais que vão orientar a sua vida de adulto. E na família que se transmitem os ensinamentos oriundos de gerações passadas e é na família que construímos os alicerces e os pilares da Nação”.

O combate à violência doméstica passa também pela transmissão por parte dos mais velhos de valores aos mais novos, para que estes possam assumir posturas que promovam a concórdia e uma convivência saudável

entre os diferentes membros da sociedade.

Disse ainda o Presidente da República, e convém recordar, que “temos de consolidar valores como o trabalho, a dedicação e afincamento ao que se faz e produz, o amor à Pátria, o espírito de sacrifício, a solidariedade, a tolerância e o respeito para com o semelhante”.

A marcha realizada sábado último é uma demonstração de que a sociedade está consciente da gravidade dos problemas que decorrem da violência nos lares e que é urgente pôr cobro a situações geradoras de instabilidade nas famílias angolanas.

O facto de uma igreja e um organismo do Estado terem promovido em conjunto uma marcha contra a violência doméstica, é sinal de que não são só as autoridades que estão preocupadas com a violência doméstica, mas igualmente, e ainda bem, outros segmentos da sociedade.

Na verdade, a dimensão do problema da violência doméstica no país justifica esforços conjugados, porque é hora de todos estarmos unidos contra a violência doméstica, um fenómeno que já causou muitas desgraças no seio de muitas famílias.

Genoveva Lino, ministra da Família e Promoção da Mulher, disse no final da marcha que “enquanto estivemos em guerra, as igrejas decidiram unir-se em oração, fizeram vigílias, jejuns e nós alcançámos a paz. Estamos certos de que o mesmo vai acontecer neste grande combate contra a violência”.

Foi oportuno o apelo da ministra Genoveva Lino, no sentido de se “denunciar os casos de violência doméstica e de abusos sexuais e cuidar bem das nossas crianças, para que cresçam saudáveis e felizes (...)”.

Dentro de pouco tempo vai entrar em vigor a lei contra a violência doméstica, um instrumento legal que vai trazer consideráveis mudanças no tratamento de um fenómeno que preocupa toda a sociedade.

Ter uma lei contra a violência doméstica constitui uma grande contribuição ao combate a este fenómeno. Será, entretanto, necessário que outras acções sejam executadas ao nível da educação, para que o país tenha bons cidadãos.

Como afirmou o Presidente da República na mensagem de fim de ano, “temos de saber motivar os cidadãos para pensarem e agirem em prol do bem comum e em benefício da colectividade”.

8.4 Mulheres rompem o silêncio a uma só voz

Jornal de Angola

11 de Janeiro 2011

Metade das mulheres em todo mundo é vítima de algum tipo de violência. A maioria delas é agredida dentro da sua própria casa, pelo marido ou companheiro. O drama é transversal à sociedade, não distinguindo case-

bres de palacetes. A única diferença reside nos métodos do agressor e no modo como nos níveis sócio - económicas mais elevados os gritos das vítimas não ecoam a céu aberto.

Catarina Campos, de 45 anos, disse ao Jornal de Angola que já foi agredida muitas vezes, não só no próprio lar, mas também por amigos do alheio que assaltam com frequência a sua zona de residência. Manifestando-se sem medo na marcha promovida pela Igreja Metodista Unida, que no passado sábado se realizou em Luanda, de apoio à Lei contra a violência doméstica, Catarina empunhava um cartaz que ela própria reproduzia alto e bom som, dizendo: “pena pesada para os agressores”.

“Este é um combate que tem de ser travado sem tréguas e sem limites, pelas medidas legislativas, criminais, repressivas e preventivas”, afirmou.

Catarina convidou os casais e a sociedade em geral a dialogarem, sempre que se depararem com uma situação de conflito e considerou que a “mulher angolana, e não só, está de parabéns porque vai ser aprovada a lei na especialidade contra a violência doméstica”.

Angelina Miguel é mãe de cinco filhos e protagonista de uma história de 33 anos de sofrimento e violência. Conheceu aquele que viria a ser seu marido ainda em criança. Sabia da sua apetência pela bebida e do seu hábito de ser mal-educado com as pessoas. Foi avisada de que não deveria casar-se com aquele homem. No entanto, resolveu não dar ouvidos e aventurou-se naquele casamento.

O seu sogro já tinha o hábito de bater na sua sogra. Contudo, era esta que mais influenciava o filho, marido de Angelina Miguel, a bater-lhe. A primeira vez foi com um cinto. Ficou com hematomas por todo o corpo e diversos cortes nas costas. A partir daí, foram várias as vezes que a violentou, chegando a expulsá-la de casa com as crianças, a meio da noite, sentindo-se obrigada a voltar para casa dos seus pais. Angelina Miguel define o seu marido como um homem autoritário e chantagista. Pedia-lhe que voltasse para casa com a promessa de que não voltaria a bater-lhe. E como o amor fala mais alto, ela acedia ao pedido com a esperança de mudanças no marido.

No entanto, a história repetia-se uma e outra vez. Bateu-lhe, maioritariamente, com o cinto, mas também a agredia com pontapés e murros. Todas essas agressões eram acompanhadas de graves e perturbadores insultos.

O marido tinha ciúmes dos patrões da Angelina Miguel e não queria que ela trabalhasse. Para a impedir, inventava histórias de traições e difamava-a em toda a vizinhança, maltratava-a física e psicologicamente, sempre com a

convicção de que ela não teria coragem de o denunciar. Um belo dia, Angelina Miguel jurou que seria a última vez que ia permitir os maus-tratos do seu cônjuge, depois de o marido lhe ter batido por ela se recusar a ter relações sexuais e por não o ter acompanhado a um baptizado. Ele partiu-lhe o nariz, fez-lhe um corte nas costas e arrancou-lhe a camisola, obrigando-a a fugir para a rua apenas em soutien, mas nunca mais voltou a tocar-lhe.

Questionada quanto ao motivo por que aguentou tanto tempo esta situação, Angelina explica simplesmente que “toda a mãe aguenta qualquer sofrimento só para não ver os seus filhos sofrer. Por amor aos filhos”.

“É muito difícil para nós, mulheres, arranjar forças para denunciar o homem que, um dia, com a promessa de amor eterno, nos retirou de casa dos nossos pais e constituiu família”, acrescenta.

Causas da agressão

Hoje, no entanto, vê as coisas de outro modo. Porque agora entende que ninguém merece uma vida de violência, de maus-tratos e de infelicidade. Os filhos não devem ser o motivo da resignação, mas sim factor de motivação para a imediata denúncia.

As principais causas da violência são o desrespeito, a impotência e a raiva, causados por fracassos e frustrações. Segundo a pastora meto dista Engrácia Pascoal, o outro problema é a violência familiar e as bebidas alcoólicas, que estão presentes em todos os casos. Para ela, a violência pode ser interpretada como uma tentativa de corrigir o que o diálogo não foi

. capaz de resolver e funciona como último recurso para se tentar restabelecer o que é justo, segundo a óptica do agressor.

Portanto, “sempre que há violência é porque alguma coisa já estava errada. E essa coisa errada a real causa e aquilo que precisa ser corrigido, para diminuirmos os tipos de violência”, explica.

Para a pastora, a boa educação faz-se com correctos deveres e não com direitos insensatos. “É preciso educar os nossos adolescentes com mais realismo e seriedade para os manter longe de problemas, fracassos, marginalidade e violência”.

“O mau uso da palavra amar pela nossa sociedade insiste em relacioná-la, frequentemente, ao namoro e ao sexo, acabando por nos confundir. No entanto, mesmo antes da era cristã, amar era um casal relacionar-se com total igualdade de consideração, sem superioridade ou inferioridade e com tolerância pelas normais falhas e diferenças dos seres humanos,” concluiu Engrácia Pascoal.

8.5 Marginais dominam o pedaço

A Capital

12 de Janeiro 2011

A cena mais horripilante aconteceu na última semana do mês findo, nas imediações do posto de venda da Nocal, concretamente na rua Nossa Senhora de Fátima, onde marginais altamente perigosos, munidos de armas de fogo, dentre pistolas e metralhadoras fizeram-se à rua, assaltando pacatos cidadãos e cantinas de oeste -africanos, sem pejo algum.

Marcolino Viegas, morador daquela zona da comuna do Hoji-ya-Henda, fez saber que os meliantes, naquela manhã, não hesitaram em fazer disparos na rua, amedrontando quem quisesse intervir, ou frustrar as suas acções».

«Como prova disso, quando tinham acabado de assaltar uma cantina, alguns agentes da Polícia aperceberam-se da situação e tentaram intervir. Ali começou a troca de tiros entre os marginais e os agentes, onde um dos polícias foi alvejado na perna com um tiro. Um dos marginais, mais conhecido por «AM», foi morto quando tentava dar cobertura aos seus amigos», explicou, sublinhando que era uma cena nunca antes vista por ele, pois, o marginal, pelo que apurou o A Capital, naquelas bandas era considerado o líder dos grupos «Bula Squad» e «Bibi Remitentes». Na ocasião, estava munido de duas armas do tipo AKM e mandava os seus comparsas retirarem-se enquanto ele, como se fosse o «Rambo», recuava e ripostava contra os agentes.

«Na sua fuga desenfreada, entrou no quarto de banho de uma casa e foi lá onde os agentes aproveitaram para fazer a limpeza geral. Como ele não parava de disparar, a solução foi pagar pela mesma moeda, também dispararam contra ele e acabou por morrer ali mesmo.

Viegas referiu que, para amenizar a situação, foi colocada no local uma esquadra móvel. «Nos últimos dias, a situação ainda está calma», notou, referindo por outro lado que as acções de patrulhamento devem ser constantes, «sendo esta área uma zona que faz fronteira com o Sambizanga e por este facto muitos marginais daquele município vêm fazer as suas acções aqui».

«Por outro lado, os agentes sabem que aqui, principalmente nas zonas do Kayaya, Cerâmica, Linha Fêrrea, Cabine Eléctrica e dos Bares há muita bandidagem, mas eles não conseguem actuar porque ali tem muitos becos e os bandidos andam mesmo armados a qualquer hora do dia, sem medo de ninguém. Até os próprios vizinhos não são poupados. Então, uma esquadra móvel, por si só, não irá resolver o problema da criminalidade aqui, mas as rondas e patrulhamentos constantes nas áreas mais

criticas do bairro vão ajudar a combater este mal que vai aumentando de intensidade a cada dia que passa».

Mariana Gonçalves, moradora, contou outra cena algo arrepiante. Ao que tudo indica, tratou-se de um episódio anterior à troca de tiros protagonizada pelos marginais e os agentes da Polícia muito recentemente. Esta cidadã contou que, alguns dias antes dos tiroteios, os grupos marginais «Bula Squad» e «Bibi Remitente» interceptaram um carro patrulha da Polícia que transportava detidos e nada mais fizeram senão soltar os agozoes.

«Eles estavam armados e renderam os agentes que estavam no carro, mandaram-nos descer, ameaçaram-nos e lhes mandaram beber água parada, depois dos bandidos soltarem os presos que estavam no carro dos polícias» explicou, sublinhando que os agentes saíram dali entristecidos e furiosos, mas com o pensamento de que haviam perdido a batalha mas não a guerra.

«Porque alguns dias depois foi quando houve a troca de tiros entre a Polícia e os marginais. Então, acho que esta foi a resposta dos agentes aos bandidos», sublinhou, referindo que no dia dos tiroteios o bairro viveu um autêntico alvoroço. «As pessoas corriam de um lado para o outro no sentido de se abrigarem e não acabarem por ser vítimas de uma bala perdida».

«Mas valeu a pena, porque durante esses dias a situação melhorou um pouco, embora ainda alguns jovens não aprenderam a lição e continuam a mexer. Mas com rondas frequentes a coisa vai melhorar.

A criminalidade no Cazenga parece que não fica apenas pelos grupos marginais. A violação, os roubos, furtos e até mesmo os homicídios voluntários, involuntários e frustrados vão tomando corpo neste que é o município mais populoso da capital do país. Por exemplo, na semana de 17 a 23 de Janeiro, no caso, a penúltima do mês, a Polícia procedeu a detenção de dois violadores e de um homicida.

Segundo apurou a nossa equipa, o homicida matou a sua própria esposa no período da manhã depois de a ter agredido, deixando-a trancada em casa. De tarde simulou tê-la encontrado já morta.

Evânio Domingos, 25 anos, e um dos violadores detidos pelos agentes policiais da divisão do Cazenga.

Ele, justificando a sua acção, disse ter sido chamado pelo amigo para o socorrer de uma avaria

No automóvel. Quando chegou ao local combinado, conforme contou, constatou não se tratar de avaria alguma, mas de um convite para fazer sexo com uma jovem que o amigo disse ser sua namorada.

«O meu amigo chama-se Gildo e é mais conhecido por «JD. Ele é taxista», foi assim que começou por descrever o amigo que o deixou em «maus lençóis» para mais adiante dizer: «Quando cheguei no sítio onde ele disse que o carro estava avariado, ele me explicou que não tinha nenhum problema e que queria que eu fizesse sexo com a moça que estava com ele no carro, alegando que era sua namorada e que ela estava a se comportar mal com ele».

«Disse mesmo que ela estava a lhe dar muita dor de cabeça e que antes de mim ele já havia feito sexo com ela, por isso, queria que eu também fizesse», contou, referindo que a jovem estava ali ao lado a ouvir a conversa e não reclamou.

«Ela estava apenas a mexer no telefone e só falou para fazermos rápido porque tinha alguém a espera dela, já que o telefone estava constantemente a tocar». Evânio acabou detido depois de uma queixa da lesada e agora vê o sol pela pequena janela da cela em que se encontra naquela divisão de Polícia, aguardando que o seu amigo apareça, pois, segundo contou, o mesmo deu o «pé na sola».

Alegações da polícia

Para o superintendente Clemente Miguel Pontes, 2º comandante da Divisão do Cazenga, o seu organismo está a envidar todos os esforços atinentes à melhoria da situação criminal do município. Em face disso, já têm inclusive dados das áreas mais preocupantes, «nomeadamente, a área dos Três presidentes, Papá Kitoko ou aviários, como também é chamada e a zona do AngolanoVala».

«Mas já se está a tomar medidas com a colocação de patrulhas auto e apeadas para se pôr cobro à situação», explicou, para mais adiante sublinhar que os casos mais graves registados foram duas violações numa das áreas apontadas como preocupantes, no caso, a dos três presidentes bem como a situação do marido que espancou a mulher até a morte.

« Outra zona que também era preocupante é da área da Nocal, ali no posto de venda. Mas depois da acção que culminou com a morte de um marginal durante uma troca de tiros com os nossos agentes da ordem que se aperceberam da acção levada a cabo pelos meliantes, a situação já melhorou substancialmente. Contudo, ainda não estamos satisfeitos, por este facto, continua o patrulhamento da área arredores para se repor a tranquilidade pública».

8.6 Mais um agente da policia morto por marginais

Novo jornal

14 De Janeiro de 2011

Foi a enterrar nesta sexta-feira, o agente da Polícia Nacional Elias Gabriel Kilendy de 38 anos, morto a tiro na noite de terça-feira, 11, na altura em que o agente, mais dois companheiros, cumpria mas uma missão de serviço.

O crime ocorreu por volta das 19h00, no bairro do Kikolo, rua do Bom Pastor, município do Cacucaco. Uma fonte policial confidenciou ao Novo Jornal que tudo aconteceu quando receberam uma chamada informando que estava a ocorrer um assalto na rua do Bom Pastor.

“Eles foram ao local saber o que é que estava a acontecer. Quando chegaram ao local prenderam três jovens que estavam a fazer vandalismo no bairro. Os meus colegas pensaram que eram apenas os três, quando julgavam que tudo tinha terminado, apareceram outros elementos do grupo que dispararam contra os agentes, ferindo um deles”, relatou.

Segundo a mesma fonte, que falou sob anonimato, encontraram ainda na posse dos marginais alguns objectos que haviam sido roubados no bairro.

Elias Gabriel Kilendy foi baleado com um tiro no peito. Ainda foi socorrido pelos colegas, mas a caminho do hospital morreu.

Segundo a fonte da Polícia Nacional, o agente baleado, que terminou o curso em 2008, e os companheiros andavam a pé.

Alguns moradores, que presenciaram o crime, disseram que tudo aconteceu de forma estranha. “Nós pensávamos que estavam todos detidos, não sabemos de onde é que apareceu o jovem que matou o polícia. Estes marginais pensam que podem fazer o que querem. Tiraram a vida de um jovem desta forma, na flor da idade, é muita tristeza, minha filha”, diz uma mulher chocada com a situação.

Segundo a moradora, nos últimos dias, a criminalidade na zona está a ganhar contornos “alarmantes” e apontam as culpas à Polícia Nacional. “ Nós temíamos isto, já há algum tempo que chamámos a atenção ao comandante da esquadra para que se tomasse medidas. Agora, o pior aconteceu”, notou a mulher, acrescentando que com o que aconteceu as pessoas no bairro estão com medo. “Se já estão a matar polícias, o que é que vai ser de nós. Estes marginais não respeitam as pessoas. Na semana passada

balearam o filho da minha vizinha por causa de mil sanzalas, isto não é justo”. Maria Joaquim, moradora, diz não entender qual é o papel da polícia. “O povo reclama todos os dias e a situação não melhora. Em todos os bairros há assassinatos, várias mulheres são violadas. Porque é que a polícia não toma medidas? Vamos ver agora o que é que vão fazer com a morte do agente no exercício das suas funções”.

Os moradores dizem mesmo que na zona do Bom Pastor os marginais não têm hora para actuar. “Não sabemos o que fazer. Se já matam polícias, que servem para proteger o povo, o que será de nós?”, questiona uma mulher que aparenta ter os seus 4 anos.

Segundo os munícipes, existem vários grupos de delinquentes na zona, que vão-se formando com o consentimento da Polícia Nacional. “Eles têm conhecimento de tudo que se passa nos bairros e conhecem os bandidos mais perigosos, mas não fazem nada para acabar com isso. Não sei se agora, que mataram um deles, vão tomar medidas”, diz a nossa interlocutora furiosa.

No ano passado vários agentes da polícia Nacional foram mortos no exercício das suas funções. Novo Jornal, tentou contactar o porta-voz do Comando Provincial de Luanda, superintendente chefe António Bengali, mas os nossos esforços foram em vão.

8.7 Proposta de lei contra violência doméstica será enriquecida

Semanário Continente
14 De Janeiro de 2011

A proposta de Lei Contra a Violência Doméstica deverá ser enriquecida, conforme recomendação das comissões de especialidade da Assembleia Nacional; reunidas nesta quinta-feira, no quadro do debate, para aprovação na especialidade de um pacote legislativo, iniciado no passado dia 6.

Em declarações à Angop, no final dos trabalhos, o deputado da bancada do MPLA Tomás da Silva referiu que, apesar do diploma ser positivo e ter algumas inovações, deve-se melhorar em matéria de sistematização, quer na tipificação do crime de violência doméstica, quer na clarificação dos seus elementos constitutivo, moldura penal, atenuantes e agravantes.

Para Tomás da Silva, “a lei peca ao definir a relação jurídico-penal entre a vítima e o agressor, entre o queixoso e o arguido e viola princípio da presunção da inocência”.

“Pelo facto de apresentar uma queixa, não quer dizer que a pessoa seja o agressor ou a vítima. Tem que haver uma instrução do processo, onde as partes são ouvidas para posterior transição do mesmo ao tribunal”, explicou. Por sua vez, a deputada Paula Simons, ao intervir no debate, sublinhou que a lei peca pela falta de artigos referentes ao papel pedagógico que uma lei deve ter, de instruir, aconselhar e, se possível, de unir as partes envolvidas.

Na qualidade de uma profissional da Comunicação social, digo que os meus colegas jornalistas e respectivos órgãos têm feito um trabalho fundamental na educação cívica e esta lei deve também acautelar estes pontos realçou.

O Projecto-lei contra a violência doméstica deveria ser reapreciado, na especialidade, dentro de 60 dias, após revistos alguns artigos, para ajustar e acautelar os direitos e deveres dos cidadãos.

8.8 Vítimas de agressões não ficarão entregues à sua sorte

Agora
15 de Janeiro de 2011

Alice Manuel, 26 anos, moradora no Havemos de Voltar, Golfe 1, recorda com tristeza quando foi alvejada na anca pelo seu namorado e ainda hoje guarda na memória o dia que a paralisou um dos membros inferiores e quase a tornou inútil.

“Na altura vendia e tinha uma barraca defronte à casa dos meus pais, onde comercializa cerveja e outras marcas de bebidas. Num destes dias, chegou o meu namorado que pretendia falar comigo, mas por ter demorado tirou a pistola e disparou contra mim”, recordou ao AGORA. “Não consigo andar nem ficar muito tempo de pé, devido a deficiência”

São vários os casos que a história regista. Em Dezembro de 2005, Luanda ficou chocada com o assassinato da cantora e corista Nha Lisandra. A vida da jovem terminou abruptamente aos 20 anos e o seu algoz foi o ex namorado inconformado com o fim da relação.

Os casos passionais são os que atingem contornos mais dramáticos. Em Viana, o marido matou e esquartejou a esposa e os supostos filhos guardando-os de seguida numa arca frigorífica.

Recentemente, Nerica assassinou o marido Lopo Loureiro, de 34 anos, com 10 golpes de tesoura no pescoço, tórax e abdómen.

São apenas alguns exemplos de crimes que ocorrem um pouco por todo o país, sem esquecer os que em as famílias encobrem para não denunciar os autores.

A violência doméstica é um fenómeno que acompanha a dinâmica das sociedades, mas só a partir da década de 1980 foi identificada como problema social grave que afecta qualquer país.

Nos dias que correm analistas acreditam que se trata de um grande flagelo nas sociedades modernas e não acontece apenas com pessoas pobres e de baixo nível educacional, ou rendimento económico sendo transversal a todas classes sociais.

São apontados como causa vários factores. Um deles tem origem cultural e, grupos étnicos em que a mulher ainda é considerada um ser inferior ao homem.

Outro, não menos importante e que contribui bastante para o aumento dos crimes, é o sentimento de posse associado ao “ciúme”. O silêncio das vítimas, apesar dos apelos para a cultura da denúncia, chegar a ser um poderoso obstáculo ao combate deste tipo de criminalidade.

Em muitos casos o agressor pressiona a vítima através desconhecimento do que se passa entre as paredes do vizinho pode denunciar, o autor à Polícia, um sinal suficiente para que o agressor, que pode ser a mulher ou o marido, seja julgado, mesmo que a vítima da agressão suplique a libertação ou absolvição do cônjuge.

Kanguimbo Ananás, acredita que o diploma legal aprovado e muita benéfico não só apenas para os cônjuges, namorados, mas para todos membros da sociedade.

“Em todos os grupos sociais, a situação das mulheres é a mais frequente e generalizada, embora haja também casos muito raros de mulheres que maltratam os seus companheiros. Por medo, vergonha ou dependência sentimental e económica, muitas mulheres sofrem em silêncio, não só violência física, mas também psicológica e sexual.”

Todavia, a psicóloga não escondeu a preocupação em relação ao fenómeno das crianças acusadas de feiticeiras que tende a crescer cada vez mais, incentivando, por isso, que a sociedade civil para denunciar todas práticas de violência.

Os insultos e as más palavras ferem a alma e são tão violentos que a mulher perde o amor próprio, a auto-estima de si. É na família na intimidade do lar, que as mulheres sofrem grande parte da violência”.

Além da doméstica, para a interlocutora existem outras formas de violência como a psicológica, caracterizada por rejeição, discriminação, humilhação, e punições exageradas. Trata-se de uma agressão que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente causa cicatrizes indeléveis para sempre.

Os agressores verbais a tendem a dirigir sua artilharia contra outros membros da família, incluindo momentos quando estes estão na presença de estranhos no lar ou nos locais de trabalho.

Para o pastor Kalunga Bernardo, da igreja evangélica em Angola, a sociedade: com a sua máxima entre mando e mulher não metas a colher”, fecha os olhos perante uma realidade que considera como “algo privado” e, muitas vezes, espera que seja a própria vítima a defender-se e a denunciar o espancamento, lavando desta forma as mãos, como Pilatos, mesmo sabendo tratar-se de uma violação grave dos direitos humanos fundamentais: da liberdade, integridade física, dignidade individual e própria vida.

“ A igreja é chamada aqui a jogar o papel na sensibilização das famílias, educar o ser humano e transmitir a mensagem de amor e paz”.

O governo de Luanda anunciou a construção de casas para abrigadas, provisoriamente as mulheres que perderam os seus lares, projecto que se estenderá a todas as províncias do país.

De igualmente modo Tribunal passará a dispor de uma sala para assuntos ligados a violência física (doméstica), verbal e psicológica.

O presente diploma conte 45 artigos, subdivididos em seis capítulos, sendo o primeiro com três que espelham as disposições gerais e o segundo com cinco referentes ao atendimento a vítima.

O terceiro capítulo comporta três artigos e trata das medidas de protecção e de segurança provisória e o quatro com oito, tratando das medidas de prevenção e apoio do Estado.

Com este diploma pretende-se adequar no sistema jurídico os vários instrumentos nacionais, regionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Declaração de Viena e o Programa de Acção da lua conferência mundial sobre os Direitos Humanos, de 1993, a Plataforma de Acção de Pequim da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, de 1995, e as declarações dos Chefes de Estado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Sadc) sobre o género e desenvolvimento, de 1997.

Para a sua elaboração, foram tidos em conta os múltiplos valores tradicionais através de um amplo processo de consulta realizado no país.

Quem denuncia?

Na maioria dos casos parte de uma intervenção da própria agredida, que chega a mudar o seu depoimento, quando o processo já correr os trâmites na Justiça. A dependência emocional, mais que a económica, é que faz a mulher suportar agressões e 50% Possui entre 30 e 40 anos e 40% dos casais separaram-se depois da queixa.

Quem agride?

Na maioria os agressores são homens cônjuge e / ou ex-cônjuge da vítima. Não há trabalhos explícitos sobre incidência de patologias psiquiátricas dos agressores, mas os potenciais são tidos como muito calmos e portadores de transtornos de personalidade anti-social, explosivo, histéricos e ciúme patológico.

América Latina lidera as estatísticas

Segundo a Organização Mundial da Saúde 34 a 40% das mulheres do mundo foram agredidas fisicamente pelos seus parceiros.

Na América Latina as mulheres vítimas de violência doméstica sujeitam-se a maus-tratos porque não dispõem de condições financeiras para sobreviver sem a ajuda dos companheiros, maridos e namorados. Em cada 15 segundos no Brasil, uma mulher é atacada e em cada quatro brasileiras é vítima violência doméstica.

A conclusão é de um estudo da Organização Não-Governamental, Centro pelo Direito a Residência contra Despejos, com sede em Genebra, Suíça intitulado “Um lugar no Mundo”.

O estudo, divulgado em finais do ano passado, mostra que na América Latina os índices de violência doméstica são elevados. A pesquisa informa que, na região, entre 30 a 60% das mulheres sofreram agressões.

O relatório analisa a questão da violência contra a mulher no Brasil, Argentina e Colômbia. Nesses países, o estudo indica que a falta de acesso a uma moradia adequada, incluindo refúgios para mulheres que sofrem maus-tratos, impede que as vítimas possam escapar dos seus agressores.

Segundo o documento, a dependência económica aparece como a primeira causa mencionada pelas mulheres dos três países como o principal obstáculo para romper uma relação violenta.

8.9 Chefes de bandas de marginais detidos em Cabinda

Jornal de Angola

19 De Janeiro de 2011

A Polícia Nacional em Cabinda deteve os cidadãos Nguilema Ekombola, antigo militar do ex zaire, actual República Democrática do Congo, e Fernando Cheneca, primeiro cabo das Forças Armadas Angolanas, acusados de crimes diversos, revelou ontem o chefe do Gabinete de Informação e análise da corporação, superintendente José Mónica.

Durante a conferência de imprensa na qual foi feito o balanço da “Operação Relâmpago”, explicou que o primeiro cabo das Forças Armadas angolanas Fernando Cheneca era líder de um grupo de marginais denominado “Rotina” que se dedicava a fazer assaltos à mão armada nos bairros Cabassango, Buço-Ngoio e Simulambuco.

Nguilema Ekombola, também conhecido por F AA, é um antigo militar do regime do falecido presidente do ex-Zaire, actual República Democrática do Congo, Mobutu Sesseko, e era líder do grupo “Sambizanga”, composto por cinco elementos considerados altamente perigosos, que se dedicava a assaltos à mão armada e furtos em residências e estabelecimentos comerciais nos bairros Amílcar Cabral, Comandante Gika, a Luta Continua e 4 de Fevereiro. O congolês disse que se encontrava a residir há quatro meses em Cabinda e a ideia de criar o grupo de bandidos surgiu entre amigos que já praticavam actos semelhantes em vários estabelecimentos comerciais.

Durante esta operação, foram também desmantelados os grupos de marginais “terror relâmpago”, “Atanásio” e “Tchizo”, que se dedicavam à prática de crimes de roubo e assaltos à mão armada na calada da noite em várias residências de particulares.

“Os cinco grupos desmantelados e cujos elementos se encontram detidos praticavam acções de assalto à mão armada, roubos em residências e estabelecimentos comerciais na calada da noite”, frisou o superintendente José Mónica. O grupo “Terror relâmpago”, composto por três elementos e liderado por Luís Bungo, assaltava residências nos bairros Luvassa Sul, 1º de Maio e Chiueca.

Composto por cinco elementos liderados por Atanásio Tembo Béua Simba, o “Atanásio” praticava roubo qualificado a cidadãos estrangeiros, maioritariamente chineses. O “Tchizo”, composto por três indivíduos e chefiado por Pambo Poba, dedicava-se a roubos em várias artérias da cidade de Cabinda. Refira-se que no âmbito

da “Operação relâmpago”, a Polícia Nacional efectuou 15 buscas dirigi das e apreendeu diversos bens domésticos, entre aparelhos de som, roupa usada, calçado e géneros alimentares.

8.10 Lei dos Crimes de Violência Doméstica

Jornal de Angola
21 de Janeiro de 2011

Sobre a Lei Contra a Violência Doméstica, João Maria de Sousa tem uma opinião própria:

“A Lei sobre a Violência Doméstica como tal ainda não existe porque não foi aprovada pela Assembleia Nacional e muito menos foi promulgada e publicada. Mas o nosso país tem necessidade de uma lei que vise a prevenção no combate à violência doméstica.

Porque a violência doméstica nas suas várias formas é uma tragédia para as famílias e para o Estado.

No meu ponto de vista, se o que se pretende com a provação da Lei Contra a Violência Doméstica é fazer com que não haja violência no lar, nós não podemos, de nenhum modo, conceber uma lei que venha fazer exactamente o contrário.

Temos de fazer uma lei que efectivamente venha no sentido de criar harmonia e estabilidade no seio das nossas famílias, que não crie diferenças abismais que coloquem o homem numa posição e a mulher noutra.

De acordo com a Constituição da República, não há distinção entre o homem e a mulher quanto aos seus direitos e, por isso, a lei que está no Parlamento e se prevê que venha a ser aprovada nos próximos tempos, deve ser tratada com muito cuidado.

Na minha opinião – e não da PGR – devemos preocupar-nos em ter uma lei que se ocupe apenas do factor criminal, uma vez que o próprio título é “lei dos crimes de violência doméstica”. Por isso vai tratar de aspectos criminais em concreto”.

8.11 A AMPA discute ante-projecto de lei sobre a violência doméstica

Semanário Angolense
De 22 a 29 de Janeiro

A Associação Angolana de Apoio a Mulher Polícia (AAMPA) realizou na semana finda um seminário, no anfiteatro do Ministério do Interior: em Luanda, sobre

“a importância do ante-projecto de lei sobre a violência doméstica e intra-familiar”.

O seminário, que visava divulgar o ante-projecto de lei sobre a violência doméstica e intra-familiar no seio dos agentes da Polícia Nacional, dos funcionários do Ministério do Interior e da sociedade civil angolana, visou, segundo a presidente da AAMPA, Elisa Dias, receber subsídios que possam contribuir para aprovação da Lei. “Até agora não entendemos o porquê que a Lei não foi aprovado. Temos consciência que o ante-projecto de lei sobre violência doméstica e intra-familiar foi um trabalho feito por pessoas idóneas e que contou, inclusive, com a participação dos parlamentares”, disse.

Elisa Dias disse, por outro lado, que dado o esclarecimento que se tem dado em relação ao assunto, têm sido mais frequentes as queixas que chegam as unidades da polícia, de casos de violência doméstica. “Só pedimos que a Assembleia Nacional aprove o mais rapidamente possível essa lei, para podermos repreender os violadores de modos a diminuir com o índice de violência doméstica”, afirmou a fonte citada, que acrescentou que a associação que dirige pretende trabalhar junto dos seus filiados para esclarecimentos sobre o que está plasmado na lei.

Participaram da actividade agentes da Polícia Nacional, representantes do Ministério do Interior, membros da AAMPA e do Ministério da Família e Promoção da Mulher.

Durante a actividade, um dos temas mais badalados foi sobre “a visão do Ministério do Interior sobre a violência doméstica” que foi apresentado pelo jurista Armindo Feliciano Aurélio, Assessor do Ministério do interior, onde, dentre vários assuntos, foram abordados os casos mais flagrantes de violência doméstica que chegam até os agentes da polícia.

Outras associações se juntam a luta

A sociedade civil angolana está cada vez mais engajada na luta pela aprovação do anteprojecto de lei sobre a violência doméstica e intra-familiar, que visa criar um dispositivo legal específico para o combate ao problema. Nesta senda, a Associação de Educação Cívica de Angola realizou um encontro com organizações da sociedade civil, igrejas, juristas, psicólogos e sociólogos com o objectivo de analisar as contribuições necessárias ao anteprojecto de lei sobre a violência doméstica, que no passado dia 13 do corrente mês não foi aprovada pela Comissão de Especialidade da Assembleia Nacional encarregue da análise, que deu mais dois meses para receber possíveis contribuições.

8.12 Miliantes usam passagens aéreas para violações

Semanário Angolense
De 22 a 29 de Janeiro

Devido ao tráfego acelerado nas vias, as passagens aéreas para peões, construídas na cidade a capital, visavam ser a solução para a travessia segura dos peões. Entretanto, as pontes, ao contrário, tomaram-se “casas” de vândalos, que aproveitam o local para cometerem crimes, inclusive de violações sexuais de menores.

Hoje, as passagens aéreas são inundadas de lixo e, inclusive, dão lugar a mercados. Em algumas, onde a situação é mais grave, os marginais aproveitam para se drogarem e assaltarem as vítimas, o que afasta os potenciais usuários dos espaços para travessia.

Quem vê o exterior da então conhecida ponte do Jumbo não faz ideia de como é o seu interior, se não fizer o uso dela. Ao entrarmos na ponte nos deparamos com um cheiro nauseabundo causado pelas fezes que estavam no chão, mais adiante, o caminho estava interditado por três jovens, que, ao que apuramos, vivem na passagem aérea onde encontramos lenhas e latas que usavam como panelas.

Os jovens estavam a fumar o que deixou no local um forte cheiro. Procuramos saber porquê que estavam aí mas os mesmos recusaram-se a dar qualquer resposta. Após insistência, um deles disse que o espaço não representa perigo, mas que precisa ser limpo, porque o lixo que lá estava provocava um “cheiro insuportável”.

Um vendedor contou-nos o caso de um indivíduo que arrastou uma menina de 7 anos desde a Petrangol até a ponte para violá-la. “Foi o lugar mais isolado que ele viu, sem polícia”, disse, acrescentando que são frequentes os casos de assaltos no interior da ponte. Outro jovem que vendia produtos no local disse que pouca gente faz uso da ponte.

“Acho que é preguiça em subir a ponte e por vezes a sujidade que lá tem e não só, a ponte é muito assustadora, porque se te acontece alguma coisa aí ninguém vê, ela não é feita de material transparente, por exemplo, como a do mercado dos Congolezes”, referiu, considerando, por isso, que o espaço “é um convite aos bandidos”.

Teresa Luís, que vende refrigerantes na paragem do táxi ao lado. Ela disse que a ponte representa um grande perigo. “Eu mesma já assisti três casos de violações sexuais aqui na ponte e nas três vezes tratavam-se de crianças, mas não foram os únicos casos, porque já ouvi falar de mais”, informou, tendo acrescentado que, num dos casos, a menina só não foi violada porque os moços que vedem gasosa na ponte agarram o agressor e o levaram para a esquadra. “Essa ponte é o esconderijo de bandi-

dos, desde que foi construída há muitas violações sexuais e assaltos. Nós nem passamos por ela para não correr o risco de nos receberem as pastas e o negócio”, disse.

Uma outra vendedora disse que a polícia não vigia a ponte. “Nunca vi polícia na ponte para se certificarem de que as pessoas passam em segurança, há muitos malucos na ponte e eles nunca são retirados de lá”, reclamou. No momento em que fazíamos a reportagem só um senhor idoso é que fez a travessia pela ponte. Na sua maioria, os peões preferiram enfrentar os carros na estrada, inclusive uma mulher com bebés.

Ponte de Viana transformada em mercado

Na Vila de Viana, bem ao lado da estação dos caminhos-de-ferro, foi construída, no ano passado, uma passagem aérea, que cobre as duas vias. Os ferros estão pintados de cor amarelos, há redes pretas nas laterais, permitindo maior segurança para os usuários. Na entrada e na saída há uma rampa.

Nessa passagem passam desde motorizadas, carros de mão e várias pessoas. Os moradores de Viana, na altura da inauguração, mostraram-se felizes com a infraestrutura, visto que naquela área eram frequentes os acidentes, devido a excesso de velocidade e falta de iluminação. Com a passagem aérea o problema ficava resolvido.

Mas, fazendo jus ao ditado segundo o qual “a alegria do pobre dura pouco”, mal foi inaugurada a passagem aérea, as vendedoras transformaram-na em mercado, onde se vende de tudo, desde alimentação, telefones, jóias, roupas, bebidas e outros artigos.

Segundo uma das vendedoras, que disse que só começou a vender no local naquele mesmo dia, a maior dificuldade que verificou é a presença constante dos agentes da polícia. “Vendo chinelas, cada custa quinhentos Kwanzas, compro a caixa no São Paulo e venho revender aqui. O negócio está a andar bem, porque agora muitos fazem o uso do comboio e quando chegam, passam por aqui para atravessar.”, disse. Questionamos-lhe sobre quem faz a limpeza no local mas a mesma não sabia responder. “Nós só viemos vender, não sabemos nada sobre a limpeza”, respondeu.

8.13 Criminosos, mas protegidos por Lei

Semanário Agora
22 de Janeiro de 2011

Mesmo que as autoridades não o admitissem, o aumento da criminalidade em Luanda, no último ano, foi tão evidente que não há como o desmentir. É consensual admitir-se contribuiu para tal fenómeno, o desmantela-

mento de alguns do mercados, que garantiam emprego a milhares de pessoas, sobretudo jovens, sem que se tivessem criado as necessárias nativas. Porque foi malta às carradas para o desemprego, sem quase aviso prévio e sem alguma indemnização ou subsídio. Por outro lado continua a não ser criado incentivo algum, para que se inicie o regresso dos milhares de deslocados que norte por aqui deambulam sem, às suas áreas de origem. O levantamento dos mais que muitos africanos ilegais, sobretudo zairenses também tarda.

A polícia, entretanto, insiste em que a situação está «mais ou menos sob controlo, enquanto a delinquência faz questão de provar o contrario, todos os dias, muitas vezes ao dia.

Amiúde, nas televisões, rádios jornais especialistas defendem a urgência de uma nova visão penal, porque a legislação actual está caduca e não inibe de forma alguma o crime. Porque, quando existe, a penalização é tão suave, que na maior parte das vezes até compensa ser bandido. É tão chocante, como a Lei defende e protege (?), por exemplo, criminosos de 16 anos de idade que, recentemente o meu vizinho, uma alta patente do exército, quase se travou de raios com a procuradora junto da DNIC, colocada na 36ª Esquadra, pessoa, aliás, mal referenciada por muita gente.

Tudo começou quando o filho do meu vizinho, mais os filhos de outro vizinho, surpreenderam em flagrante, dois ladrões de espelhos retrovisores de viaturas, em pleno dia, no momento em que desmontavam os acessórios do «carro velho», um Toyota rav. 4. Da perseguição que logo se iniciou, resultou a captura de um dos larápios que não se livrou, ali mesmo, de umas boas bofetadas e uns quantos pontapés, como manda, e bem a nossa branda tradição. Digo branda e digo bem, porque nos países periféricos (a RDC é um bom exemplo), logo que se captura um ladrão, alguém se predispõe a sacrificar o maior pneu que tiver em casa, para fazer churrasco de carne humana. Acontece que, no momento em que, ao ladrão, estavam a ser aplicados os primeiros socorros... quero dizer sopapos, eis que passa por ali, em «em contramão», a tal procuradora junto da DNIC, que imediatamente envia um SOS para a esquadra policial, sediada mesmo ali a cem metros, enquanto tratava de passar umas reprimendas aos jovens, porque era crime baterem no criminoso. Em menos de dois minutos, um veículo de patrulha equipado com sete agentes apresentou-se no local. O delinquente e as vítimas foram convidados a subir na carroçaria e depois, já na esquadra, apresentados ao «oficial Dia», que os cumprimentou com muita. Cordialidade, a uns e ao outro, ou vice-versa, convidando-os a sentarem-se e lamentando logo não ter, no momento, nem uma cerveja para os oferecer. A antipática procuradora, que vinha no encalço

do conjunto, e que, por ser mulher, demorou mais dois minutos a chegar ao local, deu então ordens para que se abrisse um processo contra os jovens, porque foram apanhados em flagrante, a agredir um pobre indefeso, provavelmente para lhe roubarem a mochila que trazia carregada com espelhos retrovisores.

- Mas chefe! - tentou esclarecer-se o «oficial dia». - Aqui os jovens estão a dizer que este moço, que a chefe está a considerar como «pobre indefeso», foi apanhado em flagrante, a roubar espelhos retrovisores!

- Proceda de acordo com a Lei sentenciou a chefe. - Este jovem estava a ser agredido. Mesmo que tenha roubado, ele é menor de 16 anos, logo, é inimputável!

- Mas chefe! - tentou, uma vez mais o «oficial Dia». - Estes jovens também são menores de dezoito! - De qualquer forma, têm de responder como agressores!

Eh eh !... assim sou a excluir, comigo mesmo, enquanto escrevo este poema.

Sentado no banco corrido, de madeira, o ladrão, ao ouvir tão educativo diálogo, ensaiou um sorriso, de satisfação. Vendo que o caso começava a ficar «mal parado», o filho do meu vizinho brigadeiro pegou no telemóvel e ligou para o pai..

Velho, apanhamos um ladrão de retrovisores, mas aqui na esquadra querem nos prender, porque lhe batemos!

Acostumado a situações difíceis e vitorioso em muitas frentes de batalha, onde participou e teve de comer, muitas vezes, o pão que a procuradora... quero dizer, o Diabo amassou, o meu vizinho mandou desfazer a formatura, lá na unidade militar onde é chefe, pegou na sua viatura, furou os engarramentos e desobedeceu a sinais vermelhos, sempre a cento e duzentos à hora e, como ele próprio confessou mais tarde, está ainda hoje por saber como foi que só demorou quinze minutos num percurso que geralmente faz em duas horas

Quando chegou ao local dos acontecimentos, o caso estava mesmo parado porque, entretanto, a procuradora fora chamada ao seu gabinete, para atender a um pedido, creio que de ‘habeas corpus’ ou coisa assim parecida, dessas que estão agora na moda. O meu vizinho e xará, Fernando portanto, teve de esperar mais quinze minutos, tempo suficiente para ouvir, de sua justiça, os miúdos, o «oficial Dia» e o larápio. Chegou até a haver uma conversação amena entre o meu vizinho e alguns oficiais da polícia que se encontravam na sala, onde todos deixaram clara a ideia de que, as duas partes estavam erradas... a procuradora e a Lei.

Quando a «chefe» apareceu, com o seu andar cambaleante e desengonçado, visto que não tomou a ‘estrelinha cuía como o samba apito’, o meu vizinho, que até é um

pouco machista, como eu (herdei do meu pai um azulejo com os dizeres... «em casa manda ela, e nela mando eu») fez-lhe um discurso, de boas vindas.

- minha senhora - começou. Quando vinha pelo caminho, imaginei que haveria de pronunciar, por pelo menos vinte vezes a palavra « porra ! », para não me exaltar, porque é o ralhete mais suave que nós utilizamos no dia-a-dia porque é o ralhete mais suave que nós usamos no dia a dia, com as tropas. Agora, visto estar diante de uma senhora, não sei como é que a posso insultar. *A senhora tem alguma ideia?*

A mulher não pareceu descompor-se com aquelas palavras tão cruas. Olhou para o meu vizinho, tirando-lhe as medidas. Um metro e setenta e sete de altura. Depois olhou para as patentes. O oficial estava bem apumado, como sempre.

- *O senhor é o pai destes rapazes?*

- perguntou, olhando para os infelizes, que repartiam o mesmo banco com o larápio de espelhos, que apesar de ter levado umas e boas, não exibía nenhum hematoma. Com ar de fatigado, o brigadeiro disse que sim.

- Pois olhe... é assim. Nós vamos ter que abrir um processo contra eles, por crime de ofensas corporais.

- Minha senhora, com licença, o que me trás aqui é muito simples. O oficial superior segurou pela mão, o rapaz que lhe estava mais à mão, que por acaso era o seu filho.

- Dudu, embora daqui!... vocês também!

Os rapazes levantaram-se. Um deles trazia nas mãos os retrovisores recuperados.

Ao franquearem a porta, quase chocavam com uma dona, mãe dos amigos do filho do meu vizinho. Vinha ofegante, trazendo os bilhetes de identidade dos rapazes. Atrás dela, mais duas vizinhas, e a empregada de uma delas. O cortejo recuou, para não ser atropelado, dada a velocidade imprimida pelo brigadeiro. Lá atrás, meio descomposta, a procuradora encolheu os ombros, num gesto de impotência, não sem antes ouvir ainda - agora sim -, algumas imprecações do meu vizinho, que culpava o governo e o sistema, por colocar saias inadequadas em cargos de tamanha responsabilidade que deviam ser ocupados por gajos com... qualquer coisa parecida com bolhões. Mais tarde, alguém disse ter visto o «oficial dia» disfarçar a muito custo um sorriso fininho. Ele, e os outros oficiais que testemunharam a malamba.

Vou descair... oh vocês!

8.14 Lei da violência doméstica volta ao parlamento

Jornal de Angola

31 de Janeiro de 2010

O projecto de Lei Contra a Violência Doméstica volta hoje a dominar o debate na Assembleia Nacional, com a análise da proposta na especialidade. O documento foi retirado da agenda de debates da última sessão ordinária do Parlamento, depois dos deputados terem concluído que carecia de mais contribuições da Assembleia Nacional e da sociedade civil.

Os membros das comissões de Saúde, Ambiente, Acção Social, Emprego, Antigos Combatentes, Família e Promoção da Mulher dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos e dos Direitos Humanos e Petições dos Cidadãos do Parlamento decidiram prolongar o período de debate para melhor reflexão.

A proposta tem como objectivo a criação de mecanismos legais que protejam a vítima do crime de violência praticado no âmbito familiar. O documento não propõe a revogação de nenhuma Lei, apenas o reforço do Código Penal, num aspecto que o diploma não contempla, que é a especificação do crime.

No primeiro debate na especialidade, a deputada do MPLA Ana Maria de Oliveira, ao apresentar o relatório elaborado pela primeira, sétima e nona comissões de especialidade da Assembleia Nacional, recordou que com a provação de urna lei específica, o Executivo pretende alterar a situação de violência doméstica no país. Ontem, Idalina Vieira, jurista do Ministério da Família e Promoção da Mulher, em declarações à Rádio Nacional de Angola, disse que o projecto envolveu especialistas de diversas áreas e que, ao ser aprovado, o país passa a contar com um instrumento de grande valor na estruturação das famílias angolanas.

De acordo com a proposta de Lei à qual o Jornal de Angola teve acesso, o Executivo pretende dar maior celeridade processual ao tratamento de situações de violência doméstica. O documento realça ainda que o número de casos de violência no seio das famílias angolanas, obriga a encarar o problema como um “caso nacional urgente”, mercê dos vem reforçar o Código Penal, debruçando-se sobre aspectos que este não contém, nomeadamente, a especificação do crime de violência doméstica.

A proposta de lei alarga o número de pessoas que podem denunciar e tornar público o crime de violência doméstica, protegendo a vítima das desistências que têm ocorrido por pressões do agressor, da família e até do instrutor que a desincentiva da queixa.

Um relatório do Ministério da Família e Promoção da Mulher entregue à Assembleia Nacional, revela que, desde a criação da Secretaria de Estado para a Promoção da Mulher, o combate à violência contra a mulher, constitui uma grande preocupação.

No relatório, o ministério de tutela esclarece também, que a então Secretaria de Estado para a Promoção da Mulher, reforçou o seu trabalho, criando centros de aconselhamento em todo o país.

No documento refere-se que, apesar da violência doméstica ser ainda hoje um “crime oculto”, constituindo tabu para muita gente, cresce o número de pessoas que rompem as barreiras psicológicas, denunciando os maus-tratos a que são sujeitas.

Para o Ministério da Família e Promoção da Mulher é também grande preocupação o surgimento de fenómenos como o da feitiçaria, em que as crianças e os idosos são acusados de serem portadores de grandes males e desgraças para a família.

9 AMBIENTE

9.1 Chuva provoca prejuízos na cidade de Ondjiva

Jornal de Angola
11 de Janeiro de 2011

A cidade de Ondjiva registou inundações devido à chuva que caiu durante a noite de sexta-feira para sábado. No primeiro balanço, as autoridades registaram 50 casas inundadas e muitas vias ficaram intransitáveis.

A chuva, que caiu intensamente toda a noite, inundou casas e estabelecimentos comerciais, igrejas e deixou muitas vias rodoviárias e passagens para peões intransitáveis nos bairros Pioneiro Zeca, Bangula, Naipalala e Kashila, nos arredores de Ondjiva.

Ilda Venokanya, moradora no bairro Pioneiro Zeca, o mais afectado pelas inundações, disse à nossa reportagem que a sua casa foi invadida pela água e não conseguiu tirar nada do interior porque estava toda a gente a dormir e a família foi apanhada de surpresa. “Estão a decorrer obras na rua e o entulho impediu o escoamento das águas que acabaram por inundar muitas casas”, explicou.

Em Tataleni, também moradora no bairro Pioneiro Zeca, confirmou que os trabalhos nas ruas do bairro ajudaram às inundações. Mas nas vias de acesso não há obras e está igualmente tudo inundado. A verdade é que choveu intensamente toda a noite, o que não é normal.

No bairro dos Castillios as inundações não pouparam algumas instituições, como a Direcção Provincial das Edições Novembro, e arredores da Direcção de Saúde, na Rua Dr. António Agostinho Neto e antena da Unitel, no bairro Bangula, mas sem grande prejuízos.

A nossa reportagem percorreu várias artérias da cidade de Ondjiva e era notório o desespero das pessoas que retiravam água das suas casas com baldes e com moto bombas.

O estado de degradação em que se encontram algumas estradas intermunicipais e as vias de acesso à cidade de Ondjiva tem provocado dificuldades na circulação de pessoas e mercadorias. O cenário das ruas do bairro Pioneiro Zeca, arredores de Ondjiva, é de total destruição. Os buracos tomaram conta de tudo. Em tempo de chuva vem a lama e as águas estagnadas, o que dificulta a vida dos seus habitantes.

A degradação das vias também afectou a estrada que liga Ondjiva a Santa Clara. A via, para além de esburacada, é estreita e perigosa devido ao desgaste continuado das

bermas. Cenário idêntico acontece com a estrada entre Ondjiva e úll Cuvelai, numa distância de 170 quilómetros.

Reabilitação das ruas

As ruas Angélica Tavares, Simone Mucune e Avenida 11 de Novembro, na cidade de Ondjiva, receberam novo tapete asfáltico, no âmbito do programa de reabilitação e recuperação das infraestruturas destruídas pelas cheias nos últimos dois a

9.2 Casa destruída e lavras alagadas

Jornal de Angola

12 de Janeiro de 2011

Um total de 10 casas ficaram destruídas nos bairros Ngola Nhinh, CTT, Camagile e Terra Nova, no município do Lucala, a 36 quilómetros de Ndalatando, em consequência das chuvas que se abateram na região durante os últimos dias.

De acordo com a Angop, vários camponeses da região afirmaram que as chuvas, acompanhadas de fortes ventos, provocaram a destruição de diversas lavras, provocando a submersão de outras, principalmente as situadas em redor do rio Bembeze, Bondo e Lutanda que, devido ao aumento do caudal, transbordaram.

Domingas António, proprietária de cinco hectares de terra cultivada na área do rio Bembeze, afirmou que metade dos mantimentos semeados, como o milho, feijão, ginguba, mandioca, batata doce, banana e palmeiras, se encontram inundados.

O responsável da EDA do Lucala, Manuel Pimenta, adiantou que nos últimos dias se registaram chuvas com 38,5mm de água. O que significa terem sido de grande intensidade e que prejudicam as culturas.

Nesta altura, a administração municipal do Lucala procede ao levantamento da situação para fazer a avaliação dos estragos pelas chuvas. A situação, disse a fonte é alarmante.

Mucaba

Os camponeses da localidade de Quipanzo, município de Mucaba, Uíge, estão a pedir apoio, no quadro do programa de crédito agrícola de campanha, para poderem melhorar a produção agrícola, com vista a combater a fome e a pobreza na comunidade.

Os agricultores consideram existir terra favorável e um vasto espaço para incrementar, em grande escala, a produção de café, mandioca, ginguba, feijão, batata-doce e rena, banana, cana-de-açúcar e outros.

O agricultor Santos Rodrigues solicitou, na segunda-feira, apoio com máquinas de lavoura para aumentar a produção.

O outro problema que aflige os camponeses do Mucaba, sublinhou, prende-se com a falta de empresas ou pessoas singulares que possam comprar o café em posse dos produtores locais. “No segundo semestre de 2010 ganhámos um mercado rural de café a nível do município, por intermédio do Instituto Nacional de Café. Na altura, vendemos o café que estava ao nosso alcance, mas até à data existe muito café armazenado e não temos como escoá-lo 1- por falta de compradores”, lamentou Santos Rodrigues.

Os trabalhos consistiram na construção de valas de drenagem, substituição da faixa de rodagem e construção de aquedutos em betão para permitir o escoamento das águas pluviais.

Colocação de pavimento, instalação de separador central, paragens dos transportes públicos e passeios para peões são trabalhos realizados nas ruas de Ondjiva.

9.3 Cheias do kwanza fazem estragos nos campos cultivados

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2011

O ano agrícola de 2010/2011 no município da Quissama, província do Bengo, está comprometido devido às cheias. As chuvas são constantes e o nível do rio Kwanza sobe diariamente, com consequências negativas para a economia agrícola. Muitas lavras encontram-se submersas e os produtos do campo começam a rarear e a subir de preço.

As autoridades estão preocupadas com a situação e já tomaram medidas. Foi feito o levantamento do número de sinistrados e foram registadas 1.505 famílias afectadas pelas cheias.

“Temos o número exacto de localidades atingidas. O problema está nas áreas de cultivo danificadas, qualquer coisa como 780 hectares com milho, mandioca, batata-doce, feijão e abóboras”, informou João Martins, administrador municipal da Quissama.

“Precisamos de apoios do Ministério da Assistência e Reinserção Social e da Protecção Civil, porque vamos entrar num período de fome daqui a dois ou três meses”, disse o administrador municipal da Quissama.

As populações ribeirinhas dependem do produto das lavras. “As cheias destruíram as plantações e sem pro-

dução agrícola as pessoas que vivem do campo, não têm outra fonte de rendimentos”, disse o administrador municipal.

A Direcção Provincial da agricultura, a Mecanagro e o Instituto de desenvolvimento Agrícola, logo que haja condições “vão apoiar-nos com máquinas e alfaias para prepararmos terrenos no interior, mais longe do rio. Depois vamos distribuir sementes e aproveitar as grandes chuvas de Abril para recuperarmos alguma produção”, disse João Martins.

O município da Quissama é atravessado a Norte pelo rio Kwanza, a Sul pelo rio Longa e a Sudoeste pelo oceano Atlântico. Tem uma população de 22.308 habitantes, maioritariamente camponeses.

Nas últimas semanas tem caído muita chuva, o que provocou as cheias. O Kwanza invadiu as culturas ribeirinhas do bairro Pita, na Muxima, e o milho está submerso. O rio transbordou e inundou uma área de dois quilómetros. A força da corrente é enorme. As cheias tomaram conta de aldeias ribeirinhas como Gondola, Condole, Dele, Caululu, Cacoba, Culemba e várias zonas da Muxima. As águas invadiram as lavras mas não causaram prejuízos nas casas.

Em Caululu e Culemba, as casas construídas perto das margens do rio Kwanza estão em risco e são inundadas, caso as chuvas continuem. Rita José, uma das camponesas da Muxima, tem seis lavras nas imediações do bairro do Pita. Disse à nossa reportagem que “não sabemos o que vamos comer, porque o que semeamos para colher daqui a alguns meses ficou tudo estragado por causa das cheias”. Rita José acrescentou que “perdemos tudo e isto pode trazer uma crise de fome”.

Susana Domingos disse que neste ano agrícola contava colher algumas toneladas de tomate e milho para o seu sustento e para vender nos mercados da região.

“Com esta situação perdemos as colheitas e se vamos ao mercado comprar, tudo está caro. E muitas vezes só encontramos aquilo que precisamos nos mercados de Luanda”, afirmou Susana Domingos.

9.4 Chuva volta a dar lição a empreiteiros e administradores

Sociedade

22 De Janeiro de 2011

De acordo com alguns munícipes, Luanda não se encontra em condições para receber fortes cargas pluviométricas, devido ao fraco sistema de drenagem existente,

pois, na sua maioria é datado do tempo colonial e não beneficiou de trabalho de restauro, o que elevou o seu estado de degradação.

A província de Luanda registou no passado dia 06 de Janeiro um dos piores danos causados pela chuva: Foram contabilizados cerca de onze mortos e prejuízos materiais avultados.

Para o ancião Avelino Cândido, a situação de Luanda poderá ser minimizada caso sejam feitos novos estudos no sentido da abertura de algumas valas,

Eu lembro-me que no tempo colonial, principalmente nas zonas periféricas de Luanda, eram abertas algumas valas e cacimbas a fim de receberem as águas da chuva, o que diminuía as enchentes nas vias públicas e nas residências”.

Nos últimos tempos, os municípios do Cazenga, de Viana, de Cacuaco, do Sambizanga, da Maianga e do Kilamba-kiaxi, são os mais ilibados pelas quedas pluviométricas, dado que a chuva destrói árvores e residências, bem como deixa danificadas algumas obras que são levadas a cabo pelas empreiteiras.

Por sua vez, o morador do município do Rangel Jacinto Manuel afirmou ao Factual que “é importante que as coisas não sejam escondidas. A situação das inundações, principalmente nos municípios do Cazenga e do Rangel tem muito a ver com o encerramento das valas e cacimbas onde escorriam as águas pluviais. Face a este quadro as águas da chuva aglomeram-se ao longo das vias e das residências”.

No périplo efectuado pelo Factual nos municípios do Rangel, do Kilamba-kiaxi, e do Cazenga foi possível visualizar o péssimo estado em que se encontram as vias, o que está a dificultar a, circulação automóvel e de peões.

Natália do Amaral, moradora no município Kilamba kiaxi, falou ao semanário que “é muito impressionante a situação que se está a viver em Luanda, pois, eu tenho acompanhado pela televisão e pessoalmente que algumas obras que tem sido feitas na nossa província são a causa, por não serem concluídas a tempo, impedindo o escoamento das águas da chuva”.

A moradora afirmou que a construção de vias sem um prévio estudo para a colocação do sistema de esgotos tem contribuído bastante para as constantes inundações que acontecem em Luanda.

No do Cazenga a situação é constrangedora, sobretudo no que toca à sétima avenida levada a cabo pela emprei-

teira Soares da Costa foram interrompidas, o que causou um caos, pois, a circulação de automóveis e peões foi igualmente interrompida.

Para além do acumulo de lixo e de água ao longo da sétima avenida, a paralisação das obras no local está também a causar vários transtornos. Devido à interrupção dos trabalhos, várias residências se encontram submersas, porque a cacimba que recebia as águas da chuva foi eliminada.

Xavier Dias, morador da sétima avenida falou que “a chuva tem dado lições importantes, principalmente às empreiteiras e aos administradores municipais, visto que quase nada têm feito para a minimização dos problemas causados pela chuva. Acho que a solução devia ser a responsabilização das empreiteiras pelos danos causado, porque já é muito o sofrimento

“As administrações municipais devem começar a agir de forma a não admitirem empreiteiros fantoches. Aqui, na sétima avenida, me lembro que nos anos noventa as casas não ficavam inundadas porque toda a água escoria para a cacimba, mas com a implementação desta requalificação que só tem trazido muita dor de cabeça às pessoas, nós estamos sujeitos a abandonar as nossas residências sempre que chega o tempo chuvoso”, afirmou o morador, com ar constringido.

9.5 Desabamento de represa numa fazenda causa inundações na comuna da Mupa

Jornal de Angola
23 de Janeiro de 2011

O desabamento da represa da fazenda Katwekatoka, em consequência da força da água das chuvas, provocou na semana finda inundações na comuna da Mupa, município do Cuvelai, a cem quilómetros de Ondjiva. A chuva, que caiu intensamente durante dois dias consecutivos, destruiu a represa da referida fazenda e inundou as instalações da administração comunal da Mupa, o centro médico, escolas, o palácio comunal, posto policial, estabelecimentos comerciais e lavras desta e de localidades circunvizinhas.

Segundo o administrador municipal adjunto do Cuvelai, Matias Viesse, além destes estabelecimentos, a circulação entre a sede do município de Omukolongojo e a comuna da Mupa esteve interrompida durante dois dias, em consequência do transbordo da represa da Katwekatoka. Para ele, é necessário que sejam aplicadas medidas que penalizem os empresários que teimosamente continuam a construir represas mal projectadas e

causadoras de grandes prejuízos à população.

O Jornal de Angola tentou ouvir os responsáveis da Katwekatoca, mas sem sucesso.

Para o soba Ernesto Tuafeni, a maior preocupação, nesta altura, é a situação das crianças, por serem as mais prejudicadas sempre que ocorrem cheias, por ficarem privadas de frequentar as aulas”. Além disso, o surgimento de várias doenças, como a malária, diarreia e doenças respiratórias agudas, que causaram dezenas de mortes de crianças no ano passado, é outra das preocupações para o soba.

Nos últimos três anos, esta é segunda vez que as águas das chuvas inundam a comuna da Mupa e causam vários estragos na comunidade.

Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros locais deslocaram na terça-feira, para o município do Cuvelai, uma equipa com o objectivo de constatar os estragos causados pelo desabamento da represa da empresa Katwekaka.

O comandante provincial dos serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Joaquim Domingos, disse que durante a construção da represa não foram tidas em conta algumas questões relacionadas com o impacto ambiental. Por essa razão alertou os empresários locais para que, antes de fazerem um projecto desta natureza, devem procurar as entidades competentes, no sentido de realizar os investimentos com segurança.

O responsável revelou que as águas das cheias de 2011 já não vão afectar a cidade de Ondjiva, devido à construção dos diques de protecção e passagens de nível nos arredores. A Comissão de Protecção Civil, preocupada com a situação que a população da Mupa está a viver em consequência das inundações, levou alguns bens para minimizar as carências da comunidade afectada, com destaque para 50 mantas.

Os responsáveis dos Serviços de Protecção Civil visitaram os pontos mais críticos ao longo da via da Mupa e percorreram a comuna do Evale, localidade que tem vivido maiores dificuldades com as cheias, mas que este ano ainda não registou grandes problemas.